



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO/CEPE/UFES Nº 118, DE 14 DE MARÇO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, na modalidade presencial, versão 2025, do Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN da Universidade Federal do Espírito Santo.

O **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo Digital nº 23068.072864/2023-49 – COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA - PROLIND/CCHN; o extrato de ata da Câmara Central de Graduação da Pró-Reitoria de Graduação desta Universidade; o parecer da Comissão de Ensino de Graduação e Extensão; e a aprovação da plenária, por unanimidade, na Sessão Ordinária do dia 14 de março de 2025,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Esta Resolução aprova o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena, versão 2025, do Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, presencial, com disciplinas ofertadas em turno integral, conforme anexo desta Resolução.

**Art. 2º** A organização curricular inclui:

I - carga horária total de 3.365 (três mil trezentas e sessenta e cinco) horas, sem carga horária de Educação a Distância – EaD, distribuídas em:

- a) 1.710 (mil setecentas e dez) horas de disciplinas obrigatórias;
- b) 945 (novecentas e quarenta e cinco) horas de disciplinas optativas;
- c) 420 (quatrocentas e vinte) horas de estágio supervisionado;
- d) 90 (noventa) horas da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso;
- e) 100 (cem) horas de atividades complementares;
- f) 340 (trezentas e quarenta) horas de carga horária de extensão, sendo:
  1. 240 (duzentas e quarenta) horas em disciplinas de caráter obrigatório que possuem carga horária destinada às práticas extensionistas e;
  2. 100 (cem) horas em atividades extensionistas não vinculadas à disciplinas.
- g) 45 (quarenta e cinco) horas de carga horária da disciplina obrigatória de Libras;

II - tempo mínimo de integralização curricular de 10 (dez) semestres e máximo de 15 (quinze) semestres;

III - oferta anual de 30 (trinta) vagas, sendo 30 (trinta) para ingressantes no 1º semestre e 00 (zero) para ingressantes no 2º semestre.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**EUSTÁQUIO VINICIUS RIBEIRO DE CASTRO**  
PRESIDENTE



Universidade Federal do Espírito Santo  
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN

Projeto Pedagógico de Curso  
Licenciatura Intercultural Indígena

**Ano Versão:** 2025

**Situação:** Proposta

# SUMÁRIO

<b>Identificação do Curso</b>	<b>4</b>
<b>Histórico</b>	<b>5</b>
<b>Justificativa e estudo qualitativo e quantitativo da demanda</b>	<b>7</b>
<b>Concepção do Curso</b>	<b>8</b>
Contextualização do Curso	8
Objetivos Gerais do Curso	14
Objetivos Específicos	14
Metodologia	14
Perfil do Egresso	17
<b>Organização Curricular</b>	<b>18</b>
Concepção da Organização Curricular	18
Quadro Resumo da Organização Curricular	22
Disciplinas do Currículo	22
Atividades Complementares	30
Equivalências	31
Currículo do Curso	31
<b>Pesquisa e extensão no curso</b>	<b>103</b>
<b>Descrição de carga horária extensionista</b>	<b>103</b>
<b>Auto Avaliação do Curso</b>	<b>105</b>
<b>Acompanhamento e Apoio ao Estudante</b>	<b>107</b>
<b>Acompanhamento do Egresso</b>	<b>109</b>
<b>Normas para estágio obrigatório e não obrigatório</b>	<b>110</b>
<b>Normas para atividades complementares</b>	<b>112</b>
<b>Normas para atividades de extensão</b>	<b>114</b>
<b>Normas para laboratórios de formação geral e específica</b>	<b>117</b>
<b>Normas para trabalho de conclusão de curso</b>	<b>119</b>
<b>Administração Acadêmica</b>	<b>121</b>
Coordenação do Curso	121
Colegiado do Curso	121
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	121
<b>Corpo docente</b>	<b>123</b>
Perfil Docente	123
Formação Continuada dos Docentes	123
<b>Infraestrutura</b>	<b>125</b>
Instalações Gerais do Campus	125
Instalações Gerais do Centro	125
Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	126
Instalações Requeridas para o Curso	126
Biblioteca e Acervo Geral e Específico	127



---

## SUMÁRIO

Laboratórios de Formação Geral	128
Laboratórios de Formação Específica	128
<b>Observações</b>	<b>130</b>
<b>Referências</b>	<b>132</b>



---

# IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Nome do Curso**

Licenciatura Intercultural Indígena

**Código do Curso**

846

**Modalidade**

Licenciatura

**Grau do Curso**

Licenciatura

**Nome do Diploma**

Licenciatura Intercultural Indígena

**Turno**

Integral

**Duração Mínima do Curso**

10

**Duração Máxima do Curso**

15

**Área de Conhecimento**

Educação

**Regime Acadêmico**

Não seriado

**Processo Seletivo**

Verão

**Entrada**

Anual

---

# HISTÓRICO

## Histórico da UFES

Transcorria a década de 30 do século passado. Alguns cursos superiores criados em Vitória pela iniciativa privada deram ao estudante capixaba a possibilidade de fazer, pela primeira vez, os seus estudos sem sair da própria terra. Desses cursos, três - Odontologia, Direito e Educação Física - sobrevivem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Os ramos frágeis dos cafeeiros não eram mais capazes de dar ao Espírito Santo o dinamismo que se observava nos Estados vizinhos.

O então governador Jones dos Santos Neves via na educação superior um instrumento capaz de apressar as mudanças, e imaginou a união das instituições de ensino, dispersas, em uma universidade. Como ato final desse processo nasceu a Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado. Era o dia 5 de maio de 1954.

A pressa do então deputado Dirceu Cardoso, atravessando a noite em correria a Esplanada dos Ministérios com um processo nas mãos era o retrato da urgência do Espírito Santo. A Universidade Estadual, um projeto ambicioso, mas de manutenção difícil, se transformava numa instituição federal. Foi o último ato administrativo do presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de janeiro de 1961. Para o Espírito Santo, um dos mais importantes.

A reforma universitária no final da década de 60, a ideologia do governo militar, a federalização da maioria das instituições de ensino superior do país e, no Espírito Santo, a dispersão física das unidades criaram uma nova situação. A concentração das escolas e faculdades num só lugar começou a ser pensada em 1962. Cinco anos depois o governo federal desapropriou um terreno no bairro de Goiabeiras, ao Norte da capital, pertencente ao Victoria Golf & Country Club, que a população conhecia como Fazenda dos Ingleses. O campus principal ocupa hoje uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados.

A redemocratização do país foi escrita, em boa parte, dentro das universidades, onde a liberdade de pensamento e sua expressão desenvolveram estratégias de sobrevivência. A resistência à ditadura nos “anos de chumbo” e no período de retorno à democracia forjou, dentro da Ufes, lideranças que ainda hoje assumem postos de comando na vida pública e privada do Espírito Santo. A mobilização dos estudantes alcançou momentos distintos. No início, a fase heróica de passeatas, enfrentamento e prisões. Depois, a lenta reorganização para recuperar o rumo ideológico e a militância, perdidos durante o período de repressão.

Formadora de grande parte dos recursos humanos formados no Espírito Santo, ela avançou para o Sul, com a instalação de unidades acadêmicas em Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; e para o Norte, com a criação do Campus Universitário de São Mateus.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. As duas últimas décadas do milênio foram marcadas pela expansão das atividades de extensão, principalmente em meio a comunidades excluídas, e pela celebração de parcerias com o setor produtivo. Nos dois casos, ambos tinham a ganhar.

E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Nela estão cerca de 1.600 professores; 2.200 servidores técnicos; 20 mil alunos de graduação presencial e a distância, e 4 mil de pós-graduação. Possui 101 cursos de graduação, 58 mestrados e 26 doutorados, e desenvolve cerca de 700 programas de extensão na comunidade. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar



---

de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas.

## **Histórico do Centro**

O Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) ganhou esta denominação em 2000, em substituição ao então Centro de Estudos Gerais (CEG) constituído na época de criação da UFES na década de 1950. O CEG congregava cursos antigos como os das áreas de Ciências Exatas e os que compunham a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo – FAFI. Na década de 1990 os cursos de Química, Física, Matemática e Estatísticas e desmembraram do CEG, compondo o Centro de Ciências Exatas (CCE). O CCHN constitui um dos maiores e mais ativos centros da UFES: congrega a maioria das áreas de conhecimento das Ciências Humanas (Geografia, Filosofia, História, Ciências Sociais, Línguas e Letras, Psicologia) e das Ciências Naturais (Ciências Biológicas e Oceanografia), 8 cursos de bacharelado, 10 cursos de licenciatura, 11 mestrados e 8 doutorados. Fazem parte da comunidade acadêmica do CCHN cerca de 3500 discentes de graduação, 800 de pós-graduação, 225 docentes, em sua maioria doutores, e 65 servidores. Entre os vários projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do CCHN, cabe destacar o Núcleo de Ensino de Línguas para a Comunidade e o Núcleo de Psicologia Aplicada.

O CCHN possui uma área física adequada para os diversos cursos, com salas de aula, laboratórios e núcleos de pesquisa, salas de docentes, bibliotecas setoriais, museus, salas de reuniões e de convivência, almoxarifado e setores administrativos. Abrange ainda a área da Base Oceanográfica no município de Aracruz (ES) destinada também à realização de aulas e reuniões do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena vinculado ao CCHN. A variedade de áreas do conhecimento do CCHN faz deste centro um lugar privilegiado da vivência interdisciplinar e do pensamento plural, fundamentais para o âmbito e fortalecimento da instituição Universidade.



---

# **JUSTIFICATIVA E ESTUDO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DA DEMANDA**



---

# CONCEPÇÃO DO CURSO

## Contextualização do Curso

O PROLIND, vinculado ao Ministério da Educação, por intermédio da SECADI, com apoio da Secretaria de Educação Superior – SESU e execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, é um programa integrado de apoio à formação superior de professores indígenas, a ser implantado pelas IES federais e estaduais de todo o país, por meio de Cursos de Licenciaturas Interculturais, para que possa ser efetivada a docência no segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio conforme a realidade social e cultural específica de cada povo e segundo a legislação nacional que trata da educação escolar indígena.

Atendendo as antigas e prementes demandas dos povos indígenas Tupinikim e Guarani no Espírito Santo, a UFES, em 2009 concorreu ao Edital PROLIND nº 8 da SECADI/MEC 2009 no Eixo III, visando à elaboração conjunta - por parte de professores e representantes indígenas, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES e por demais pesquisadores e pessoas envolvidas com a educação indígena no Estado - de um Projeto de Licenciatura Intercultural Indígena a ser implementado na UFES.

Aprovado pela SECADI-MEC, o projeto obteve a liberação das verbas orçamentárias em final do mês de setembro de 2009. Os procedimentos burocráticos da própria universidade para a orçamentação e o uso da referida verba bem como a exigência do MEC de utilização dos recursos até dezembro de 2009, inviabilizaram a execução de todas as atividades propostas para o ano de 2009, o que levou à devolução verba, na esperança de que um novo plano de trabalho fosse contemplado com as verbas da SECADI no ano de 2010.

Esses obstáculos não impediram o desenvolvimento de algumas atividades que prepararam o terreno para a continuidade do projeto, construindo condições para o diálogo entre educadores indígenas, corpo docente universitário e demais atores envolvidos, como o seminário realizado na UFES no início de novembro de 2009, com o intuito de estimular a participação e interesse dos docentes, com suas especialidades, para a construção de um projeto acadêmico inovador e interdisciplinar, como demanda um projeto de licenciatura indígena. Ainda em novembro de 2009, a então coordenadora, Dra. Sílvia Lopes Macedo, participou como delegada regional, do I Congresso de Educação Indígena em Brasília, onde teve oportunidade de trocar experiências com outros coordenadores responsáveis por licenciaturas indígenas no país, financiadas pelo Programa PROLIND, e fortalecer os contatos com representantes da SECADI.

Em março de 2010, foi submetido ao PROLIND um novo plano de trabalho mantendo os mesmos objetivos do projeto anterior - a realização de encontros, organização de seminários e intercâmbios de experiências com outras licenciaturas indígenas, investindo num diálogo constante entre representantes indígenas e não-indígenas para a construção do projeto político-pedagógico. Entre 2009 e 2010, ocorreram mudanças na coordenação do Projeto de Licenciatura Indígena, tendo assumido como coordenador o Dr. Santinho Ferreira de Souza do Departamento de Línguas e Letras, em função da transferência da Dr<sup>a</sup> Sílvia Lopes Macedo para a UNIFESP/SP. Permaneceram como vice coordenadoras a Dr<sup>a</sup> Celeste Ciccarone do Departamento de Ciências Sociais e Mestrado de Ciências Sociais/UFES, e Andrea Cristina Almeida, educadora tupinikim, mestre em Educação pela PUC-SP, então coordenadora da Educação Escolar Indígena Tupinikim e Guarani na Secretaria Municipal de Educação de Aracruz -SEMED.

A partir da aprovação pela SECADI-MEC do novo plano de trabalho, em maio de 2010, realizaram-se encontros na UFES, que levaram à criação de uma Comissão formada paritariamente por indígenas e não indígenas. A Comissão se reuniu numerosas vezes ao longo de 2010 com o intuito de organizar e desenvolver o plano de trabalho para elaboração do projeto político-pedagógico, enfrentando severas dificuldades: o atraso na liberação dos recursos pela SECADI que chegaram à UFES somente em outubro de 2010; a drástica redução

---

(R\$ 15.000,00 - quinze mil reais) dos recursos liberados em função de entraves burocráticos administrativos que impediram a orçamentação do total da receita aprovada (R\$ 60.000,00 - sessenta mil reais); a escassa e inconstante participação de membros do corpo docente da UFES, que foi superada somente nos últimos meses, enquanto se manteve estável a participação indígena, em particular dos professores tupinikim. A normalização do fluxo financeiro ocorreu em 2011.

Em face dessas dificuldades, houve a necessidade de proceder a uma revisão das atividades previstas no cronograma, além da inevitável demora na sua execução. Tiveram que ser canceladas as viagens planejadas para conhecer experiências em IES com licenciaturas interculturais indígenas em andamentos, e foram adiadas as datas dos seminários periódicos a serem realizados nas aldeias no intuito de apresentar e discutir com as comunidades as etapas de elaboração do PPP, norteando seus resultados o prosseguimento dos trabalhos da Comissão. Os encontros que seguiram tanto na UFES quanto na Sede da SEMED, em Aracruz (ES), realizados com custeios pessoais e alguns poucos apoios institucionais, foram fundamentais para o exercício do diálogo entre perspectivas indígenas e acadêmicas, compartilhando da urgência da implantação do curso de licenciatura intercultural na UFES.

Cabe destacar que a maioria das IES públicas, federais e estaduais no Brasil tem criado modalidades de acesso ao ensino superior para povos indígenas que demandam para formação universitária, em geral, e para licenciatura intercultural, em particular, no caso de professores da educação escolar indígena, usufruindo, para sua implantação, do apoio do programa PROLIND, objetivando a formulação e a efetivação de políticas públicas de valorização da diversidade e promoção da equidade na educação.

O Primeiro Seminário de Licenciatura Intercultural Indígena PROLIND-UFES foi realizado na aldeia tupinikim de Pau Brasil (município de Aracruz, ES) em 19 e 20 de agosto de 2010, com ampla participação das comunidades, lideranças, membros das associações e movimentos indígenas, professores e representantes não indígenas de instituições, como FUNAI, UFES, SEDU-ES, SEMED, organizações não governamentais, especialistas e colaboradores envolvidos no apoio à educação escolar indígena. O evento contou com a importante contribuição da Dr<sup>a</sup> Ana Maria Gomes da UFMG que apresentou o histórico da experiência da elaboração do curso de licenciatura intercultural naquela universidade e a proposta político-pedagógica, auxiliando os presentes nos encaminhamentos dos trabalhos sobre a elaboração do projeto a ser implantado na UFES. A participação de professores tupinikim que frequentam atualmente o Curso de LLI da UFMG, de forma estável ou em atividades específicas, como também é o caso de professores guarani, tem sido um importante elo de aproximação e manutenção da interlocução com a Comissão PROLIND da UFES. Considerando a exiguidade dos recursos disponíveis, o Seminário só pôde ser realizado graças aos esforços incansáveis dos educadores indígenas na organização do evento, ao apoio da FUNAI que garantiu a alimentação para os participantes e da UFES que custeou as passagens aéreas e a estadia da Dr<sup>a</sup> Ana Maria Gomes. Da realização do I Seminário resultou a definição dos objetivos gerais e específicos, da justificativa das comunidades para a implantação da Licenciatura Intercultural Indígena e do perfil do formando como professor pesquisador comprometido com os projetos socioculturais e políticos das aldeias, com importantes indicações sobre as propostas dos conteúdos curriculares, encaminhadas a partir das experiências e expectativas sobre educação escolar indígena nas aldeias. O evento deu também visibilidade aos efeitos do acúmulo de demandas repetidamente frustradas e sempre mais diversificadas dos educadores de acesso à formação superior.

Os encontros sucessivos da Comissão objetivaram discutir e sistematizar os resultados do I Seminário, para embasar a primeira fase da elaboração da proposta político-pedagógica da LII. A falta de recursos e a escassa participação de docentes da UFES foram os principais obstáculos à agilização do processo de construção da PPP. Em várias reuniões, a Comissão teve que priorizar a discussão sobre o remanejamento das atividades propostas e a política de divulgação do PPP no intuito de sensibilizar, para a questão, os diferentes centros de ensino da universidade. Com a chegada à comissão de representantes docentes, sobretudo do Centro de Educação, os trabalhos ganharam novo fôlego, tendo sido sua contribuição fundamental para a montagem da proposta curricular.

Até final de 2010, somente poucos educadores indígenas e membros não indígenas da Comissão puderam se familiarizar com experiências de LII realizadas no país, participando de eventos como o “Seminário Interculturalidade e formação de professores indígenas: análise de experiências em curso”, realizado na UFMG de 13 a 16 de outubro de 2010, e o “Seminário Nacional de Educação Superior Indígena e XV Seminário Superior Indígena de Roraima”, realizado na UFRR, de 25 a 27 de outubro de 2010. A participação nos seminários, estimulando a familiarização com os PPPs de outras IES, proporcionou importantes contribuições para os trabalhos da comissão, na orientação de suas atividades nas experiências, propostas e expectativas da educação escolar indígena nas comunidades locais e na familiarização com os PPPs de outras IES.

O II Seminário da Licenciatura Intercultural Indígena da UFES, inicialmente programado para início de fevereiro de 2011, teve que ser adiado e realizado, nos dias 6 e 7 de maio de 2011, na aldeia tupinikim de Caieiras Velha, município de Aracruz, em função da persistência dos problemas de contenção e remanejamento das despesas orçamentárias. Mais restrito em termos de participação externa, com desistência de última hora da representante do Núcleo Insikrian da UFRR, convidada para contribuir com os trabalhos do Seminário, tendo em vista a experiência piloto em LII daquela universidade, o II Seminário tinha como objetivo apresentar e discutir com as lideranças, os professores e as comunidades indígenas, a primeira versão da estrutura curricular, organização e modalidades do PPP, construídas a partir das questões levantadas ao longo das reuniões da Comissão com referência aos currículos em andamento nas escolas indígenas tupinikim e guarani. O Seminário tinha como intuito, também, assegurar o compromisso das instituições envolvidas, sobretudo a UFES e a SEDU-ES, respectivamente na implantação do Curso de Licenciatura Indígena e do ensino médio nas aldeias. As demandas emergentes dos grupos de trabalho durante o II Seminário trouxeram como resultado a necessidade de ajuste da proposta apresentada no sentido de estender o tempo da LII para um período de cinco anos, destinados a uma formação comum e às habilitações específicas. Por tratar-se de uma licenciatura específica, diferenciada do modelo institucionalmente estabelecido para a sociedade não indígena, a formação de professores abarca o ensino fundamental e médio, justificando a duração de 5 anos, e está estruturada em três vértices de multi-habilidades, e não de habilidade específica. Por exemplo, o professor não estará habilitado em biologia, matemática, química especificadamente, mas no conjunto das ciências da natureza e matemática. A partir da experiência e interesses dos professores e das expectativas das comunidades e de seus líderes de realização de projetos socioculturais voltados para o alcance da sustentabilidade e da autonomia das aldeias, foram definidas três habilitações, a saber: Artes, Linguagens e Comunicação; Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Sociais e Humanidades. Houve sugestões de modificação no quadro de disciplinas nos primeiros módulos apresentados e indicações de aprofundamento da organização dos módulos e dos inter-módulos, tendo sido repensada a perspectiva sobre alternância e levantada a possibilidade de uma pequena experiência de ensino a distância. Foi reiterada a ênfase no papel do professor pesquisador e na imprescindível participação de mestres indígenas no processo de formação dos professores. No decorrer do seminário, a participação de alunos tupinikim e guarani de cursos de LII de outras IES (UFMG e UFSC) consolidou a intenção de buscar parcerias e colaboração de docentes especializados vinculados a outras instituições federais e estaduais de ensino superior. Nessa direção, foi intensificado o contato com docentes da UFMG e da UERJ, sendo as IES de maior referência e proximidade dos educadores tupinikim e guarani no intuito de elaborar um protocolo de intenções voltado a efetivar uma parceria interinstitucional na implantação da LII na UFES.

No segundo semestre de 2011, foi dado andamento à elaboração detalhada da estrutura curricular do PPP, o que exigiu uma colaboração mais ampla e diversificada de docentes da UFES, com destaque para a contribuição dos representantes do Centro de Educação e, mais recentemente, do Centro de Ciências Exatas. Essa etapa foi caracterizada pela emergência de novos questionamentos que exigiram a revisão de alguns itens da proposta curricular, ao mesmo tempo em que se aprimorava a interlocução entre os docentes de diferentes áreas do conhecimento comprometidos com a organização e a implementação da LII na UFES.

A realização do III Seminário teve que ser novamente postergada, em função da demora na liberação dos recursos por parte da SECADI-MEC. Apesar das dificuldades interpostas nas relações institucionais, o Seminário ocorreu, aos 19 de dezembro de 2011, na aldeia tupinikim



---

de Caieiras Velha. Nesse encontro, estiveram presentes educadores indígenas tupinikim e guarani, representantes indígenas, docentes da UFES, colaboradores externos, que, reunidos em grupos de trabalho, procederam à análise do PPP, trazendo para a plenária, questionamentos e sugestões que foram debatidas e contempladas no aprimoramento da redação final do presente projeto de licenciatura. Com a realização do III Seminário, cumpriu-se o cronograma de encontros estabelecido para discussão ampliada do documento a ser submetido à apreciação das unidades de ensino e dos órgãos de decisão superior da UFES. A criação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFES atende a uma reivindicação de longa data dos povos Tupinikim e Guarani por formação e titulação de seu quadro de professores em nível universitário, imprescindíveis para o desenvolvimento dos processos de educação escolar indígena no Espírito Santo, garantindo, dessa forma, o reconhecimento de seus direitos culturais diferenciados, a valorização de seus saberes e práticas e a sua qualificação como educadores e sujeitos políticos.

O presente Projeto Político-Pedagógico é o resultado de esforço coletivo de realização de um trabalho interinstitucional, interdisciplinar e intercultural, desafio empreendido por docentes da UFES, professores Tupinikim e Guarani, representantes de instituições parceiras e colaboradores e consultores externos.

Desde meados de 2010, quando a proposta de criação do curso foi contemplada pelo Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), ligada ao Ministério da Educação (MEC), a Comissão de Trabalho composta paritariamente por representantes indígenas e não indígenas, através de reuniões periódicas e seminários nas aldeias, teve, como tarefa, reunir e sistematizar informações, sugestões e expectativas de membros das comunidades e de lideranças com relação à formação superior e, em particular, à construção de um programa de licenciatura indígena intercultural na UFES.

O resultado final desse processo que se pretende, por enquanto, emergencial, para atender as atuais demandas dos educadores indígenas Tupinikim e Guarani, tem como ideia motriz subjacente ao projeto é a de que a estrutura do curso, suas habilitações, disciplinas e seus princípios norteadores estejam sempre sujeitos à reflexão, para se retroalimentar da práxis, dos projetos políticos e dos problemas emergentes nas comunidades e das dificuldades que surjam durante a sua institucionalização.

Construído em diálogo histórico com as demandas e com o fundamental apoio das comunidades e lideranças indígenas Tupinikim e Guarani no Espírito Santo, o Programa de Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) formou exitosamente, em 2023, sob a coordenação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Celeste Ciccarone, sua primeira turma, com 51 professores indígenas Tupinikim e Guarani.

Como reconhecimento de seu papel estratégico no âmbito da Universidade, e com o aval, apoio e consonância com os projetos de vida das comunidades e lideranças Tupinikim e Guarani, em julho de 2022, a UFES assumiu institucionalmente junto à Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp-MEC), atual SECADI, o compromisso de prosseguir com a oferta do curso por meio de uma segunda turma. A oferta desta segunda turma para o segundo semestre de 2024 fornece continuidade a uma das principais políticas de ações afirmativas no âmbito nesta Universidade, cujo objetivo é garantir continuamente as condições para a formação intercultural de Professores Indígenas, aptos a atuarem nas escolas de suas aldeias e alhures, em atendimento a seus direitos constitucionalmente garantidos.

### Princípios Norteadores

A elaboração do presente curso de Licenciatura Intercultural Indígena fundamenta-se em bases legais nacionais e internacionais e conjunturas e regulamentos político-pedagógicos nacionais. Nesse sentido, considera:

- A Constituição Federal do Brasil de 1988, nos artigos 210, 215, 231 e 232, a qual reconhece



---

aos povos indígenas suas culturas, línguas e tradições e lhes garante o direito à educação escolar, respeitando suas culturas, os processos próprios de aprendizagem e a língua materna indígena como meio de comunicação e aprendizagem ;

- A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, ou Convenção 169 (de 1989/OIT) que revisa a Convenção 107 (de 1957/OIT), aprovada no Brasil em 2004, estabelece o direito dos povos indígenas viverem e se desenvolverem como povos diferenciados, em conformidade com seus padrões. Reconhece a integridade cultural indígena, seus direitos à terra e aos recursos naturais, bem como à não-discriminação em todas as esferas do bem-estar social. Atribui aos governos a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, ações para proteger os direitos desses povos e de garantir o respeito à sua integridade, adotando medidas especiais para salvaguardar as pessoas, as instituições, seus bens, seu trabalho, sua cultura e meio ambiente;
- A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), que, dentre outras ações, assegura o direito aos povos Indígenas de “[...] estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativas, que ofereçam educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e de aprendizagem” (Art.14) e compromete aos Estados Federais a promover essa ação;
- A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (1998), que orienta as missões e funções da educação superior;
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, que estabelece as normas específicas para a oferta de educação escolar para os povos indígenas. Entre outras ações, compromete o Sistema de Ensino da União, junto às agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, a desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural de qualidade;
- O Decreto Presidencial n. 26 de 1991, dispõe, no Art. 1º que “Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Funai” , no Art. 2º que as ações previstas no artigo anterior “ Serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação”;
- A Portaria Interministerial nº 559/91 e as Portarias MEC 60/92 e 490/93, que instituem e normatizam o Comitê Nacional de Educação Indígena, com o fim de subsidiar a elaboração projetos e as ações educacionais nos estados e municípios;
- Os Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas (1998), que estabelecem os princípios norteadores para a implementação dos projetos das Escolas Indígenas no Brasil;
- A Resolução 03/1999 e o Parecer 14/1999 do Conselho Nacional de Educação, que fundamentam e estabelecem as normas de funcionamento das escolas indígenas ;
- O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 - 9 de janeiro de 2001) no Capítulo sobre Educação Escolar Indígena, define as diretrizes para a educação escolar indígena e os objetivos e metas que deverão ser atingidos, a curto e longo prazo, entre os quais, destaca-se: a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para todas as séries do ensino fundamental, assegurando autonomia para as escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros, e garantindo a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas. Para que isso se realize, o Plano estabelece a necessidade de criação da categoria escola indígena para Educação Indígena;
- Os Referenciais para a formação de Professores Indígenas de 2001-MEC sistematizam as principais ideias e práticas implementadas por diferentes projetos e programas de formação desenvolvidos no Brasil, e apresentam orientações a serem observadas pelos sistemas de ensino na implantação de programas específicos de formação de professores indígenas. Seu objetivo é construir referenciais e orientações que possam nortear a tarefa de implantação

---

permanente de programas de formação de professores indígenas, de modo que “atendam às demandas das comunidades indígenas e às exigências legais de titulação do professorado em atuação nas escolas indígenas do país.” (p.9);

- A Lei 11.645/ 2008 altera a LDB (Lei 9.394/96) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e complementa a Lei 10.639/2003 tornando obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. A Lei 10.639/2003 no Art.26- A § 1º afirmava que o estudo da História da África e dos Africanos deveria incluir “a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. A Lei 11.645 /2008, por sua vez, no Art.26-A § 1º amplia o conteúdo programático incluindo diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, dispendo sobre “o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”;

- A Resolução N° 47/2005, que estabelece as diretrizes para a formação de professores na Universidade da Universidade Federal de Espírito Santo (UFES);

- As prerrogativas do PROLIND/MEC (Secretaria de Educação Superior – SESu e SECADI), que objetiva “instituir um programa integrado de apoio à formação superior indígena, em especial à formação em nível superior de professores indígenas, como uma política de estado a ser implementada pelas IES públicas de todo o país”;

- O apoio à formação de professores indígenas em nível superior como uma das principais ações da SECADI/MEC, para a garantia de oferta de educação escolar indígena de qualidade; As Licenciaturas Indígenas em desenvolvimento nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de Minas Gerais (UFMG), de Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de Roraima (UFRR), da Grande Dourados (UFGD) - em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco -, de Goiás (UFGO), de Tocantins (UFTO), do Amazonas (UFAM), de Pernambuco (UFPE) e nas Instituições Estaduais de Ensino Superior (UEES) do Amazonas (UEA), do Mato Grosso (UNEMAT), da Bahia (UEBA) e de São Paulo (USP).

- O Decreto Presidencial 6.861 de 2009 que trata sobre como está definida a organização, estrutura e funcionamento da escola indígena, assim como os objetivos da mesma; além disso, contém o papel da União e Ministério da Educação no que se refere a apoio técnico e financeiro; aborda a organização territorial da educação escolar sob a definição de territórios etnoeducacionais, especificando que cada um deles contará com um plano de ação, detalhando o que deverá conter em cada um; ainda traz conteúdo sobre a formação dos professores indígenas e sobre os cursos de formação para professores indígenas.

- A Resolução n. 1, de 7 de janeiro de 2015 do CNE/CP – MEC que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas garantindo suas especificidades nas diferentes etapas do desenvolvimento de Cursos de Educação Superior e de Ensino Médio.

- A Resolução n. 2 de 10 julho de 2015do CNE/CP-MEC que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, respeitando “as normas e o ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando a valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica” ( Cap. I, Art. 3, § 7). Ao regulamentar cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, defina uma carga horária de “no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico” (Cap. V,Art. 13, § 1).



---

## Objetivos Gerais do Curso

Formar, em nível superior, professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação.

## Objetivos Específicos

- Contribuir para o envolvimento permanente dos educadores, dos representantes e das comunidades nas discussões do projeto político-pedagógico das escolas na busca do fortalecimento das práticas educadoras indígenas.
- Garantir o acesso aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade não indígena, propiciando o diálogo entre saberes indígenas e não indígenas e fornecendo instrumentos para valorização e fortalecimento dos conhecimentos, práticas e valores específico de cada povo indígena.
- Promover a formação do professor indígena pautada na autonomia intelectual e na indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, aprofundando, na prática da pesquisa, os conhecimentos da própria comunidade, repassando-os, na prática pedagógica, com segurança valorizando a sabedoria dos anciãos da aldeia e os processos próprios de aprendizagem.
- Propiciar a troca e o intercâmbio de conhecimentos entre povos indígenas, fortalecendo seus saberes e o trabalho de revitalização e preservação das línguas indígenas.
- Formar professores indígenas para atuar em relação de parceria aluno/família/comunidade/professor, contribuindo para preparar as gerações futuras como lideranças na defesa dos direitos e valorização das diferenças socioculturais e com a perspectiva de serem reconhecidas como tais no seu meio e ao seu redor.

## Metodologia

O Projeto PROLIND - UFES prevê, mediante ingresso único, a oferta de 30 (trinta) vagas destinadas a professores de Educação Básica que estejam atuando em Escolas Indígenas. O curso possui um Núcleo Comum Intercultural e Interdisciplinar, que possibilite ao docente uma formação diversificada, inclusive, para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, o curso habilitará o docente para o Ensino Fundamental e Médio, em uma das três Habilitações Plenas, a saber:

- Habilitação 01: Ciências Sociais e Humanidades;
- Habilitação 02: Artes, Linguagens e Comunicação;
- Habilitação 03: Ciências da Natureza e Matemática.

O tempo mínimo de integralização é de 05 (cinco) anos e o tempo máximo de integralização é de 07 (sete anos). É importante dizer que os 02 (dois) primeiros anos serão dedicados à formação em Núcleo Comum Intercultural e Interdisciplinar e os demais 03 (três) anos serão voltados às habilitações. A oferta do curso se dará no turno integral (vespertino e noturno), sendo que as aulas aos sábados somente se darão no período matutino.

Componentes curriculares exclusivos da habilitação Ciências Sociais e Humanidades:

DIVERSIDADE CULTURAL E ETNICIDADE  
TEMAS DE ETNOLOGIA INDÍGENA  
TERRA, ESTADO E POVOS INDÍGENAS  
MITOS E RITUAIS  
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA I  
MEMÓRIA E ETNOCONHECIMENTOS



---

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA II  
GEOCIÊNCIAS E GEOPOLÍTICA  
CONCEPÇÃO DE PESSOA E PRÁTICAS CORPORAIS  
ARTE E CULTURA: ARTESANATO  
PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL  
TERRITÓRIOS INDÍGENAS, CARTOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO  
SAÚDE INDÍGENA  
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES  
METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADE  
METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROJETOS SOCIAIS E ETNODESENVOLVIMENTO  
CURRÍCULO INTERCULTURAL IIA

Componentes curriculares exclusivos da habilitação Artes, Linguagens e Comunicação:

ARTE E CULTURA: DESENHO, PINTURA, PAPEL E CERÂMICA  
ARTE E CULTURA: MÚSICA  
ORALIDADE LEITURA E ESCRITA I  
ORALIDADE LEITURA E ESCRITA II  
ORALIDADE LEITURA E ESCRITA III  
EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO  
ARTE E CULTURA: ARTES CÊNICAS  
VARIAÇÃO E LINGUAGEM  
CONCEPÇÃO DE PESSOA E PRÁTICAS CORPORAIS  
ARTE E CULTURA: ARTESANATO  
LITERATURA INDÍGENA I  
LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS INDÍGENAS  
ESTUDOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS  
LITERATURA INDÍGENA II  
LINGUAGENS AUDIOVISUAIS  
ENSINO E PESQUISA DE LÍNGUAS INDÍGENAS  
BILINGUISMO E TRADUÇÃO  
CURRÍCULO INTERCULTURAL IIIB

Componentes curriculares exclusivos da habilitação Ciências da Natureza e Matemática:

MATEMÁTICA I: TEORIA E PRÁTICA  
BIOLOGIA I: TEORIA E PRÁTICA  
MATEMÁTICA II: TEORIA E PRÁTICA  
BIOLOGIA II: TEORIA E PRÁTICA  
MATEMÁTICA III: TEORIA E PRÁTICA  
FÍSICA I: TEORIA E PRÁTICA  
QUÍMICA I: TEORIA E PRÁTICA  
METODOLOGIA DE ENSINO DE MATEMÁTICA II  
METODOLOGIA DO ENSINO DE BIOLOGIA  
QUÍMICA II: TEORIA E PRÁTICA  
FÍSICA II: TEORIA E PRÁTICA  
METODOLOGIA DO ENSINO DE FÍSICA  
METODOLOGIA DO ENSINO DE QUÍMICA  
HISTÓRIA E EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA  
ELEMENTOS DE CÁLCULO  
HISTÓRIA DA MATEMÁTICA  
TECNOLOGIA E CULTURAS  
CURRÍCULO INTERCULTURAL IIC

O curso conta com a especificidade de organização curricular por etapas cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo/Universidade e Tempo-Comunidade, entendendo-se por Tempo/Universidade os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo/Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades indígenas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas.

Por tratar-se de um Curso com entrada única, o requisito para que o estudante avance para o módulo seguinte é a aprovação no anterior exclusivamente no caso de disciplinas sequenciais.



O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena totalizará 3.365 (três mil trezentos e sessenta e cinco horas) de atividades, possibilitando ao formando atuar nos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental e, nas disciplinas de sua habilitação, nos quatro anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

O cumprimento da carga horária se dará pelo uso do sistema de alternância, visando a respeitar o funcionamento das escolas indígenas, onde está ou estará inserida a maioria dos alunos do curso de licenciatura intercultural indígena, com a implementação do Ensino Médio pela Secretaria Estadual de Educação (SEDU).

O Curso de Licenciatura Indígena fundamenta-se no conjunto de disciplinas de Formação Pedagógica num primeiro momento e de Formação Específica na segunda fase do curso. Em ambas as fases os estudantes terão no currículo os Projetos de Pesquisa e Práticas Pedagógicas [PPPP], como Componentes Curriculares obrigatórios previstos na legislação educacional para os cursos de licenciaturas na dimensão de prática, do saber-fazer, do exercício do magistério. A dimensão de prática tem ancoragem nos Estágios Supervisionados, que são exigidos nas duas fases (Formação Pedagógica e Específica). Em cada fase se contabiliza 420 (quatrocentos e vinte) horas. A dimensão da prática está contemplada num circuito de desempenho discente dentro e fora do ambiente da sala de aula como conjunto amplo de atividades, desde o ato de ensinar propriamente dito até a produção e a análise de material didático-pedagógico, a experiência de gestão e a realização de pesquisas (Art.13 da Resolução CNE/CP 1/2015). Já o circuito de atividades extraclasse é definido por um ciclo de Atividades Acadêmico Científico-Culturais [AACCs], que devem computar 200 (duzentas horas) ao longo dos cursos, sendo 100 horas relativas às atividades de extensão que o estudante irá realizar ao longo do curso, nos diversos projetos e cursos de extensão vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo. No caso da Licenciatura Indígena, as AACCs também contam com os Seminários de Integração e Avaliação devido às particularidades da Escola Indígena.

Vale ressaltar que este PPC está em acordo com as seguintes normativas: Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC); Resolução Nº 48/22, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Instrução Normativa Nº 8, de 17 de março de 2022; ao dispor de 10% de sua carga horária total da estrutura curricular para integrar projetos de extensão em sua composição. Além da integração das atividades extensionistas no componente curricular, também está prevista a criação de Projetos de Extensão para o atendimento de tal demanda.

Sendo assim, temos:

- Carga Horária Total do Curso: 3.365 (três mil trezentos e sessenta e cinco horas)
- Formação Específica (disciplinas em módulos): 2.415h
- Formação Ampliada (Projeto de Pesquisa e Prática Pedagógica): 240h
- Carga Horária de Extensão: 340h (240h creditas em disciplinas obrigatórias do núcleo comum e 100h creditadas em atividades extensionista não vinculadas às disciplinas.
- Carga Horária do Estágio Supervisionado: 420h
- Carga Horária do Trabalho de Conclusão de Curso: 90h
- Carga Horária das Atividades Complementares: 100h
- Turno de Funcionamento do Curso (matutino, vespertino, noturno ou integral)
- Tempo mínimo para integralização do Curso: 05 (cinco) anos
- Tempo máximo para integralização do Curso: 07 (sete) anos

---

## Avaliação

Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem será referenciada no vínculo da proposta e organização curricular do Curso com os projetos políticos-pedagógicos das escolas e povos indígenas envolvidos, e será desenvolvida de forma contínua e dinâmica. Serão garantidas a diversidade e a especificidade de procedimentos, considerando os critérios de consecução dos objetivos das atividades formativas, a adequação dos conteúdos ministrados a realidade local e sua reformulação. Para avaliar o trabalho e o processo de formação do discente, assegurando sua autonomia, serão disponibilizadas informações e encaminhadas propostas de ação de natureza formativa para a melhoria da aprendizagem. As atividades produzidas ao longo do percurso de formação e de suas relações com as experiências pedagógicas nas escolas indígenas serão parte dos processos de avaliação e de auto-avaliação dos discentes. O desempenho dos professores indígenas será objeto das avaliações periódicas em reuniões com as comunidades envolvidas no acompanhamento do processo de formação. A avaliação do desempenho dos formadores não indígenas estará vinculada à exigência de seguir as diretrizes do Projeto Político - Pedagógico do Curso, e no acompanhamento do planejamento das aulas, redimensionamento e readaptação das práticas pedagógicas ao perfil e demandas dos alunos.

## Acessibilidade metodológica e atitudinal

A orientação e flexibilização da organização curricular do Curso será referenciada nos sujeitos e espaços educativos existentes nas comunidades indígenas, valorizando e socializando, de forma integrada, saberes, práticas e linguagens na perspectiva da educação escolar indígena diferenciada e inclusiva. Serão priorizados investimentos para garantia do atendimento à acessibilidade, e dada particular atenção à perspectiva e tratamento local de sujeitos vulneráveis em sua diversidade e relação com a atividade docente no enfrentamento de barreiras pedagógicas. Neste sentido, será realizado o monitoramento da adequação teórico metodológica, da diversificação de recursos didáticos, de critérios de avaliação e das perspectivas sobre inclusão. Reuniões do corpo docente e da coordenação pedagógica para acompanhamento de estudantes com dificuldades poderão ainda propor modalidades diferenciadas de atividades, com carga horária extracurricular, coordenada por tutores e estagiários, possibilitando que o discente enfrente suas dificuldades como parte de sua formação e prosseguindo no curso sem interrupções.

## Perfil do Egresso

Formar educadores indígenas comprometidos como interlocutores/articuladores do saber comunitário, atendendo à demanda de uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural voltada para o fortalecimento sociocultural e político de seus povos.

# ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

## Concepção da Organização Curricular

O Projeto PROLIND - UFES (2024) prevê, mediante ingresso único, a oferta de 30 (trinta) vagas destinadas exclusivamente a pessoas indígenas, reconhecidas por suas comunidades e que tenham finalizado o Ensino Médio.

O curso possui um Núcleo Comum Intercultural e Interdisciplinar, que possibilite ao docente uma formação diversificada, inclusive, para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, o curso habilitará o docente para o Ensino Fundamental e Médio, em uma das três Habilitações Plenas, a saber:

- Habilitação 01: Ciências Sociais e Humanidades;
- Habilitação 02: Artes, Linguagens e Comunicação;
- Habilitação 03: Ciências da Natureza e Matemática.

O tempo mínimo de integralização é de 05 (cinco) anos e o tempo máximo de integralização é de 07 (sete anos). É importante dizer que os 02 (dois) primeiros anos serão dedicados à formação em Núcleo Comum Intercultural e Interdisciplinar e os demais 03 (três) anos serão voltados às habilitações. A oferta do curso se dará no turno integral (vespertino e noturno), sendo que as aulas aos sábados somente se darão no período matutino.

O curso conta com a especificidade de organização curricular por etapas cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo/Universidade e Tempo-Comunidade, entendendo-se por Tempo/Universidade os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo/Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades indígenas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas.

Por tratar-se de um Curso com entrada única, o requisito para que o estudante avance para o módulo seguinte é a aprovação no anterior exclusivamente no caso de disciplinas sequenciais.

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena totalizará 3.365 (três mil trezentos e sessenta e cinco horas) de atividades, possibilitando ao formando atuar nos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental e, nas disciplinas de sua habilitação, nos quatro anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

O cumprimento da carga horária se dará pelo uso do sistema de alternância, visando a respeitar o funcionamento das escolas indígenas, onde está ou estará inserida a maioria dos alunos do curso de licenciatura intercultural indígena.

O Curso de Licenciatura Indígena fundamenta-se no conjunto de disciplinas de Formação Pedagógica num primeiro momento e de Formação Específica na segunda fase do curso. Em ambas as fases os estudantes terão no currículo os Projetos de Pesquisa e Práticas Pedagógicas [PPPP], como Componentes Curriculares obrigatórios previstos na legislação educacional para os cursos de licenciaturas na dimensão de prática, do saber-fazer, do exercício do magistério. Além disso, podemos contabilizar somente em relação às disciplinas do núcleo comum, 600 horas de ênfase pedagógica. Importante também indicar que em todas as habilitações contém disciplinas com carga horária pedagógica.

A dimensão de prática tem ancoragem nos Estágios Supervisionados, que são exigidos nas duas fases (Formação Pedagógica e Específica). Em cada fase se contabiliza 420 (quatrocentos e vinte) horas. A dimensão da prática está contemplada num circuito de desempenho discente dentro e fora do ambiente da sala de aula como conjunto amplo de atividades, desde o ato de ensinar propriamente dito até a produção e a análise de material didático-pedagógico, a

---

experiência de gestão e a realização de pesquisas (Art.13 da Resolução CNE/CP 1/2015).

Já o circuito de atividades extraclasse é definido por um ciclo de Atividades Acadêmico Científico-Culturais [AACCs], que devem computar 200 (duzentas horas) ao longo dos cursos. No caso da Licenciatura Indígena as AACCs também contam com os Seminários de Integração e Avaliação devido às particularidades da Escola Indígena.

Sendo assim, temos:

- Carga Horária Total do Curso: 3.365 (três mil trezentos e sessenta e cinco horas)
- Formação Específica (disciplinas em módulos): 2.415h
- Formação Ampliada (Projeto de Pesquisa e Prática Pedagógica): 240h
- Carga Horária do Extensão: 340h
- Carga Horária do Estágio Supervisionado: 420h
- Carga Horária do Trabalho de Conclusão de Curso: 90h
- Carga Horária das Atividades Complementares: 100h
- Turno de Funcionamento do Curso (matutino, vespertino, noturno ou integral)
- Tempo mínimo para integralização do Curso: 05 (cinco) anos
- Tempo máximo para integralização do Curso: 07 (sete) anos

#### Avaliação

Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem será referenciada no vínculo da proposta e organização curricular do Curso com os projetos políticos-pedagógicos das escolas e povos indígenas envolvidos, e será desenvolvida de forma contínua e dinâmica. Serão garantidas a diversidade e a especificidade de procedimentos, considerando os critérios de consecução dos objetivos das atividades formativas, a adequação dos conteúdos ministrados a realidade local e sua reformulação. Para avaliar o trabalho e o processo de formação do discente, assegurando sua autonomia, serão disponibilizadas informações e encaminhadas propostas de ação de natureza formativa para a melhoria da aprendizagem. As atividades produzidas ao longo do percurso de formação e de suas relações com as experiências pedagógicas nas escolas indígenas serão parte dos processos de avaliação e de auto-avaliação dos discentes. O desempenho dos professores indígenas será objeto das avaliações periódicas em reuniões com as comunidades envolvidas no acompanhamento do processo de formação. A avaliação do desempenho dos formadores não indígenas estará vinculada à exigência de seguir as diretrizes do Projeto Político - Pedagógico do Curso, e no acompanhamento do planejamento das aulas, redimensionamento e readaptação das práticas pedagógicas ao perfil e demandas dos alunos.

#### Acessibilidade metodológica e atitudinal

A orientação e flexibilização da organização curricular do Curso será referenciada nos sujeitos e espaços educativos existentes nas comunidades indígenas, valorizando e socializando, de forma integrada, saberes, práticas e linguagens na perspectiva da educação escolar indígena diferenciada e inclusiva. Serão priorizados investimentos para garantia do atendimento à acessibilidade, e dada particular atenção à perspectiva e tratamento local de sujeitos vulneráveis em sua diversidade e relação com a atividade docente no enfrentamento de barreiras pedagógicas. Neste sentido, será realizado o monitoramento da adequação teórico metodológica, da diversificação de recursos didáticos, de critérios de avaliação e das perspectivas sobre inclusão. Reuniões do corpo docente e da coordenação pedagógica para acompanhamento de estudantes com dificuldades poderão ainda propor modalidades



---

diferenciadas de atividades, com carga horária extracurricular, coordenada por tutores e estagiários, possibilitando que o discente enfrente suas dificuldades como parte de sua formação e prosseguindo no curso sem interrupções.

### Etapas do Projeto

O ano letivo se organiza em duas etapas, sendo a primeira etapa de janeiro a junho e segunda etapa de julho a novembro; cada etapa compreende atividades em Módulos (disciplinas) e Extra módulos (projetos de pesquisa).

As diversas atividades do curso estão agrupadas em 10 etapas, correspondentes a dois semestres letivos por ano, realizadas em cinco anos.

Ainda estão previstas as seguintes atividades:

- Projetos de Pesquisa e Prática Pedagógica. Ocorrerão nas 04 primeiras etapas, de março a junho e de agosto a novembro, totalizando 240 horas;
- Estágio Supervisionado. Ocorrerá nas etapas 05 a 08, de março a junho e de agosto a novembro, totalizando 420 horas;
- Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido nas etapas 09 e 10, somando 90 horas;
- Atividades complementares. Mínimo exigido igual a 100 horas. Parte substancial dessas atividades poderá ser cumprida mediante Seminários Temáticos oferecidos anualmente pelo Colegiado do Curso, para tratar de assuntos de interesse comum ou específico da habilitação, viabilizando maior intercâmbio com outras Instituições de Ensino Superior, além de compor o somatório de componente de práticas.

Por organizar-se em tempos/espços diferenciados, o curso enfatizará e valorizará a experiência sócio profissional dos educadores indígenas, com tempos de formação na UFES e no espaço de atuação e vivência dos estudantes nas aldeias.

O Colegiado do Curso buscará, junto às Secretarias de Educação, a flexibilização dos calendários escolares para que se garanta o apoio e valorização do desenvolvimento do curso, se aproximem e relacionem diferentes temporalidades e processos de ensino e aprendizagem, assim como estimulando a convivência da pluralidade no âmbito da comunidade acadêmica.

As atividades intermediárias, sob orientação de um professor coordenador de estágio e de pesquisa, dizem respeito às diferentes ações acadêmicas que contribuirão com a formação dos professores. A saber: a prática de ensino, os estágios supervisionados, os projetos de pesquisa e prática pedagógica, os seminários temáticos e outras atividades a serem identificadas.

Os campos de conhecimento e os projetos dos alunos e de suas comunidades orientarão a realização de atividades de prática de ensino e estágio, de modo que também nesses momentos a atuação do estudante indígena será caracterizada pela interação entre sua atividade docente e suas demais ações/iniciativas na comunidade. As atividades intermediárias atravessarão todo o curso, de modo que teoria e prática estejam permanentemente articuladas.

Os Projetos de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPPP) serão desenvolvidos ao longo das etapas 1, 2, 3 e 4 e totalizarão 240 h. Os Estágios Supervisionados, por outro lado, ocorrerão nas etapas 5, 6, 7 e 8, perfazendo 420 h. Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolver-se-á, nas etapas 9 e 10, com um total de 90 h. Por fim, os Seminários Temáticos não possuem temas predefinidos e terão uma carga horária prevista de 15 a 45 h.; permitirão que os discentes indígenas atuem na sua definição temática e temporal e no intercâmbio com outras instituições de ensino superior.

Especificamente, os Projetos de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPPP), terão os seguintes

---

objetivos:

(1) PPPP I: produção de saberes e práticas sobre os diferentes espaços educativos, a partir de conceitos e linguagens próprias das metodologias de pesquisa, com ênfase nas várias etapas que caracterizam os processos de investigação científica e assumindo como referências às dimensões: sociocultural, políticas, artísticas e ambiental da educação.

(2) PPPP II: instituição de possibilidades de conhecer os sujeitos escolares: crianças, jovens e adultos, tomando como eixo condutor as práticas de pesquisa educacional, tendo em vista o desenvolvimento de saberes/fazeres dos processos de subjetivação. Compreensão das diversas formas histórico-culturais pelas quais os diversos tempos de vida são significados em seus aspectos cognitivo, social, psíquico, emocional, afetivo e físico, possibilitando lidar com a diversidade dos alunos e trabalhar na perspectiva da escola inclusiva.

(3) PPPP III: produção de saberes e práticas, a partir de conceitos e linguagens próprios das metodologias de pesquisa, considerando as várias etapas que caracterizam o processo de investigação. Eixos temáticos: projetos de ensino em áreas específicas do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar; socialização da produção entre os agentes envolvidos com a educação, em diferentes espaços educativos.

(4) PPPP IV: produção de saberes e práticas, a partir de conceitos e linguagens próprios das metodologias e pesquisas, com ênfase nas várias etapas que caracterizam os processos de investigação. Eixos temáticos: estudos sobre a educação de pessoas e/ou grupos em situação de risco e/ou desvantagens socioeconômicas, configurando “saberes/fazeres” escolares, não escolares e extra escolares; formação inicial e continuada de educadores para Obras Sociais, Organizações Não governamentais, dentre outras; produção do relatório final de pesquisa e/ou artigo científico dentro das normas estabelecidas, consolidadas e/ou alternativas.

Como prevê o Artigo 13, da Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº2 de 1º de julho de 2015, a carga horaria destinada a prática está distribuída ao longo do processo formativo. Dessa forma, todas as disciplinas da Licenciatura Intercultural Indígena possuem parte de sua carga horária destinada a essa dimensão prática. Artigo 13, § 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo: I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

Além das disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica, o restante da componente práticas está dividida e distribuída entre as disciplinas do núcleo comum e habilitações. E dada as especificidades do curso temos na alternância (tempo aldeia) uma carga horaria bem excedente dessa componente. Essa distribuição de carga horária prática está de acordo com o que prevê a Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº1 de 7 de janeiro de 2015.

Art. 10. Os projetos pedagógicos de cursos devem indicar, para as instituições formadoras, estratégias necessárias à oferta de formação inicial e continuada de professores indígenas com a requerida qualidade sociocultural, visando a assegurar o direito ao acesso, à permanência e à conclusão exitosa do formando indígena.

§1º Para a promoção da qualidade e das especificidades dessas formações, a realização de suas atividades deve ocorrer em espaços e tempos diversificados, observando-se o calendário sociocultural, econômico e ritual dos povos e comunidades indígenas, bem como os respectivos calendários letivos de suas escolas.

§2º As diferentes presenças dos sábios indígenas, dos “mais velhos”, das lideranças políticas e dos filhos pequenos dos professores em formação devem ser acolhidas requerendo, das instituições formadoras, tratamento adequado à sua permanência neste ambiente formativo.

§3º Os sábios, os “mais velhos” e as lideranças políticas podem atuar como formadores, cabendo às instituições formadoras a adoção de estratégias específicas identificadas para este fim.

Por fim, é importante ressaltar que as questões relacionadas à diversidade de gênero e sexual e à história e cultura africana e afro-brasileira, foram incluídas em disciplinas do Núcleo Comum, tendo em vista sua pertinência com a ementa respectiva, garantindo o desenvolvimento de conexões entre os conteúdos. Tais questões são temas trabalhados ao longo do curso exatamente pelas especificidades da Licenciatura Intercultural Indígena. A inclusão ocorreu na bibliografia das seguintes disciplinas do Núcleo Comum: Conhecimento e interculturalidade; Filosofia da Educação; Metodologia do ensino de História; Didática; Currículo Intercultural I; Política Educacional e Gestão escolar intercultural; Movimentos sociais e Educação de Jovens e Adultos; Educação Inclusiva.

## Quadro Resumo da Organização Curricular

Descrição	Previsto no PPC
Carga Horária Total	3365 horas
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias	1710 horas
Carga Horária em Disciplinas Optativas	945 horas
Carga Horária de Disciplinas de Caráter Pedagógico	1050 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	90 horas
Atividades Complementares	100 horas
Estágio Supervisionado	420 horas
Turno de Oferta	Integral
Tempo Mínimo de Integralização	5.0 anos
Tempo Máximo de Integralização	7.0 anos
Carga Horária Mínima de Matrícula Semestral	60 horas
Carga Horária Máxima de Matrícula Semestral	600 horas
Número de Novos Ingressantes no 1º Semestre	30 alunos
Número de Novos Ingressantes no 2º Semestre	0 alunos
Número de Vagas de Ingressantes por Ano	30 alunos
Prática como Componente Curricular	1000 horas

## Disciplinas do Currículo

### Observações:

T - Carga Horária Teórica Semestral

E - Carga Horária de Exercícios Semestral

L - Carga Horária de Laboratório Semestral

X - Carga Horária de Extensão Semestral

OB - Disciplina Obrigatória

OP - Disciplina Optativa

EC - Estágio Curricular

EL - Disciplina Eletiva

02-Estágio Supervisionado		Carga Horária Exigida: 420					Crédito Exigido:	
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
5º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15778	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	5	105	45-30-30-0		OB
6º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15779	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	5	105	45-30-30-0	Disciplina: PRO15778	OB
7º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural	PRO15780	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	5	105	45-30-30-0	Disciplina: PRO15779	OB



	Indígena						Disciplina: PRO15779	
8º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15781	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	5	105	45-30-30-0	Disciplina: PRO15780	OB

03-Trabalho de Conclusão de Curso			Carga Horária Exigida: 90			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
9º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15782	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	2	45	15-30-0-0		OB
10º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15783	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	2	45	15-30-0-0	Disciplina: PRO15782	OB

Disciplinas Obrigatórias			Carga Horária Exigida: 1710			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
1º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15747	EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS DE LEITURA E DE ESCRITA	2	45	30-0-15-0		OB
1º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17433	MOVIMENTOS INDÍGENAS, DIREITOS E POLÍTICA INDIGENISTA	3	60	30-0-0-30		OB
1º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17434	EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL	3	60	30-0-0-30		OB
1º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15750	PROJETOS DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I (PPPP I)	2	60	30-15-15-0		OB
1º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15748	CORPO, ARTE E MUSICALIDADE	1	45	15-15-15-0		OB
1º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15746	CONHECIMENTO E INTERCULTURALIDADE	2	45	30-0-15-0		OB
1º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15749	ETNOMATEMÁTICA I	1	45	15-15-15-0		OB
2º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15756	PROJETOS DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II (PPPP II)	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15750	OB





2º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17435	COSMOLOGIAS E ASTRONOMIA	3	60	30-0-0-30		OB
2º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15755	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	2	45	30-0-15-0		OB
2º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15751	HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO I	2	45	30-0-15-0		OB
2º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15754	SAÚDE E MEIO AMBIENTE	2	60	30-15-15-0		OB
2º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17436	LÍNGUAS INDÍGENAS	3	60	30-0-0-30		OB
3º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15758	HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO II	2	45	30-0-15-0	Disciplina: PRO15751	OB
3º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15761	PROJETOS DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III (PPPP III)	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15756	OB
3º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17437	GEOCIÊNCIAS	3	60	30-0-0-30		OB
3º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15759	INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO E À PESQUISA EDUCACIONAL	2	45	30-15-0-0		OB
3º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15757	ALFABETIZAÇÃO	2	45	30-15-0-0		OB
4º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15765	DIDÁTICA	1	45	15-15-15-0		OB
4º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15762	METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUAS	3	45	45-0-0-0		OB
4º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15767	PROJETOS DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA IV (PPPP IV)	2	60	30-15-15-0		OB
4º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural	PRO15764	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	45	30-0-15-0		OB



	Indígena							
4º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15763	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	2	45	30-0-15-0		OB
4º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17438	TERRITÓRIOS INDÍGENAS E AUTOSSUSTENTAÇÃO	3	60	30-0-0-30		OB
5º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15768	METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA	1	45	15-15-15-0		OB
5º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15772	METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA I	1	45	15-15-15-0		OB
5º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17439	POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR INTERCULTURAL	2	45	30-0-0-15		OB
5º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15769	CURRÍCULO INTERCULTURAL I	2	45	30-0-15-0		OB
5º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17440	POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS	3	60	30-0-0-30		OB
6º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO17441	ARQUEOLOGIA	2	45	30-0-0-15		OB
6º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15773	MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2	45	30-0-15-0		OB
7º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15776	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	2	45	30-0-15-0		OB
7º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15775	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	2	45	30-0-15-0		OB
8º	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15777	LIBRAS	2	45	30-0-15-0		OB

Habitação 01: Ciências Sociais e Humanidades			Carga Horária Exigida:			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
-	Colegiado do	PRO15790	ORGANIZAÇÃO	2	45	30-0-15-0	Disciplina:	OP



	Curso de Licenciatura Intercultural Indígena		SOCIAL E POLÍTICA II				PRO15788	
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15784	DIVERSIDADE CULTURAL E ETNICIDADE	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15800	PROJETOS SOCIAIS E ETNODESENVOLVIMENTO	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15787	MITOS E RITUAIS	3	60	45-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15792	CONCEPÇÃO DE PESSOA E PRÁTICAS CORPORAIS	3	60	45-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15797	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES	2	45	30-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15791	GEOCIÊNCIAS E GEOPOLÍTICA	2	45	30-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15785	TEMAS DE ETNOLOGIA INDÍGENA	3	60	45-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15794	PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL	2	45	30-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15799	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	2	45	30-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15788	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA I	3	60	45-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15793	ARTE E CULTURA: ARTESANATO	3	60	45-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15796	SAÚDE INDÍGENA	2	45	30-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15789	MEMÓRIA E ETNOCONHECIMENTOS	2	45	30-0-15-0		OP



-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15801	CURRÍCULO INTERCULTURAL IIA	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15786	TERRA, ESTADO E POVOS INDÍGENAS	3	60	45-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15795	TERRITÓRIOS INDÍGENAS, CARTOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15798	METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADE	2	45	30-0-15-0		OP

Habilitação 02: Artes, Linguagens e Comunicação				Carga Horária Exigida:			Crédito Exigido:	
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15805	ORALIDADE LEITURA E ESCRITA II	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15804	OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15806	ORALIDADE LEITURA E ESCRITA III	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15805	OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15813	LITERATURA INDÍGENA II	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15810	OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15817	CURRÍCULO INTERCULTURAL IIIB	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15793	ARTE E CULTURA: ARTESANATO	3	60	45-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15811	LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS INDÍGENAS	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15804	ORALIDADE LEITURA E ESCRITA I	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15815	ENSINO E PESQUISA DE LÍNGUAS INDÍGENAS	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura	PRO15802	ARTE E CULTURA: DESENHO, PINTURA, PAPEL E CERÂMICA	2	45	30-0-15-0		OP



	Intercultural Indígena							
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15809	VARIAÇÃO E LINGUAGEM	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15810	LITERATURA INDÍGENA I	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15792	CONCEPÇÃO DE PESSOA E PRÁTICAS CORPORAIS	3	60	45-0-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15812	ESTUDOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15807	EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15816	BILINGUISMO E TRADUÇÃO	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15808	ARTE E CULTURA: ARTES CÊNICAS	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15814	LINGUAGENS AUDIOVISUAIS	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15803	ARTE E CULTURA: MÚSICA	2	45	30-0-15-0		OP

Habilitação 03: Ciências da Natureza e Matemática			Carga Horária Exigida:			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L.X	Pré-Requisitos	Tipo
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15820	MATEMÁTICA II: TEORIA E PRÁTICA	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15818	OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15821	BIOLOGIA II: TEORIA E PRÁTICA	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15819	OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15822	MATEMÁTICA III: TEORIA E PRÁTICA	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15820	OP



-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15835	METODOLOGIA DE ENSINO DE MATEMÁTICA II	2	60	30-15-15-0	Disciplina: PRO15772	OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15826	QUÍMICA II: TEORIA E PRÁTICA	2	45	30-15-0-0	Disciplina: PRO15824	OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15827	FÍSICA II: TEORIA E PRÁTICA	2	45	30-15-0-0	Disciplina: PRO15823	OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15818	MATEMÁTICA I: TEORIA E PRÁTICA	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15828	METODOLOGIA DO ENSINO DE FÍSICA	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15825	METODOLOGIA DO ENSINO DE BIOLOGIA	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15830	HISTÓRIA E EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15823	FÍSICA I: TEORIA E PRÁTICA	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15833	TECNOLOGIA E CULTURAS	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15834	CURRÍCULO INTERCULTURAL IIC	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15829	METODOLOGIA DO ENSINO DE QUÍMICA	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15824	QUÍMICA I: TEORIA E PRÁTICA	2	60	30-15-15-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15832	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	2	45	30-15-0-0		OP
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural	PRO15819	BIOLOGIA I: TEORIA E PRÁTICA	2	60	30-15-15-0		OP



	Indígena							
-	Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena	PRO15831	ELEMENTOS DE CÁLCULO	2	45	30-15-0-0		OP

### Atividades Complementares

	<b>Atividade</b>	<b>CH Máxima</b>	<b>Tipo</b>
1	ATV03045 Participação em eventos da área da educação, como congresso, seminário, simpósio, encontro, conferência, jornada, oficina, etc..	60	Participação em eventos
2	ATV03054 Participação em eventos científicos, culturais e/ou artísticos mediante comprovação.	20	Participação em eventos
3	ATV03053 Participação regular em grupos de estudos coordenados por professores da UFES.	40	Atuação em núcleos temáticos
4	ATV03040 Participação em Projeto ou Programa de Extensão Universitária, vinculados à UFES, como bolsista remunerado ou voluntário.	60	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
5	ATV03049 Estágio não obrigatório, de acordo com normas vigentes.	60	Estágios extracurriculares
6	ATV03037 Participação em Projeto de Iniciação Científica orientado por professor do curso, como bolsista remunerado ou voluntário.	80	De iniciação científica e de pesquisa
7	ATV03039 Relatório parcial e/ou final de Iniciação Científica, orientado por professor do curso, elaborado pelo bolsista remunerado ou voluntário.	80	De iniciação científica e de pesquisa
8	ATV03043 Atividades de Monitoria em disciplinas da UFES.	60	Monitoria
9	ATV03041 Relatório parcial e/ou final de Projeto ou Programa, orientado por professor do curso, elaborado pelo bolsista remunerado ou voluntário.	80	Outras atividades
10	ATV03055 Outras atividades analisadas e autorizadas antecipadamente, em cada caso, pelo Colegiado.		Outras atividades
11	ATV03048 Publicação de livro, capítulo, artigo, resenha ou resumo em anais, na área da educação	60	Publicação de Trabalhos - Integra



	<b>Atividade</b>	<b>CH Máxima</b>	<b>Tipo</b>
12	ATV03051 Disciplinas eletivas, oferecidas pela UFES, quando excedentes ao número de créditos exigidos	90	Disciplinas Eletivas
13	ATV03047 Apresentação de trabalho científico em evento da área de educação.	50	Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
14	ATV03046 Participação como membro de organização de eventos como os mencionados na ATV03045.	20	Organização de Eventos
15	ATV03050 Atividade de representação estudantil em mandatos específicos.	20	Organização estudantil
16	ATV03042 Participação em curso de extensão realizado na UFES.	180	Cursos extracurriculares
17	ATV03052 Curso de língua estrangeira realizado em instituição credenciada.	25	Cursos extracurriculares
18	ATV03044 Atividades desenvolvidas com bolsa PET (Programa Especial de Treinamento) no âmbito da UFES.	60	Atividades desenvolvidas com bolsa PET

## Equivalências

## Currículo do Curso





---

**Disciplina: PRO15747 - EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS DE LEITURA E DE ESCRITA**

**Ementa**

Leitura em sentido lato: compreensão das diferentes formas da linguagem e identificação dessas formas como manifestações culturais. A linguagem não verbal: artesanato, cerâmica, cestaria, dança, escultura, jogo, música, pintura, tecelagem. A linguagem oral e a linguagem escrita: conversas cotidianas, histórias orais, narrativas históricas, narrativas mitológicas, textos técnicos. Leitura escrita como experiência: o texto do aluno como ponto de referência.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. Aberto (2003): 13-18.

FERREIRA, Mariana Leal. Escrita e oralidade no Parque Indígena do Xingu: inserção na vida social e a percepção dos índios. Revista de Antropologia (1992): 91-112.

FREIRE, Paulo & CAMPOS Marcio D'Oliveira. Da leitura da palavra à leitura de mundo. Campinas: Paz e Terra (1982).

**Bibliografia Complementar**

FRANCHETTO, Bruna. O Papel da Educação escolar no Processo de Domesticação das línguas indígenas pela Escrita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 75.179/180(1994): 181.

\_\_\_\_\_. A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. Mana 14.1 (2008): 31-59.

EMIRI, Loretta, MONSERRAT Ruth Maria Fonini. A conquista da escrita. Editora Iluminuras Ltda, 1989.

NEVES, Josélia Gomes. Exercícios de interculturalidade: leitura e escrita na terra indígena. Anais do 17º Congresso de Leitura do Brasil. 2009.

SPOTTI, Carmem Véra Nunes, MOURA Ana Aparecida Vieira de, CUNHA Genilza Silva. O lugar onde vivo: das narrativas orais indígenas à prática de leitura e de escrita. Nau Literária 9.2 (2013).

---

**Disciplina: PRO17433 - MOVIMENTOS INDÍGENAS, DIREITOS E POLÍTICA****Ementa**

Movimentos indígenas na América do Sul, no Brasil e no Espírito Santo: contextos de emergência, trajetórias e conquistas. Os povos indígenas como sujeitos de direitos: a política indigenista no Brasil após a Constituição Federal de 1988. Legislação brasileira, latino-americana e resoluções internacionais e suas relações com os sistemas jurídicos indígenas. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Objetivos**

Analisar historicamente os movimentos indígenas em seus contextos na América do Sul, Brasil e Espírito Santo; Discutir sobre legislação brasileira, latino-americana e resoluções internacionais e relacioná-las com os sistemas de direitos e deveres dos próprios indígenas; Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Bibliografia Básica**

CURI, Melissa Volpato. O direito consuetudinário dos povos indígenas e o pluralismo jurídico. Espaço Ameríndio vol. 6, n.2, PPGAS- UFRGS, 2012.

TEAO, KalnaMareto. Uma análise de movimento indígena no México e no Espírito Santo. Dimensões 29.29 (2012): 238-261

VERDUM, Ricardo (org.). Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

CALGARONETO, S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016. GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_)

**Bibliografia Complementar**

BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina - A luta para superar a exclusão. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC, Salvador - 2000.

CORDEIRO, Enio. Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas. Brasília: Instituto Rio Branco; Fund. Alexandre Gusmão. Centro de estudos Estratégicos, 1999 p. 108-162.

GRUPIONI, Luís D. Da aldeia ao parlamento. Em Aberto. Brasília, INEP, ano 14, n.63, 1994.

MAGALHÃES, Edvard Dias (org.). Legislação indigenista brasileira e normas correlatas. 2.ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

OSSAMI, Marlene Castro. O papel das Assembleias de Líderes Indígenas na Organização dos Povos Indígenas no Brasil. Trabalho apresentado no Curso de Especialização em Antropologia e Recursos Audiovisuais, na Universidade Católica de Goiás. (Publicado na Série 42 Antropológica - 01, do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás), 1985.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.



---

**Disciplina: PRO17434 - EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL**

**Ementa**

A educação analisada no contexto de movimentos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais objetivados no Brasil colonial, imperial e republicano; configurações históricas de teorias e práticas educacionais contemporâneas no Brasil. Legislação e normas administrativas da educação escolar indígena e projetos políticos pedagógicos de escolas indígenas no Brasil. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos histórico, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Objetivos**

Oferecer subsídios teóricos e práticos ao (à) professor (a) indígena sobre educação indígena no Brasil, contribuindo para a conquista de sua autonomia intelectual e profissional; Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Bibliografia Básica**

MEC. As Leis e a Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 2001.

SILVA, Aracy Lopes, FERREIRA Mariana Kawall Leal (orgs.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. Global, 2001.

\_\_\_\_\_. Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: FAPESP/GLOBAL/MARI, 2001.

CALGARONETO, S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-)

**Bibliografia Complementar**

LADEIRA, Maria Elisa. Desafios de uma política para a educação escolar indígena. Revista de Estudos e Pesquisas, Brasília 1.2 (2004): 141-155.

KAHN, Marina & FRANCHETTO, Bruna. Educação indígena no Brasil: conquistas e desafios. Em Aberto 63 (1994): 5-9.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. Cadernos Cedes, ano XIX 49 (1999): 11-17

PINHEIRO DA CUNHA, Luiz Otavio. A Política Indigenista no Brasil - as escolas mantidas pela FUNAI. Dissertação de Mestrado em Educação. Brasília: UnB, 1990.

SANTOS, Silvío Coelho dos. Educação e Sociedades Tribais. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

---

**Disciplina: PRO15750 - PROJETOS DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I (PPPP I)****Ementa**

Análise e reflexão crítica da realidade da escola indígena. Ação educativa com a pesquisa e intervenção pedagógica frente as leituras e ações possíveis no contexto educacional na educação infantil das escolas indígenas. Delineamento de projetos de intervenção e ações.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ALARCAO, I. Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem. Porto: Porto, 2001.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J.E. (org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, J.C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiania: Alternativa, 2004.

**Bibliografia Complementar**

ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. Caderno de Pesquisa, n. 133, p.1-64, jul. 2010.

OLIVEIRA, D.A. e DUARTE, M. R. T (Org). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PIMENTA. Selma Garrido. "Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir da experiência com a formação docente". In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 3, set/dez 2005, p. 521-539.

SILVA, Sandro José. Tempo e espaço entre os Tupiniquim. 2000. 258 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VIEIRA, S.L. (org.). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

**Disciplina: PRO15748 - CORPO, ARTE E MUSICALIDADE****Ementa**

As principais tendências da arte na educação. A arte como desenvolvimento da criatividade, da expressão e da comunicação. Teoria e prática do ensino da arte. Sentidos e significados da corporeidade como linguagem e construção da infância. Abordagens metodológicas. Implicações do estudo da corporeidade para a prática pedagógica. As práticas, os cuidados, as técnicas e as expressões corporais nos processos educativos dos povos indígenas. Danças e rituais. As diversificadas expressões artísticas indígenas e suas múltiplas dimensões e valores.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação



---

pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

- BASTOS, Rafael José de Menezes. Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte. *Mana*[online]. 2007, vol.13, n.2, pp. 293-316.
- RIBEIRO, Darcy (Ed.) *Suma Etnológica Brasileira 3 – Arte indígena*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SEEGER, Anthony, Da Matta, Roberto & Viveiros de Castro, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In. *Boletim do Museu Nacional*, nº 32, 1987,p.2-19.

### **Bibliografia Complementar**

- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- GRANDO, BeleniSaléte. “Corpo, educação e cultura: as práticas corporais e a constituição da identidade”. In. GRANDO, BeleniSaléte. *Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser*. Ijuí: UNIJUÍ, 2009, pp. 19-51.
- STEIN, Marília Raquel Albornoz. *Kyrynbguémborai: os cantos das crianças e a cosmo-sônica Mbyá-Guarani*. PPGAS, UFGRS, 2009.
- VELTHEM, Lucia Hussak van. *Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos*. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.7, n.1, 2010.
- VIDAL, Lux. *Grafismo Indígena: Edição 2007*. Studio Nobel, 2007.

## **Disciplina: PRO15746 - CONHECIMENTO E INTERCULTURALIDADE**

### **Ementa**

Tradições de conhecimento (mitologia, filosofia, ciência) e suas relações históricas. Dominação e assimetria, interdependência e diálogo entre diferentes formas de produção e aplicação do conhecimento. A interculturalidade: desafio político - pedagógico e orientações teórico-metodológicas.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Loyola, 2000.
- FLUERI, Reinaldo Matias (org.) *Educação Intercultural: mediações necessárias*. Porto Alegre DP&A, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “O encontro do mito e da ciência”, “Pensamento primitivo” e *Mente civilizada*”. In. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 1978. pp. 17-39.

### **Bibliografia Complementar**

- COLLET, Celia Leticia Gouvêa. *Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico*. In: GRUPIONI, L. Donisete Benzi. *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília SECADI/MEC, 2006.
- DE PAULA, Eunice Dias. *A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena*. *Cadernos Cedes*, ano XIX 19.49 (1999): 88.
- MONTE, Nietta Lindenbergh. *Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais*. *Cadernos de pesquisa* 111 (2000): 7-29.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de ; CANDAU, Vera Maria Ferrão . *Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil* . *Educação em Revista* . Belo Horizonte. V. 26. N.01. Abr.2010. p.15-40.
- TEAO, KalnaMareto. *Arandu Renda Reko: a vida da escola guarani Mbya*. *Espaço Ameríndio* 2.2



---

(2008): 83.

**Disciplina: PRO15749 - ETNOMATEMÁTICA I**

**Ementa**

Saberes e fazeres matemáticos de povos diversos. Contagem e sistemas de numeração. Representações geométricas no contexto local, regional e mundial. Formas e medidas geométricas. Origem e conceituação da Etnomatemática. Interculturalidade e Etnomatemática. Etnomatemática em sua dimensão pedagógica.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo: Ática, 1990.

FERREIRA, Mariana (org.). Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002.

LEA, Vanessa. O Corpo como suporte para a geometria. In Ferreira, Mariana (org.). Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002. pp.185-205

**Bibliografia Complementar**

BELLO, Samuel Edmundo Lopez. Etnomatemática: relações e tensões entre as distintas formas de explicar e conhecer. 2000.

LORENZONI de Araujo, Claudia AC, SILVA, Circe Mary Silva da. Geometria em Práticas e Artefatos das etnias Tupinikim e Guarani do Espírito Santo. Recuperado em 1,2008.

MAGALHÃES Dóris Reis de, DYNNIKOV Circe Mary Silva da Silva. Concepções, crenças e atitudes de educadores indígenas de Aracruz/ES frente à matemática e à educação matemática. PPGE, UFES, Mimeo, 2007.

MARCILINO, Ozirlei Teresa. Ensino e aprendizagem na educação indígena do Espírito Santo: a busca de um diálogo com a etnomatemática, Diss. PPGE, UFES, 2005.

ROSA, Milton, OREY Daniel C. Abordagens Atuais do Programa Etnomatemática: delineando um caminho para a ação pedagógica. Boletim de Educação Matemática 19.26 (2006): 1-26.

---

**Disciplina: PRO15756 - PROJETOS DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II (PPPP II)****Ementa**

Análise e reflexão crítica dos espaços educativos/institucionais do Ensino fundamental das escolas indígenas a partir da pesquisa colaborativa. Prática pedagógica relacionada dialeticamente com a teoria. Intervenção pedagógica na aprendizagem e no desenvolvimento cultural de alunos e professores das escolas indígenas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos II: outros modos de fazer pesquisa em educação. Marisa Vorraber (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

**Bibliografia Complementar**

DUARTE, M. R. T (Org). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

MELLO, G.N. "Autonomia e a escola: possibilidades, limites e condições". In: Estado e educação. Campinas-São Paulo: Papirus, ANDES/ANPED, 1992.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. "Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola". In: Política e gestão. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Atica S.A., 1997.

PAOLIELO, Maria do Carmo. "As recentes políticas educacionais e a democratização da gestão escolar". In: Cadernos de política e administração da educação. Vitória, Ano 1, n.2 jul./dez. 1999.

SOUZA, H.; CALEFFE, L. G. Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

**Disciplina: PRO17435 - COSMOLOGIAS E ASTRONOMIA****Ementa**

As várias concepções indígenas acerca da vida, do tempo, da terra, dos astros celestes e do universo. Sistemas cosmológicos das sociedades indígenas, com ênfase nos povos Tupinikim e Guarani. O movimento aparente do sol, da lua e dos planetas. As diferentes medições do tempo. As marés e as estações do ano. O sistema solar e as galáxias. Origem e evolução do universo. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos histórico, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Objetivos**

Introduzir a discussão sobre "Cosmologias", no plural, pensando a astronomia como um ramo



---

privilegiado da ciência para subsidiar discussões epistemológicas sobre etnociências e ensino de ciências em contextos interculturais, em especial, na educação escolar indígena;  
Introduz conceitos básicos de Astronomia;  
Abordar aspectos do ensino de ciências em contexto intercultural e refletir sobre o ensino de ciências nas escolas indígenas, cotejando as experiências cotidianas dos cursistas;  
Estudar exemplos de cosmologias e cosmogonias indígenas;  
Estudar exemplos de asterismos indígenas;  
Pesquisar sobre cosmologia e asterismos nas comunidades indígenas de origem dos cursistas.  
Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

### **Bibliografia Básica**

AFONSO, Germano Bruno. As constelações indígenas brasileiras. Observatórios Virtuais (2006).  
DE MELLO, Flávia Cristina, SOARES Jules Batista, KERBER Leandro de Oliveira. Astronomia e educação intercultural: experiências no ensino de astronomia e ciências em escolas indígenas. Simpósio Nacional de Educação em Astronomia – Rio de Janeiro – 2011.  
SEVERINO Filho, João, JANUÁRIO Elias R. da Silva. Os marcadores de tempos indígenas e a etnomatemática: a pluralidade epistemológica da ciência.(37-70). Zetetiké: Revista de Educação Matemática 19.35 (2011).  
CALGARO NETO, S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidadespor meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.  
GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensao\\_Universitaria\\_-](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensao_Universitaria_-)

### **Bibliografia Complementar**

AFONSO, Germano (2006) Astronomia Indígena. In Educação Escolar Indígena – Cadernos Temáticos. Secretaria de Estado de Educação. DEF/CEEI, Curitiba.  
BARBOSA, Priscila Faulhaber. Curt Nimuendaju, o conhecimento do céu ticuna/magütae a observação do céu. I Simpósio Nacional de Educação em Astronomia-Rio de Janeiro- 2011, pp.19.  
CADOGAN, Leon [1949] (1987) AyvuRapita. Revista de Antropologia. São Paulo: EdUSP  
CAMPOS, M. Sociedades e Natureza: Da etnociência à etnografia de saberes e técnicas. [http://www.sulear.com.br/texto04.\(1995\)](http://www.sulear.com.br/texto04.(1995)).  
MELLO, Flávia C. de.; SOARES, J. B. e KERBER, L. O. (2011) Reflexões sobre Etnoastronomia Guarani. Trabalho apresentado no IX Simpósio Internacional Oxford sobre Arqueoastronomia, Lima.  
PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou “curricularização” imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

## **Disciplina: PRO15755 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**

### **Ementa**

Correntes filosóficas da educação no Brasil. Filosofia e crítica do conhecimento: senso comum, mitos, ciência e técnica.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**





---

APPLE, M. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARANHA, M. L. de A.; ARRUDA, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna 1986.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

### **Bibliografia Complementar**

FREIRE, Paulo. Conscientização - teoria e prática da libertação. 3ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GILES, Thomas. Filosofia da educação. São Paulo: EPU, 1993.

LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1990

OLIVEIRA, E. D. Filosofia da Ancestralidade como filosofia africana : Educação e cultura afro-brasileira. S.l. n.18, p.28-47, maio-out, ano 2012.

SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1980.

## **Disciplina: PRO15751 - HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO I**

### **Ementa**

Modos de vida e ocupação territorial dos povos ameríndios no período pré-colonial, com ênfase nos povos tupi. A conquista e a colonização: a invasão do território, a dominação física e espiritual dos povos indígenas e suas formas de resistência no Brasil e no Espírito Santo. A construção colonial do índio genérico.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. in A temática indígena na escola - novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "A história em outros termos: palavras indígenas". In: C. A. Ricardo. Povos Indígenas no Brasil (1996-2000). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

### **Bibliografia Complementar**

EISENBERG, José. As Missões Jesuíticas e o Pensamento Moderno. Encontros culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Zahar, 2000.

NOELLI, Francisco Silva. "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi". Revista de antropologia (1996): 7-53.

PEROTA, Celso. Os Tupiniquim no Espírito Santo, CS, UFES, 1981.

TEAO, KalnaMareto, LOUREIRO, Klítia. História dos Índios do Espírito Santo. Publicação Lei Rubem Braga, PMV, 2009.

---

**Disciplina: PRO15754 - SAÚDE E MEIO AMBIENTE****Ementa**

Alimentação e recursos naturais. Xamanismo e ecologia. Transformações ambientais e as concepções de doença e saúde indígenas. Práticas tradicionais de prevenção e profilaxia. As questões ambientais e as políticas de saúde indígena e sua gestão.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ALBERT, Bruce. "O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami)." In. Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico. São Paulo: IMESP/IRD/Ed. UNESP (2002): 239-274.

LANGDON, Esther Jean. "Saúde indígena: a lógica do processo de tratamento." Saúde debate (1988): 12-5.

SANTOS, Ricardo Ventura, COIMBRA, Carlos Jr, ESCOBAR, Ana Lúcia. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil. Editora Fiocruz, 2003.

**Bibliografia Complementar**

FERREIRA Gonçalves, Rosiane. "Cuidar do corpo, cuidar da natureza": In. Saúde indígena e biodiversidade na Amazônia brasileira. Amazônia: 173.

GARNELO, Luiza, et al. Ambiente, saúde e estratégias de territorialização entre os índios baniwa do Alto Rio Negro. Tellus, ano 10, n. 18, p. 39-63, jan./jun. 2010 Campo Grande - MS.

LANGDON, E. Jean Matteson. Xamanismo no Brasil: novas perspectivas. Editora da UFSC, 1996.

LEAL, Maria do Carmo, et al. "Saúde, ambiente e desenvolvimento." Saúde em debate. Vol. 48. Hucitec-Abrasco, 1992.

MONKEN, Maurício, et al. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. Miranda AC, Barcellos C, Moreira JC, MonkenM(orgs) Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz (2008): 23-41.

**Disciplina: PRO17436 - LÍNGUAS INDÍGENAS****Ementa**

Diversidade cultural e linguística dos povos indígenas no Brasil. História das línguas e políticas linguísticas. Estudos sobre as línguas de povos indígenas do Espírito Santo (Tupi e Guarani). Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos histórico, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Objetivos**

Dialogar sobre a diversidade linguística no Brasil; reflexão sobre gêneros verbais indígenas e concepções nativas de língua e linguagem; debates sobre curricularização das línguas indígenas; abordagem sobre políticas de registro e revitalização linguística.

Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s)

---

comunidade(s) envolvidas.

### **Bibliografia Básica**

MONTSERRAT, Ruth. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In Grupioni, L.D. (org.). Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. pp.93-104.

TEIXEIRA, Raquel. "As línguas indígenas no Brasil". In. Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). A Temática Indígena na Escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. pp.291-311.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In. Carneiro da Cunha, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp.87-102.

CALGARONETO, S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-)

### **Bibliografia Complementar**

FRANCHETTO, Bruna. A fala do chefe: Gêneros verbais entre os Kuikuru do Alto Xingu. Cadernos de Estudos Linguísticos 4 (2012).

FREIRE, José Ribamar Bessa. Território, Língua e Literatura Oral na Amazônia. Revista Habitus, Vol.7 m1/2, 2009 pp.99-123

MAHER, Terezinha Machado. Políticas linguísticas e políticas de identidade: Currículo sem fronteiras 10.1, 2010: 33-48

MELIÀ, Bartomeu. Palavras ditas e escutadas. Mana, v. 19, n. 1, p. 181-199, 2013.

NAVARRO, Eduardo de Almeida, Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos. Editora Vozes, 1998.

SEKI, Lucy, ed. Lingüística indígena e educação na América Latina. Ed. da Univ. Estadual de Campinas UNICAMP, 1993.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

## **Disciplina: PRO15758 - HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO II**

### **Ementa**

Da Colônia ao Império: o Diretório dos índios, a Constituição de 1823, a Lei das terras de 1850. Terra, trabalho, colonização e resistência indígena no Brasil e no Espírito Santo. A participação dos índios na Guerra do Paraguai. A política indigenista do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), e da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O lugar dos índios na construção da identidade nacional. Período Vargas, regime militar e o Estatuto do índio: repercussões nacionais e locais.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida (orgs.), Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte Amazônico, São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.



---

### **Bibliografia Complementar**

MELIÀ, Bartomeu. El Guaraní Conquistado y Reducido. Asunción, Universidad Católica, 1988, pp. 93-120.

MOREIRA, Vania Maria Losada. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. UFES, História, 2002.

\_\_\_\_\_. "Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850". Revista Brasileira de História 22.43 (2002): 153-169.

SCHUBERT, Arlete. M.P. Lutas territoriais Tupinikim. Saberes e lugares conhecidos. Editora Appris. Curitiba - PR, 2018.

TEAO, KalnaMareto, LOUREIRO, Klítia. História dos Índios do Espírito Santo. Publicação Lei Rubem Braga, PMV, 2009.

### **Disciplina: PRO15761 - PROJETOS DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III (PPPP)**

#### **Ementa**

Análise e reflexão crítica dos espaços educativos e institucionais do Ensino Médio das escolas indígenas a partir da pesquisa. Intervenção pedagógica na aprendizagem e no desenvolvimento cultural de alunos e professores no ensino médio. Relação Ensino médio e o contexto da educação indígena no Brasil.

#### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

#### **Bibliografia Básica**

ALTET, M. Análise das práticas dos professores e das situações pedagógicas. Porto: Porto, 2000.

BANNELL R. I. Habermas e a educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

#### **Bibliografia Complementar**

BRZEZINSKI, I. Profissão professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.

CONTRERAS, José. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos II: outros modos de fazer pesquisa em educação. Marisa Vorraber (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ENGUITA, Mariano F. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

GUIMARÃES, V. S. Formação de professores: saberes, identidade e profissão. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

---

**Disciplina: PRO17437 - GEOCIÊNCIAS****Ementa**

Introdução aos princípios e temas das geociências, contemplando suas múltiplas vertentes. Perspectivas ocidentais e indígenas sobre processos de geomorfologia, climatologia, ecossistemas, dinâmicas demográficas. A etnogeografia e a geopolítica da biodiversidade. Concepções de espaço, paisagem, região, território e suas transformações. Orientação e organização espacial. Toponímia. Introdução à cartografia. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos histórico, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Objetivos**

Estabelecer diálogo entre diferentes saberes referentes ao campo das geociências. Compreender os princípios básicos das geociências, com foco no estrato geográfico e no espaço geográfico. Compreender elementos da linguagem dos mapas. Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Bibliografia Básica**

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

DEUS, José Antônio Souza. Geografia Cultural do Brasil/Etnogeografia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos povos indígenas no Brasil. Editora Fiocruz, 2005.

CALGARONETO, S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-)

**Bibliografia Complementar**

DE ALMEIDA, Regina Araujo. Ensino de Cartografia para Populações Minoritárias. Boletim Paulista de geografia (2008): 111.

DE ASSIS, Valéria, GARLET Ivori José. Análise sobre as populações guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. Revista de Índias 64.230(2004): 35-54.

GOMES, Ângela Maria da Silva. Entre os conflitos da biogeografia física e os redemoinhos da biogeografia cultural. Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG (2008): 207-224.

LADEIRA, Maria Inês. Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. Edusp, 2008.

SAMPAIO, Teodoro O Tupi na geografia nacional. Editora Nacional/INL, São Paulo/Brasília, 1987.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

---

**Disciplina: PRO15759 - INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO E À PESQUISA**

**Ementa**

Ciência, ideologia e senso comum. Função da produção do conhecimento. Fases do processo de pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. Análise de dados quantitativos e qualitativos. Relatório de Pesquisa.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2000.

CERVO, L; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2001.

GARCIA, Regina Leite (Org). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

**Bibliografia Complementar**

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. TEIAS: Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-175.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 2001.

FERRAÇO, C.E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R. L. (org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-175.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

**Disciplina: PRO15757 - ALFABETIZAÇÃO**

**Ementa**

Alfabetização: conceptualizações, aspectos históricos, políticos e educacionais. Alfabetização, leitura e escrita na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Articulação teoria e prática. O processo de aprendizagem da leitura e da escrita: as contribuições de estudos e pesquisas de base construtivista e histórico-cultural. Métodos de alfabetização: sintéticos, analíticos e ecléticos: evolução histórica e análise crítica. Novas propostas didáticas para a alfabetização (estudos em psicologia, linguística e sociolinguística). Levantamento, análise e avaliação de materiais existentes para a alfabetização

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**



---

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Editora Scipione, 1991.  
GERALDI, João Wanderley. (org.) O texto na sala de aula: leitura e produção. 3. Ed. Cascavel: ASSOESTE, 1985.  
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

### **Bibliografia Complementar**

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.  
GROSBAUM, Marta Wolak. Progestão: Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e a sua permanência na escola? Módulo IV. Brasília: CONSED, 2001.  
MAHER, T. M. A criança Indígena: do Falar Materno ao Falar „Emprestado“. In A.L.G. de Faria e S.A. Mello (orgs.). Campinas: Editora Autores Associados, 2005.  
MELIA, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.  
OLIVEIRA, Marta Kohl de (Autora Coord. do fascículo). Tipos de aprendizagem. In: \_\_\_\_\_. Ofício de professor: aprender mais para ensinar melhor. Caderno 1 - Desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Fundação Víctor Civita, 2002.

## **Disciplina: PRO15765 - DIDÁTICA**

### **Ementa**

As diversas abordagens dos processos de ensino-aprendizagem e suas perspectivas na educação infantil e no ensino fundamental e médio: propostas de planejamento, metodologia e avaliação. Concepções indígenas sobre gerações, suas relações e processos de ensino e aprendizagem.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

ANTUNES, Celso. A avaliação da aprendizagem escolar. Petrópolis: Vozes, 2002.  
DEMO, Pedro. Universidade, aprendizagem e avaliação. Horizontes reconstrutivos. Porto Alegre: Mediação Editora, 2004.  
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. Por 58 uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003.

### **Bibliografia Complementar**

BARROS, João Luiz da Costa. Brincadeiras e relações interculturais na escola indígena: um estudo de caso na etnia Sateré-mawé. (Tese de doutorado). Piracicaba, São Paulo. 2012. Disponível em: . Acesso em: 09 jul. 2018.  
CORDEIRO, Jaime. Didática. 2. Ed. Paulo: Editora Contexto, 2010.  
DE ALENCAR, Maria Gisele. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na prática educacional do ensino básico brasileiro. CIET:EnPED, [S.l.], jun. 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/826>>.  
FARIAS, Isabel Maria S. de; SALES, Josete de O. C. B.; BRAGA, Maria M. S. de C.FRANÇA, Maria do S.L.M. Didática e docência: aprendendo a profissão. Brasília:Líber Livro, 2009.  
LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

---

**Disciplina: PRO15762 - METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUAS****Ementa**

Tendências, bases legais e objetivos do ensino de línguas. Concepções indígenas sobre a língua materna, modalidades de expressão e formas de transmissão. Concepções de linguagem, língua, texto, leitura, produção de texto, prática de ensino. Fundamentação teórica e metodológica para o ensino, nas modalidades oral e escrita, a partir da diversidade de gêneros e tipologias textuais. Planejamento e elaboração de materiais e procedimentos didáticos e de sistemáticas de avaliação da aprendizagem da língua materna. Análise de material didático.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ANDRADE, Luiza. Planejar é preciso. A importância dos registros. In Revista Nova Escola. São Paulo: Ed. Abril, jan/fev.2009, p. 74.

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura. Teoria e prática. 3ª edição. Campinas: Pontes, 1995.

**Bibliografia Complementar**

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. (Partes referentes ao ensino da língua). Disponível em: . Acesso em 11 jan. 2018.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minoria lingüística no Brasil. Disponível em: . Acesso em 11 jan. 2018.

FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. Origens da linguagem. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MAHER, T. M. A criança Indígena: do Falar Materno ao Falar „Emprestado“. In A.L.G. de Faria e S.A. Mello (orgs.). Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

MELIA, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

**Disciplina: PRO15767 - PROJETOS DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA IV (PPPP)****Ementa**

Análise e reflexão crítica da gestão/ supervisão e coordenação das escolas indígenas a partir da pesquisa. Intervenção pedagógica nos espaços da gestão, da supervisão e da coordenação. Projeto político pedagógico das escolas indígenas: Espaço e tempo da gestão democrática das escolas indígenas. A relação comunidade indígena e a gestão da escola indígena. Legislações educacionais da escola indígena. Financiamento da educação indígena no Brasil.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação





---

pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

BASTOS, João Batista (org). Gestão Democrática. 3.ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2002.

DAVIES, Nicholas. FUNDEB: A redenção da educação básica? Campinas:SP: Autores Associados, 2008.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi, OLIVEIRA, Dlíla A.(org) Crise da escola e políticas educacionais. B.H: Autêntica Ed, 2009.

### **Bibliografia Complementar**

GUIMARÃES, Marcelo R. Aprender a educar para a Paz. Goiás: Editora Rede da Paz, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MATOS, Maristela Bortolon de; MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. Processos de elaboração do Projeto Político Pedagógico em uma escola Indígena. In. Anais do XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - ENDIPE, UNICAMP, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, ROSAR, M<sup>a</sup> de Fátima Felix (orgs.). Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. pp. 17-38.

RODRIGUES, Paulo da S., Drago, Rogério. Projeto Político-pedagógico. Vitória: Aquarius, 2008.

## **Disciplina: PRO15764 - METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA**

### **Ementa**

Exploração de espaços escolares e não escolares no ensino de ciências da natureza. Escolha de temas integradores do currículo de ciências naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O desenvolvimento dos conceitos científicos na criança. As ciências da natureza e os saberes dos povos indígenas. Teorias didáticas sobre o ensino de ciências. Estratégias metodológicas.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

CAMPOS, M. Sociedades e Natureza: Da etnociência à etnografia de saberes e técnicas. <http://www.sulear.com.br/texto04>. (1995).

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. O pensamento selvagem (1976): 19-55.

MORIN, Edgar, TERENA Marcos. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. Editora Garamond, 2000.

### **Bibliografia Complementar**

ARGÜELLO, Carlos A. Etnoconhecimento na Escola Indígena. Cadernos de Educação Escolar Indígena-3º Grau Indígena. Barra do Bugres. UNEMAT 1.1 (2002).

COMPIANI, Maurício. O lugar e as escalas e suas dimensões horizontal e vertical nos trabalhos práticos: implicações para o ensino de ciências e educação ambiental. Ciência & Educação 13.1 (2007): 29-45.

DE MELLO, Flávia Cristina, SOARES Jules Batista, KERBER Leandro de Oliveira Astronomia e educação intercultural: experiências no ensino de astronomia e ciências em escolas indígenas. Simpósio Nacional de Educação em Astronomia - Rio de Janeiro - 2011.

DE SOUZA, Selma Maria Ferreira. Saberes docentes, saberes indígenas: um estudo de caso sobre o ensino de ciências entre o povo Xukuru do Ororubá. Diss. UFRPE, 2008.



---

FAULHABER, Priscila. As estrelas eram terrenas: antropologia do clima, da iconografia e das constelações Ticuna. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 2, p. 379-426, 2004.

## **Disciplina: PRO15763 - METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA**

### **Ementa**

O tempo como categoria cultural. Evento, memória e diferentes registros da história. Estudo crítico dos conteúdos do ensino da História e sua relação com outras áreas de conhecimento. As representações e lugar dos índios nos livros de História. O material didático produzido em escolas indígenas.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV (2010).

PEREIRA, Amílcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (Orgs). Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A história em outros termos: palavras indígenas In: C. A. Ricardo Povos Indígenas no Brasil (1996-2000). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

### **Bibliografia Complementar**

BARROS, AM, CASTRO, RP. Ara reko: memória e temporalidade Guarani; aldeias Itaxi, Araponga, Sapukai, Rio Pequeno. E-papers, 2005.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. América (1992).

GOBBI, Izabel. Desafios do ensino sobre indígenas nas escolas: uma reflexão a partir dos livros didáticos de história. *Cadernos do Leme* 2.2 (2011).

SÁEZ, Oscar Calavia. A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20.57 (2005): 39-51.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Badolato. De índios para índios: a escrita indígena da história. Diss. Universidade de São Paulo, 2008.

---

**Disciplina: PRO17438 - TERRITÓRIOS INDÍGENAS E AUTOSSUSTENTAÇÃO****Ementa**

Povos indígenas, concepções e práticas territoriais no Brasil, com ênfase nos povos Tupiniquim e Guarani. Territórios, terras e novas territorialidades. Transformações no/do território, conflitos e lutas territoriais. Terras indígenas e unidades de conservação Experiências e perspectivas de autossustentação. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos histórico, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Objetivos**

Promover conteúdos e abordagens sobre as categorias de território, territorialidade e auto-sustentação com os povos indígenas tendo em vista os processos organizativos, defesa e promoção de direitos e de elaboração de projetos de gestão territorial.

Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

**Bibliografia Básica**

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha et al. Relatório do GT 0783/94: Reestudo das Terras Indígenas Tupiniquim. Rio de Janeiro: s.ed., 1995.

GALLOIS, D. T. "Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidades?" In: Terras indígenas e Unidades de Conservação da natureza, 2005, Editora: Instituto. Socioambiental, São Paulo.

LADEIRA, Maria Inês. O caminhar sob a luz: o território Mbyá a beira do oceano. São Paulo: PUC, 1992.

CALGARO, NETO,S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-)

**Bibliografia Complementar**

AGUIRRE NEIRA, Juan Carlos. Ocupação e gestão territorial de indígenas Mbya -guarani. Diss. UFSC, 2008.

LOUREIRO, Klítia. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a "moderna" ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. Revista Ágora 3 (2006): 1-32.

MORAES, João Marçal Bode de. De terra tradicional a território indígena: o processo de territorialização dos índios Tupiniquim de Aracruz. São Paulo: USP, 2002. 103 p.(Dissertação de Mestrado)

PRINTES, Rafaela Biehl. Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas. Diss. UFRGS, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Terras indígenas no Brasil. Boletim do Museu Nacional 44 (1983): 1-28.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.



---

**Disciplina: PRO15768 - METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA**

**Ementa**

O espaço como categoria cultural. Povos indígenas, organização espacial e percepção ambiental na vida cotidiana e em diferentes contextos históricos. Estudo crítico do ensino da geografia e suas vertentes. Relação da geografia com outras áreas de conhecimento. O ensino pesquisa da geografia e o material didático produzido em escolas indígenas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia na sala de aula. Editora Contexto, 1999.

RESENDE, Márcia Spyer. Um mapa do que pode ser a geografia nas escolas indígenas. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Difel, 1983.

**Bibliografia Complementar**

DA SILVA, Luísa Ucha, FERREIRA Conceição Coelho. O cidadão geograficamente competente: competências da geografia no Ensino Básico. Inforgeo, 15, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 91-102.

DE ALMEIDA, Regina Araujo. Ensino de Cartografia para Populações Minoritárias. Boletim Paulista de geografia (2008): 111.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Revista 60 Estudos Históricos 4.8 (1991): 177-197.

TEIXEIRA, Fabiano Felix; TUBINO, Vinicius MC; SUZUKI, Júlio César. Geografia e literatura: uma alternativa para o ensino da questão indígena nas salas de aula. Encontro de grupos de pesquisa, UFSM, v. 5, 2009.

VALE JR, José Frutuoso do; SCHAEFER, Carlos Ernesto GR; COSTA, José Augusto Vieira da. Etnopedologia e transferência de conhecimento: diálogos entre os saberes indígena e técnico na Terra Indígena Malacacheta, Roraima. Revista Brasileira de Ciência do Solo, v. 31, n. 2, p. 403-412, 2007.

**Disciplina: PRO15772 - METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA I**

**Ementa**

A evolução da noção de quantidade numérica na criança. Ensino e aprendizagem das quatro operações numéricas fundamentais. O desenvolvimento de conceitos básicos da geometria euclidiana na infância. O ensino e a aprendizagem de medidas não-inteiras: conceitos, operações e resolução de problemas. Construção e exploração de diferentes recursos pedagógicos no ensino da matemática elementar para crianças e para jovens e adultos.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá



---

outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

FERREIRA, Mariana (org.). Ideias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002.

LEA, Vanessa. "O Corpo como suporte para a geometria". In: Ferreira, Mariana (org.). Ideias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002. pp.185-205

D'AMBROSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática. Campinas: Papiros, 1996.

### **Bibliografia Complementar**

CARVALHO, D. Metodologia da Matemática. São Paulo, Cortez, 1990.

CARRAHER, T. E Outros. Na vida dez, na escola zero. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRA, Mariana. Quando  $1 = 1 \neq 2$ : práticas matemáticas no Parque Indígena do Xingu. Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), n. 3, p. 30-46, 1993.

KAMII, C. Reinventando a aritmética. Campinas: Papiros, 1986.

LOVELL, K. O desenvolvimento dos conceitos matemáticos e científicos na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

## **Disciplina: PRO17439 - POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR**

### **Ementa**

Políticas e práticas linguísticas, mecanismos de manutenção, desenvolvimento e revitalização das línguas indígenas em contextos bilíngues e interculturais. Oralidade e escrita. Ensino das línguas na construção do currículo intercultural. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos histórico, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

### **Objetivos**

Possibilitar o diálogo, debate e conhecimento sobre a Educação Escolar Indígena, bem como seus avanços no campo da Antropologia brasileira; Valorizar o diálogo entre antropologia, educação, educação indígena e educação escolar indígena; Refletir sobre educação escolar indígena nas intersecções entre Universidades Secretarias de Educação e Escolas Indígenas. Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

### **Bibliografia Básica**

DA SILVA, Maria Socorro Pimentel. As línguas indígenas na escola: da desvalorização à revitalização. Signótica, v. 18, n. 2, 2007.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. O que é ensino bilíngue: a metodologia da gramática



---

contrastiva. Em aberto, Brasília, n.14, 1994.

SEKI, Lucy (Ed.). Linguística indígena e educação na América Latina. Ed. da Univ. Estadual de Campinas UNICAMP, 1993.

CALGARO NETO, S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensao\\_Universitaria\\_](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensao_Universitaria_)

### **Bibliografia Complementar**

FRANCHETTO, Bruna. A fala do chefe: Gêneros verbais entre os Kuikuru do Alto Xingu. Cadernos de Estudos Linguísticos 4 (2012).

FREIRE, José Ribamar Bessa. Território, Língua e Literatura Oral na Amazônia. Revista Habitus, Vol. 7, n1/2, 2009 pp.99-123.

MACEDO, Silvia Lopes da Silva. Xamanizando a escrita: aspectos comunicativos da escrita ameríndia. Mana 15.2, 2009: 509-528.

MAHER, Terezinha Machado. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia Ocidental Brasileira. Currículo sem fronteiras 10.1, 2010: 33-48.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos. Editora Vozes, 1998.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

## **Disciplina: PRO15769 - CURRÍCULO INTERCULTURAL I**

### **Ementa**

Teorias do currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas. A elaboração do Currículo Intercultural no ensino fundamental indígena. Análise de propostas curriculares de escolas indígenas.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

ATHIAS, R. M.; LATERMAN, Ilana. Temas e problemas na construção de currículo Intercultural na educação escolar indígena no Rio Negro/AM. IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares. Florianópolis, 2008.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

\_\_\_\_\_. Referenciais para formação de professores. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

### **Bibliografia Complementar**

NEVES, Josélia Gomes. Exercícios de interculturalidade: leitura e escrita na terra indígena. Anais do 17º Congresso de Leitura do Brasil. 2009.

DE PAULA, Eunice Dias. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. Cadernos Cedes ano XIX 19.49 (1999): 88.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves (Orgs.). Experiências étnicoculturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MONTE, Nietta Lindenbergl. Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais. Cadernos de pesquisa 111 (2000): 7-29.

XAVIER FILHA, Constantina (org). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e

---

para a diversidade sexual. Campo Grande: UFMS, 2009, p. 111-142

## **Disciplina: PRO17440 - POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS**

### **Ementa**

Políticas e práticas linguísticas, mecanismos de manutenção, desenvolvimento e revitalização das línguas indígenas em contextos bilíngues e interculturais. Oralidade e escrita. Ensino das línguas na construção do currículo intercultural. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos histórico, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

### **Objetivos**

Apresentar práticas e políticas linguísticas dos povos indígenas no Brasil. Promover debates sobre projetos de revitalização, registros lingüísticos, na curricularização e escolarização do ensino das línguas indígenas.

Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

### **Bibliografia Básica**

DA SILVA, Maria Socorro Pimentel. As línguas indígenas na escola: da desvalorização à revitalização. *Signótica*, v. 18, n. 2, 2007.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. O que é ensino bilíngue: a metodologia da gramática contrastiva. Em aberto, Brasília, n.14, 1994.

SEKI, Lucy (Ed.). *Linguística indígena e educação na América Latina*. Ed. da Univ. Estadual de Campinas UNICAMP, 1993.

CALGARONETO, S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-)

### **Bibliografia Complementar**

FRANCHETTO, Bruna. A fala do chefe: Gêneros verbais entre os Kuikuru do Alto Xingu. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 4 (2012).

FREIRE, José Ribamar Bessa. Território, Língua e Literatura Oral na Amazônia. *Revista Habitus*, Vol. 7, n1/2, 2009 pp.99-123.

MACEDO, Silvia Lopes da Silva. Xamanizando a escrita: aspectos comunicativos da escrita ameríndia. *Mana* 15.2, 2009: 509-528.

MAHER, Terezinha Machado. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia Ocidental Brasileira. *Currículo sem fronteiras* 10.1, 2010: 33-48.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Editora Vozes, 1998.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

---

**Disciplina: PRO15778 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO I****Ementa**

Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Análise e reflexão crítica da realidade dos centros educacionais de ensino fundamental. Construção de novos conhecimentos com base nos resultados obtidos na pesquisa. Prática pedagógica relacionada dialeticamente com a teoria-processos de intervenção pedagógica no contexto da educação escolar indígena. Observação, planejamento e intervenção na realidade educacional da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com enfoque na habilitação específica.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

CODO, Wanderley (coord). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis,RJ: Vozes, CNTE, UNB, 1999.

FERREIRA, Naura (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 4.ed. São Paulo:Cortez, 2003.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi, OLIVEIRA, Dliila A.(org) Crise da escola e políticas 73 educacionais.B.H: Autêntica Ed, 2009.

**Bibliografia Complementar**

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NÓVOA, Antônio (org). Profissão Professor.Porto Editora:Portugal.1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, ROSAR, M<sup>a</sup> de Fátima Felix (orgs.). Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 17-38.

RODRIGUES, Paulo da S., Drago, Rogério. Projeto Político-pedagógico. Vitória:Aquarius, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica: política e gestão da escola. Brasil: Líber Livro, 2009.

**Disciplina: PRO15779 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO II****Ementa**

Ensino fundamental: do sexto ao nono ano. Análise e reflexão crítica da realidade dos centros educacionais de ensino fundamental. Construção de novos conhecimentos com base nos resultados obtidos na pesquisa. Prática pedagógica relacionada dialeticamente com a teoria-processos de intervenção pedagógica no contexto da educação escolar indígena. Observação, planejamento e intervenção na realidade educacional das séries finais do ensino fundamental, com enfoque na habilitação específica.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação



---

pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

GUARNIERI, M. R.; GIOVANNI, L. M.; AIELLO, A. L. Identificando mudanças na atuação docente a partir da prática de elaboração de registros pelos professores. 24ª Reunião Anual da ANPED: Intelectuais, conhecimento e espaço público. Caxambu, MG, 2001.

NÓVOA, Antonio (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SANTOS, Helena Maria. O Estágio Curricular na formação de professores: diversos olhares. 28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, 2005.

### **Bibliografia Complementar**

PIMENTA, Selma G. LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo Cortez, 2004. \_\_\_\_\_ et al. (orgs). Professor Reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito. São Paulo Cortez, 2006.

SANTOS, Helena Maria. O Estágio Curricular na formação de professores: diversos olhares. 28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, 2005.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZABALZA, M. A. Diários de aula. Porto: Porto Editora, 1994.

ZEICHNER, K. A formação reflexiva de professores: Idéias e práticas. Lisboa, Portugal, Educa, 1993.

## **Disciplina: PRO17441 - ARQUEOLOGIA**

### **Ementa**

Sítios, vestígios, tecnologias, relações sociais e cultura material dos povos ameríndios no período pré-colonial. Datação de fósseis e de utensílios de povos antigos. A legislação e o Patrimônio arqueológico no Brasil e no Espírito Santo. Planejamento, sistematização e desenvolvimento de práticas de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa ao(s), extensão e contexto(s) histórico, social, político, cultural e educacional da(s) comunidade(s) indígena(s) envolvidas. Viabilização da participação de diferentes personalidades, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, com vistas ao debate de temáticas inerentes à disciplina.

### **Objetivos**

Realizar discussões e debates sobre os fundamentos da ciência arqueológica; Estimular o interesse dos alunos pela pesquisa em Arqueologia Brasileira e temas relacionados às culturas indígena e afro-brasileiras.

Desenvolver atividades de extensão, viabilizando a articulação de ensino, pesquisa e extensão aos processos históricos, social, político, cultural e educacional que perpassam a(s) comunidade(s) envolvidas.

### **Bibliografia Básica**

CORRÊA, Ângelo Alves. Longuedurée: história indígena e arqueologia. Ciência e Cultura 65.2 (2013):26-29.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. In: FUNARI, PPP, DOMINGUEZ, L., FERREIRA LM. Patrimônio e cultura material. Campinas: Unicamp/IFCH, p. 15-22, 2006. PROUS, André. Arqueologia brasileira. Editora Universidade de Brasília, 1991.

CALGARONETO, S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-)

### **Bibliografia Complementar**

DE OLIVEIRA, Jorge Eremites. Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. Revista de Arqueologia, v. 16, n. 1, 2006.

KLAMT, Sergio Celio. Uma contribuição para o sistema de assentamento de um grupo horticultor da tradição cerâmica Tupiguarani. EDUNISC, 2005.



---

GASPAR, Madu. Sambaqui: arqueologia do litoral Brasileiro. Zahar, 2000.

NOELLI, Francisco Silva. Sem Tekoha não há teko: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS. Tese. PUC- RS,1993.

SOARES, André Luis R. Guarani: organização social e arqueologia. Vol. 4. Edipucrs, 1997.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou “curricularização” imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

## **Disciplina: PRO15773 - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

### **Ementa**

O papel dos movimentos sociais na configuração do campo da EJA: trajetória e memória. Tensões e desafios na formulação, implementação e consolidação das políticas de EJA nos planos global e local. A educação como direito humano universal, direitos humanos e movimentos sociais no Brasil. Os sentidos da EJA como direito e como educação ao longo da vida: aspectos legais e dilemas.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BRASIL. Orientações e Ações para a educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e educação. Cortez Editora, 1992.

### **Bibliografia Complementar**

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade . In: *Revista Brasileira de Educação* ,v. 16 n. 47. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011, p. 333-361.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 37. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SILVA, Aracy Lopes da (org). *A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, T. DO E. S. DE; GONÇAVES, M. DE C. P. B; JUNIOR, A.S.C. O processo histórico de consolidação da Educação de Jovens e Adultos : as políticas públicas voltadas para EJA e a luta dos movimentos sociais para a efetivação do direito a educação. *Cadernos ANPAE*. Recife-Pernambuco, no 17, 2013.

---

**Disciplina: PRO15780 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO III**

**Ementa**

Ensino médio. Análise e reflexão crítica da realidade do ensino médio. Construção de novos conhecimentos com base nos resultados obtidos na pesquisa. Prática pedagógica relacionada dialeticamente com a teoria-processos de intervenção pedagógica com enfoque na habilitação específica desenvolvida no contexto do currículo da educação escolar indígena.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

FAUNDEZ, Antônio e FREIRE, Paulo. Por uma pedagogia da pergunta. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia - O cotidiano do professor. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Educação e Comunicação - v. 18).

UBERMAN, A M. Como se realizam as mudanças em educação: subsídios para o estudo do problema da inovação. São Paulo: Editoria Cultrix, 1989.

**Bibliografia Complementar**

CURTO, Luís Maruny MORILLO, Maribel Ministrál e TEIXIDÓ, Manuel Miralles. Escrever e ler: materiais e recursos para a sala de aula. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LERNER, Délia. Ler e escrever na escolar: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZEICHNER, K. A formação reflexiva de professores: Idéias e práticas . Lisboa, Portugal, Educa, 1993.

ZEICHNER, K. "Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90". In NÓVOA, A. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

**Disciplina: PRO15776 - TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO**

**Ementa**

Noções básicas e avançadas de informática e estatísticas exigidas pela instituição educativa e como recursos de ensino-aprendizagem. Análise e utilização de softwares educacionais e as mídias eletrônicas. A Internet na educação e a comunicação audiovisual.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**



---

BELLONI, M. L. O que é mídia-educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. CAMPOS, Fernanda; SANTORO, Flávia; BORGES, Marcos; SANTOS, Neide. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. FERNANDES, Natal Lânia. R. Professores e computadores navegar é preciso. Porto Alegre: Mediação, 2004.

### **Bibliografia Complementar**

FRANCO, Sérgio Roberto. K. F. (Org.). Informática na educação: estudos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. MAGDALENA, Beatriz; COSTA, Iris E. Internet em sala de aula: com a palavra, os professores. Porto Alegre: Artmed, 2002. OLIVEIRA, Celina C. de; COSTA, José W. da; MOREIRA, Mercia. Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativo. São Paulo: Papirus, 2001. SELVA, Ana C. V.; BORBA, Rute E. S. R.O uso da calculadora nos anos iniciais do ensino fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. SANTOS, Neide et al. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

## **Disciplina: PRO15775 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **Ementa**

Diferentes abordagens da educação especial e suas perspectivas histórico-culturais e psicossociais. Legislação e políticas públicas em educação especial no Brasil e no Espírito Santo. Os sujeitos da educação especial. O cotidiano educacional, o contexto escolar, a diversidade e a escola inclusiva.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

ABRAMOWICZ, A.; BRABOSA, L. M. A.; SILVEIRO, V. R. (Org.). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê, 2006. p.105-123. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.MEC/SEESP, 2007-2008. BRASIL.Atendimento Educacional Especializado. Resolução Nº.4 Brasília,MEC/SEESP/CNE/CEB, 2009

### **Bibliografia Complementar**

CAMPOS, Alexandre Cândido de Oliveira. Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 730-734, 2004. JESUS, Denise Meyrelles de. Políticas de inclusão escolar no Espírito Santo: tecendo caminhos teórico-metodológicos. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles (Orgs.). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009. LOBO, Lília Ferreira. Os infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008. SCHILING, Flávia. Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

---

**Disciplina: PRO15781 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV**

**Ementa**

Ensino médio. Planejamento e intervenção na realidade educacional da educação do Ensino Médio, com enfoque na habilitação específica desenvolvida no contexto do currículo da educação escolar indígena.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

GUARNIERI, M. R.; GIOVANNI, L. M.; AIELLO, A. L. Identificando mudanças na atuação docente a partir da prática de elaboração de registros pelos professores. 24ª Reunião Anual da ANPED: Intelectuais, conhecimento e espaço público. Caxambu, MG, 2001.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia - O cotidiano do professor. 2a . ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Educação e Comunicação - v. 18).

ZEICHNER, K. A formação reflexiva de professores: Idéias e práticas. Lisboa, Portugal, Educa, 1993.

**Bibliografia Complementar**

LUCK, Heloisa. et al. Escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.

MATTOS, Lúcia Alves Faria. Gestão colegiada de escola. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZABALZA, M. A .Diários de aula. Porto: Porto Editora, 1994.

WERLE, Flávio O. C. (org). Conselhos escolares: implicações na gestão da educação básica. Rio de Janeiro:DP&A, 2003.

**Disciplina: PRO15777 - LIBRAS**

**Ementa**

A língua de sinais. A representação social dos surdos. A cultura surda. A identidade surda. Sinais básicos na conversação.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Decreto Lein.5.626/2005 Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília:DO 23/12/2005.

QUADROS, R.M&SCHIMIEDT,M.Idéias para ensinar português para alunos surdos. Brasília:MEC,SEESP, 2006.

\_\_\_\_ & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Art-Med,



2004.

### **Bibliografia Complementar**

- BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FIGUEIREDO, F. J. Q. de. Aprendendo com os erros: uma perspectiva comunicativa de ensino de línguas. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002., 1998.
- GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.
- SÁ, N. R. L. Cultura, Poder e Educação de Surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002
- SKLIAR, C. "Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos".In. Educação e exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial. Porto Alegre:Mediação, 1997.
- SOUZA, R.M. Práticas alfabetizadoras e subjetividade. Em Surdez-processos educativos e subjetividade. LACERDA, C.B.F & GOES, M.C.R (org). São Paulo: Lovise, 2000.

### **Disciplina: PRO15782 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)**

#### **Ementa**

Delineamento do problema de pesquisa em educação indígena e seus objetivos. Propõe a elaboração de revisão de literatura, contextualização do objeto de pesquisa. Início do desenvolvimento do produto a ser apresentado para a comunidade acadêmica e escola.

#### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

#### **Bibliografia Básica**

- ANDRÉ, Marli. Etnografias da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
- ANGROSINO, Michel. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.
- BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Editora Plano, 2002

#### **Bibliografia Complementar**

- BAURER, MARTIN, Gaskell, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petropolis: Vozes, 2004.
- BOGDAN, Robert; BILKEN, Sari, Investigação qualitativa em educação: introdução à teoria e a métodos. Porto: Porto editora, 1994.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1992.
- LIBANEO, J.B. Introdução à vida intelectual. São Paulo: Edições Loyola, 2001, 2ª ed.
- MARTINS, G.A. Manual para elaboração de Monografias e Dissertações. São Paulo: Editora Atlas, 2000.



---

**Disciplina: PRO15783 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)**

**Ementa**

Discutir metodologia de pesquisa e método para investigar o problema de pesquisa. Proporciona a conclusão do objeto desenvolvido. Apresentação do projeto de pesquisa e ou do produto em seminário.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.  
GAMBOA, Silvio Sanchez (org.). Pesquisa educacional: quantidade - qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.

GATTI, Bernadete. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Editora Plano, 2002. 86p.

\_\_\_\_\_. Grupo focal nas ciências sociais e humanas. São Paulo: Líber Livros, 2005.

**Bibliografia Complementar**

ANGROSINO, Michel. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Editora Plano, 2002.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

MÜLLER, M. S. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. Londrina: Editora UEL, 2002, 4ª ed.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1993. 19.ed.

**Disciplina: PRO15805 - ORALIDADE LEITURA E ESCRITA II**

**Ementa**

Processos de apropriação da oralidade, da leitura e da escrita. Trânsito entre culturas fundamentalmente orais e culturas do escrito. Continuum oralidade-escrita e suas implicações para o processo pedagógico. Multimodalidade e retextualização. Leitura e produção de textos orais e escritos como experiência: o texto do estudante indígena como ponto de referência. Mediação do processo de leitura e produção de textos orais e escritos em contextos indígenas (com ênfase nas culturas guarani e tupinikim).

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**



D'ANGELIS, Wilmar. (Org.). Ensino de Português em comunidades indígenas (1ª e 2ª língua). Campinas: Curt Nimuendajú, 2013.

D'ANGELIS, W.; VEIGA, J. (Org.). Leitura e escrita em escolas indígenas. Campinas: ALB/Mercado das Letras, 1997.

MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. (Org.). Fala e Escrita. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

### **Bibliografia Complementar**

ABRAM DOS SANTOS, L. Considerações sobre o ensino de Português como segunda língua a partir da experiência com professores Wajãpi. Cadernos de Educação Escolar Indígena, v. 4, p. 149-164, 2005.

FRANCHETTO, Bruna. Escrever línguas indígenas: Apropriação, domesticação, representações. Catálogo da Exposição Os Índios, Nós. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia. p. 44-50, 2000.

\_\_\_\_\_. O papel da educação escolar na domesticação das línguas indígenas pela escrita. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n. 75, p. 179-181, 1995.

MARCUSCHI, L. A. Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

ONG, Walter J. Oralidade e Cultura Escrita. Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papirus, 1998.

## **Disciplina: PRO15806 - ORALIDADE LEITURA E ESCRITA III**

### **Ementa**

Políticas linguísticas, mecanismos de manutenção, desenvolvimento e revitalização das línguas indígenas em contextos bilíngues e interculturais. O papel do professor de língua no processo de apropriação das línguas maternas e adicionais em contexto escolar indígena. Hibridismo nos processos de leitura, produção e circulação de gêneros orais e escritos em contextos escolares indígenas.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

CUNHA, Rodrigo Bastos. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. In: Educar (Curitiba), n. 32, p. 143-159, 2008.

HENTZ, Maria Izabel de Bortoli. Formando professores indígenas: o direito à língua como ação política. In: Fórum Linguístico (Florianópolis), v. 10, n. 4, p. 279-290, out./dez. 2013.

PIMENTEL da SILVA, M. S. "A educação na revitalização da língua e da cultura Karajá na aldeia de Buridina". Revista do Museu Antropológico. Goiânia, v. 1, n. 1, 2000. p. 65-73.

### **Bibliografia Complementar**

ALFARO, Consuelo. As políticas linguísticas e as línguas ameríndias. Liames, n. 1, p. 31-41, 2001.

BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: Estudos linguísticos e literários (Salvador), v. 19, p. 65-84, 1997.

FREIRE, B. R. J.; ROSA, C. M. (Org.). Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

ORLANDI, E. P. (Org.). Política Linguística na América Latina. Campinas: Pontes, 1988.

TARALLO, F.; ALKMIM, T. Falares crioulos. Línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987.



---

**Disciplina: PRO15813 - LITERATURA INDÍGENA II**

**Ementa**

A questão/problema da autoria, da publicação e da circulação da literatura indígena. Literatura, corporalidade e performance em contextos indígenas. Literatura infantil indígena e indigenista. Ilustração indígena e indigenista. Mediação da leitura e produção de textos literários em contextos escolares indígenas. Constituição e forma de dinamização de acervos escolares em contextos indígenas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

BONIN, Iara Tatiana. "Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura infanto-juvenil que chega às escolas?" In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. (Org.). Estudos culturais para professor@s. Canoas, Editora da Ulbra, 2008.

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita. Leitura de literatura na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

THIEL, Janice. Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

**Bibliografia Complementar**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BICALHO, Charles Antônio de Paul. Koxuk, a imagem do yãmîy na poética. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 227 p. (Tese de Doutorado).

JEKUPE, Olívio. Literatura escrita pelos povos indígenas. São Paulo: Editora Scortecci, 2009.

MAHER, Terezinha Machado. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural, 2006.

ZUMTHOR, Paul. Introdução à Poesia Oral. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

**Disciplina: PRO15790 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA II**

**Ementa**

Divisão social do trabalho entre povos indígenas e visões diferenciadas do trabalho. A sociedade nacional e o mercado de trabalho regional. Trabalho indígena, capitalismo e classes sociais no mundo não-indígena.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**



D'ANGELIS, Wilmar R., VEIGA Juracilda. O trabalho e a perspectiva das sociedades indígenas no Brasil. Simpósio Nacional da Pastoral Operária. São Paulo, 2001: 14-17.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. São Paulo em Perspectiva, v. 8, n. 4, p. 2-12, 1994.

VELOZ, Christian Ramos. Trabalho indígena. TST, Brasília, vol. 75, nº 1, jan/mar 2009.

### **Bibliografia Complementar**

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação e Sociedade, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

EWART, E. Fazendo pessoas e fazendo roças entre os Panará do Brasil Central. Revista de Antropologia, 48, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de Força-de-Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX. Encontros com a Civilização Brasileira, 11, 1979.

SANTILLI, Márcio. Programas regionais para uma nova política indigenista. Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II, p. 69-82, 2002.

SUCHANEK, Márcia Gomes O. Povos indígenas no Brasil: de escravos à tutelados. Uma difícil reconquista da liberdade. Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 12, n. 1, p. 240-274, 2012.

## **Disciplina: PRO15820 - MATEMÁTICA II: TEORIA E PRÁTICA**

### **Ementa**

Fração: conceitos associados e operações. Números racionais: representações fracionárias e decimais, operações numéricas, seus conceitos e algoritmos. Geometria euclidiana plana: ângulos, perímetros e áreas associadas a figuras fundamentais. Proporcionalidade. Introdução à álgebra. Aplicações.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

CENTENO PÉREZ, Julia. Números decimais: Por qué? Para qué? Madrid: Síntesis, 1997. IMENES, Luiz M.

LELLIS, Marcelo. Matemática: guia do professor. 6º ao 9º anos. São Paulo: Moderna, 2010.

SOCAS ROBAYNA, Martín Manuel et al. Iniciación al álgebra. Madrid: Síntesis, 1996.

### **Bibliografia Complementar**

BARBOSA, Ruy M. Descobrimos padrões em mosaicos. São Paulo: Atual, 1993.

BARBOSA, Ruy M. Geoplanos e redes de pontos. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KENNEDY, E. S. Tópicos de história da matemática para uso em sala de aula: trigonometria. São Paulo: Atual, 1992.

SÁ, Ilydio P. de. A magia da matemática: atividades investigativas, curiosidades e histórias da matemática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

TAHAN, Malba. As maravilhas da Matemática. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1987



---

**Disciplina: PRO15821 - BIOLOGIA II: TEORIA E PRÁTICA**

**Ementa**

Citologia animal e vegetal: célula, organização celular e funções vitais. Histologia animal e vegetal. Morfologia animal: adaptações aos diferentes ecossistemas. Morfologia humana. Fisiologia humana: Nutrição e digestão, respiração, circulação, excreção, locomoção, tegumento controle hormonal, controle nervoso e sensorial. Noções sobre herança genética: leis de Mendel. Conceitos gerais de genética: genótipo e fenótipo, gene, ADN, ARN, cromossomo. Reprodução celular. Concepções indígenas sobre estrutura dos seres vivos, reprodução e herança genética.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ALBERTS, B. ; BRAY, D. ; LEWUS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K;WAYDON, J. D. Biologia Molecular da Célula. Artes Médicas, Porto Alegre, 4 edição, 2003.

JUNQUEIRA, L. C. & CARNEIRO, J. 2009. Histologia básica. 10aed., Guanabara Koogan,. Rio de Janeiro: 488p.

MAYR, E. 2005. Biologia, Ciência Única. São Paulo, Cia das Letras.

**Bibliografia Complementar**

CARVALHO, H.F.; RECCO-PIMENTEL, S. A célula 2001, Manole,Barueri/SP, 2001.

GARDNER, L.P. & HIATT, J.L. 2000. Atlas Colorido de Histologia. 3a ed., Guanabara Koogan, Rio de Janeiro: 413p

GRIFFITHS, Anthony, J.F., GELBART, William M., MILLER, Jeffrey H. e LEWONTIN, Richard C. Genética Moderna. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2001.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e Prática. In: D. Ribeiro (ed.). Suma etnológica brasileira, v. 1. Petrópolis, Ed. Vozes 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. SP: Cosac &Naify, 2002. (Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena, p. 345-400).INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.



---

**Disciplina: PRO15822 - MATEMÁTICA III: TEORIA E PRÁTICA****Ementa**

Números irracionais e números reais. Porcentagem. Probabilidade. Geometria analítica: aplicações à álgebra e à geometria plana. Equações lineares e sistemas. Equações polinomiais. Funções definidas por tabelas numéricas e expressões algébricas. Noções sobre Trigonometria restrita (aplicações a triângulos e a problemas de geometria plana). Noções sobre Geometria euclidiana espacial.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

KALEFF, Ana M. M. R. Vendo e entendendo poliedros: do desenho ao cálculo do volume através de quebra-cabeças geométricos e outros materiais concretos. Niterói: EdUFF, 1998.

SANTOS, Vânia M. P. dos; REZENDE, Jovana F. de. Números: linguagem universal. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.

TINOCO, Lucia A. de A. Construindo o conceito de função. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.

**Bibliografia Complementar**

COUTINHO, Lázaro. Convite às geometrias não-euclidianas. Rio de Janeiro: Interciência, 2001

GERDES, Paulus. Da etnomatemática a arte-design e matrizes cíclicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

JANOS, Michel. Matemática e natureza. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

KENNEDY, E. S. Tópicos de história da matemática para uso em sala de aula: trigonometria. São Paulo: Atual, 1992.

TROTTA, Fernando; IMENES, Luiz M. P.; JAKUBOVIC, José. Matemática aplicada (vol. 1, 2 e 3). São Paulo: Moderna, 1980.

**Disciplina: PRO15835 - METOLOGIA DE ENSINO DE MATEMÁTICA II****Ementa**

A evolução da noção de quantidade numérica na criança. Ensino e aprendizagem das quatro operações numéricas fundamentais. O desenvolvimento de conceitos básicos da geometria euclidiana na infância. O ensino e a aprendizagem de medidas não-inteiras: conceitos, operações e resolução de problemas. Construção e exploração de diferentes recursos pedagógicos nas séries iniciais do ensino fundamental de matemática para crianças e para jovens e adultos. Análise das propostas de ensino integrado entre aritmética, geometria e álgebra nas séries finais do ensino fundamental. Ensino interdisciplinar de Matemática. Construção e exploração de recursos pedagógicos nas séries finais do ensino fundamental de matemática. Experiências de didática da matemática em escola indígena

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá



---

outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

CARDOSO, Virgínia C. Materiais didáticos para as quatro operações. São Paulo: CAEM/ IME/ USP, 2005

KAMII, Constance; DECLARK, Georgia (colab.). Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. Campinas: Papyrus, 1986.

TINOCO, Lucia A. de A. Geometria euclidiana por meio da resolução de problemas. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999.

### **Bibliografia Complementar**

FERREIRA, Mariana K. L. Quando  $1 + 1 \neq 2$ : práticas matemáticas no parque indígena do Xingu. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 3, p. 30-46, 1993.

GERDES, Paulus. Geometria dos trançados Bora na amazônia peruana. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

LORENZONI, Claudia A. C. de Araújo. Cestaria guarani do Espírito Santo numa perspectiva etnomatemática. Tese (Doutorado), PPGC, UFES, Vitória, 2010.

MARTINS, Maria L.; FERREIRA, Djalcir (colab.). A lição da samaúma: formação de professores da floresta: didática e educação matemática: do saber à construção do conhecimento. Rio Branco: Poronga, 1994.

Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília: SEF/ MEC, 1998.

## **Disciplina: PRO15826 - QUÍMICA II: TEORIA E PRÁTICA**

### **Ementa**

Conceitos e métodos gerais da Química Orgânica e seus compostos. Aplicações a situações da vida cotidiana.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

BARBOSA, Luiz Cláudio de Almeida. Introdução à química orgânica. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011, 331 p.

BETTELHEIM, Frederick A. et al. Introdução à química orgânica. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012. 1 v.

SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B. Química orgânica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 2 v.

### **Bibliografia Complementar**

ATKINS, P. W.; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BRUICE, Paula Yurkanis. Química orgânica. 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 2 v

MALDANER, Otávio A. A formação inicial e continuada de professores de Química. Ijuí: Unijuí, 2000.

MORTIMER, Eduardo F. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciência. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

VOLLHARDT, K. Peter C.; SCHORE, Neil Eric. Química orgânica: estrutura e função. 6. ed. Porto

---

Alegre, RS: Bookman, 2013, 1384 p.

**Disciplina: PRO15827 - FÍSICA II: TEORIA E PRÁTICA**

**Ementa**

Óptica. Propagação de ondas. Eletricidade estática e dinâmica. Eletromagnetismo. Noções de relatividade e de mecânica quântica. Aplicações à vida cotidiana.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

HALLIDAY, D. RESNIK, R. e WALKER, J. Fundamentos da Física, v. 3 & vol. 4, 7ª ed. Livros Técnicos e Científicos, 2006.

TIPLER, P. A. e MOSCA, G. Eletricidade e Magnetismo, Óptica, 5ª ed. Livros Técnicos e Científicos, 2006.

YOUNG, H. D. e FREEDMAN, R. A. Sears & Zemansky, Física III: Eletromagnetismo & Física IV: Ondas, 12ª ed. Addison-Wesley, 2008.

**Bibliografia Complementar**

DA SILVA, Osmar Henrique Moura; LABURÚ, Carlos Eduardo; NARDI, Roberto. Reflexões para subsidiar discussões sobre o conceito de calor na sala de aula. Caderno brasileiro de ensino de física, v. 25, n. 3, p. 383-396, 2008.

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; KRANE, Kenneth S. Física 2. CEA, 2004.

NUSSENZVEIG, H.M. Curso de Física Básica: 3 - Eletromagnetismo. 4ª ed. Edgard Blücher, 2002.

NUSSENZveig, H. M. Curso de Física Básica: 4 - ótica, Relatividade e Física Quântica. 4ª ed. Edgard Blücher, 2002.

PESSOA JR, Osvaldo. Fundamentos da física 2. Editora Livraria da Física, 1998.

**Disciplina: PRO15817 - CURRÍCULO INTERCULTURAL IIIB**

**Ementa**

Fundamentos do currículo intercultural. Experiências e propostas de currículos interculturais para a Escola de Ensino Médio. Análise e avaliação de currículos escolares e práticas educativas interculturais. Formação para a docência intercultural na Habilitação em Artes, Linguagens e Comunicação.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

MELIÁ, Bartolomeu. "Ação pedagógica e Alteridade: Por uma pedagogia da diferença". In: Secretaria de Estado de Educação/Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso, Ameríndia: Tecendo os Caminhos da Educação escolar, Cuiabá, 1998.

MONTE, Nietta, L. "Problemas de um Currículo para a Educação Intercultural e Bilíngue". In: Secretaria de Estado de Educação/Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso, Urucum Jenipapo e Giz, Cuiabá-MT, Entrelinhas, 1997.

PARECER 14/99/CNE. In: GRUPIONI, L.D.B (Org.)-As Leis e a Educação Escolar Indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 2001, p. 21-24.

**Bibliografia Complementar**

CAVALCANTI, Marilda C. Entre escolas da floresta e escolas da cidade: olhares sobre alguns contextos escolares indígenas de formação de professores. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 36, 2000.

GRUPIONI, L. D. B. (2006). Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. Em: Luiz Donizeti Benzi Grupioni (Org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*, 39-65.

MONTE, Nietta. *Escolas da Floresta: entre o passado oral e o presente letrado*. Rio de Janeiro. Ed. Multiletras, 1996.

NASCIMENTO, A. M. Apontamentos críticos sobre concepções de linguagem na formação superior de docentes indígenas: diálogo intercultural como diálogo intepistêmico. *Revista Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 103-123, 2014.

OLIVEIRA, Gilvan M. "O que quer a linguística e o que se quer da linguística na pedagogia da diferença? A delicada questão da assessoria ao movimento indígena". In: Secretaria de Estado de Educação/Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso, Ameríndia: Tecendo os Caminhos da Educação escolar, Cuiabá, 1998.

**Disciplina: PRO15818 - MATEMÁTICA I: TEORIA E PRÁTICA****Ementa**

Estrutura matemática dos sistemas de registro numérico nas várias culturas. A invenção do zero. As quatro operações numéricas fundamentais: conceitos, algoritmos e aplicações à vida social. Quantidades não inteiras. Representações geométricas de objetos. Noções de geometria plana. Medidas geométricas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

CENTURION, Marília. *Números e operações: conteúdo e metodologia da Matemática*. São Paulo: Scipione, 1995.

IMENES, Luiz M.; LELLIS, Marcelo; MILANI, Estela. *Projeto presente - Matemática: guia do professor*. 1º ao 5º anos. São Paulo: Moderna, 2012.

TINOCO, Lucia A. de A. *Razões e proporções*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.

**Bibliografia Complementar**

EVES, Howard. *Introdução à História da Matemática*. Campinas: EdUNICAMP, 2004.

IFRAH, Georges. *História universal dos algarismos: a inteligência dos homens contada pelos números e pelo cálculo*. Tomo I, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.



---

KENNEDY, E. S. Tópicos de história da matemática para uso em sala de aula: trigonometria. São Paulo: Atual, 1992.

SÁ, Ilydio P. de. A magia da matemática: atividades investigativas, curiosidades e histórias da matemática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

TAHAN, Malba. As maravilhas da Matemática. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1987.

## **Disciplina: PRO15828 - METODOLOGIA DO ENSINO DE FÍSICA**

### **Ementa**

Exploração dos espaços escolares e não escolares no ensino da Física. Escolha de temas integradores do currículo de Física com as demais ciências no ensino médio. Análise e desenvolvimento de procedimentos para a construção de materiais instrucionais e realização de experiências no ambiente escolar, visando à aprendizagem dos principais conceitos e métodos da Física no ensino médio. Experiências de didática das ciências da natureza em escola indígena.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

Física 1: Mecânica - ISBN 10: 85-314-0014-7

Física 2: Física Térmica & Ótica - ISBN 10: 85-314-0025-2

Física 3: Eletromagnetismo - ISBN 10: 85-314-0115-1

Todos os capítulos estão disponibilizados para download no endereço: <http://www.if.usp.br/gref/welcome.html>.

### **Bibliografia Complementar**

FERRACIOLI, L. (Organizador) Espaços Não Formais de Educação: Educação em Ciência, Tecnologia & Inovação na Região Metropolitana de Vitória, ES. 1. ed. São Paulo: Mandacaru, 2011. v.1. 112p. Livro disponibilizado em <http://issuu.com/mandacarudesign/docs/efday2011>

HALLIDAY, D. Resnick, R. e WALKER, J. Fundamentos da Física, v. 1 & vol. 2, 7ª ed. Livros Técnicos e Científicos, 2006.

TAKIMOTO, E. História da Física na Sala de Aula. LF Editorial, 2009.

TIPLER, P. A. e MOSCA, G. Mecânica, Oscilações e Ondas, Termodinâmica. 5ª ed. Livros Técnicos e Científicos, 2006.

YOUNG, H. D. e FREEDMAN, R. A. Sears / Zemansky, Física I: Mecânica & Física II: Termodinâmica e Ondas, 12ª ed. Addison-Wesley, 2008.



---

**Disciplina: PRO15784 - DIVERSIDADE CULTURAL E ETNICIDADE**

**Ementa**

Os múltiplos processos identitários e a etnicidade. Relações e conflitos interétnicos. Etnocentrismo e racismos. Problematizando noções de raça, cultura e identidade. Políticas mono, multi e intercultural e avanços jurídicos (Lei 10.639/2003 e outras).

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

BARTH, F. "Os Grupos étnicos e suas fronteiras". In: O Guru, o Iniciador e Outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p-25-67, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos avançados, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade étnica, identificação e manipulação. Sociedade e cultura, v. 6, n. 2, 2007.

**Bibliografia Complementar**

BANIWA, Gersem Luciano. Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena. Diversidade Cultural, da proteção à promoção. Belo Horizonte. Ed. Autentica, 2008.

BARRETTO, Henyo Trindade Filho. Sociedades indígenas: a diversidade cultural contemporânea no Brasil. Brasília: FUNAI, 1996.

LIMA Antonio Carlos de Souza. Diversidade cultural e política indigenista no Brasil. Tellus, nº 3, Campo Grande, (2002).

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos "Índios Misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, 4:1, 1998, pp. 47-77.

VIVEIROS de Castro, Eduardo. "No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é". In: Eduardo Viveiros de Castro: Entrevistas. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.

**Disciplina: PRO15800 - PROJETOS SOCIAIS E ETNODESENVOLVIMENTO**

**Ementa**

Fundamentos críticos para elaboração de projetos sociais de etnodesenvolvimento. Gestão econômica e social de programas e projetos. Modos e meios de produção, valorização, distribuição e consumo tradicionais e atuais. Análise de experiências.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**



AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. Etnodesenvolvimento e políticas públicas: base para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria/LACED, p. 7-28, 2002.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. Diss. UnB, 2010.

SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. QUEM CALA CONSENTE? p. 53, 2003.

### **Bibliografia Complementar**

ALBERT Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica do fetichismo da mercadoria. In: ALBERT, B. & RAMOS, A. (orgs.) Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: UNESP, 2000.

CORONA, Beatriz Martínez. Género, empoderamiento y sustentabilidad: una experiencia de microempresa artesanal de mujeres indígenas. GIMTRAP, 2000.

DINIZ, Sibelle Cornélio; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Economia e etnodesenvolvimento no território indígena Xakriabá, MG. Anais do XII Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, p. 22, 2006.

GRÜNEWALD, Rodrigo Azeredo. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. Revista ANTHROPOLÓGICAS, v. 14, n. 1+ 2, 2011.

SOARES, Mariana de Andrade. Caminhos para viver o MbyaReko: estudo antropológico do contato interétnico e de políticas públicas de etnodesenvolvimento a partir de pesquisa etnográfica junto a coletivos Guarani no Rio Grande do Sul. Tese, UFRGS, 2012.

## **Disciplina: PRO15825 - METODOLOGIA DO ENSINO DE BIOLOGIA**

### **Ementa**

O desenvolvimento das noções básicas sobre os seres vivos na criança. O ensino de Biologia nas séries finais da Educação Fundamental. Vida e meio ambiente no currículo escolar. Construção e exploração de recursos pedagógicos no ensino da biologia elementar; Exploração de espaços escolares e não escolares no ensino de Biologia. Escolha de temas integradores do currículo de Biologia com as demais ciências, no Ensino Médio. Análise e desenvolvimento de procedimentos para a construção de materiais instrucionais e realização de experiências no ambiente escolar, visando à aprendizagem dos principais conceitos e métodos da Biologia no ensino médio. Oficinas interculturais. Experiências de didática das ciências da natureza em escola indígena.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

HENNING, Georg J. Metodologia do Ensino de Ciências. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

RIBEIRO, D. (ed.). Suma etnológica brasileira, Etnobiologia, v. 1. Petrópolis, Ed. Vozes 1987.

KARAM, Heloísa da Silva; RIBEIRO, Thiago Marques; SILVA GONZALES, Wilson Rodrigues de. Aproximando diferentes saberes em uma prática de ensino de biologia. EntreVer-Revista das Licenciaturas, v. 1, n. 1, p. 105-115, 2011

### **Bibliografia Complementar**

DE ASTROGILDO, Thales et al. Feyerabend, Interculturalismo e Etnobiologia: algumas possíveis articulações no ensino de biologia DOI: 10.5007/2175-7925.2011 v24n3p129. Biotemas, v. 24,

n. 3, p. 129-140.

BAPTISTA, Geilsa Costa Santos. Importância da demarcação de saberes no ensino de ciências para sociedades tradicionais. *Ciência & Educação*, v. 16, n. 3, p. 679-694, 2010.

GIANINNI, Isabelle Vidal. Os índios e suas relações com a natureza In Grupioni, L.D. (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.144-152.

GRAY, Andrew. O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas. In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.109-124.

PEREIRA, Carlos Luis; MACIEL, Maria Delourdes. Um olhar sobre o currículo oficial e o currículo vivenciado no ensino de ciências indígena: desafios e possibilidades. *Encontro de Produção Discente PUCSP/Cruzeiro do Sul*, v. 1, n. 1, 2013.

## **Disciplina: PRO15787 - MITOS E RITUAIS**

### **Ementa**

Narrativas míticas, características, formas de transmissão. Articulações entre mitos e ritos, e entre sagrado e profano. As diferentes práticas, expressões e objetos rituais entre os povos ameríndios. Sentidos da conversão religiosa entre povos indígenas. Mitos e ritos entre os Tupinikim e dos Guarani.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

CADOGAN, Leon. Ayyurapyta. Textos míticos de losMbyá-Guarani del Guairá. USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n. 227, Antropologia n. 5: 5-217, 1959.

CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

WRIGHT, Robin. 1999. Transformando os deuses. Os múltiplos sentidos da conversão religiosa entre os povos indígenas no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

### **Bibliografia Complementar**

CAPIBERIBE, Artionka. A língua franca do suprassensível: sobre xamanismo, cristianismo e transformação. *Mana* (Rio de Janeiro. Online), v. 23, p. 311-340, 2017.

DAL POZ, J. Homens, animais e inimigos: simetrias entre mito e rito nos Cinta-Larga. *Revista de Antropologia*, vol. 36, 1994.

NIMUENDAJU, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani. Tradução: Charlotte Emmerich e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987.

POMPA, Maria Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. 2001.

RIBEIRO, Liliane Brum. Limpando ossos e expulsando mortos: estudo comparativo de rituais funerários em culturas indígenas brasileiras através de uma revisão bibliográfica. 2002. Tese. UFSC, 2002.

---

**Disciplina: PRO15792 - CONCEPÇÃO DE PESSOA E PRÁTICAS CORPORAIS**

**Ementa**

A construção simbólica da pessoa entre povos indígenas. Representações, expressões, cuidados e práticas corporais. Processos de transformação de concepções e práticas corporais.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

COHN, Clarice. Antropologia da Criança. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. Sociologia e antropologia, v. 2, p. 209-233, 1974.

SEEGER, Anthony, Da Matta, Roberto & Viveiros de Castro, Eduardo. "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras". In. Boletim do Museu Nacional, nº 32, 1987, pp.2-19.

**Bibliografia Complementar**

DA SILVA, Aracy Lopes; NUNES, Angela; DA SILVA MACEDO, Ana Vera Lopes. Crianças indígenas: ensaios antropológicos. FAPESP, 2002.

DE ALMEIDA, Arthur J. Medeiros; DE ALMEIDA SUASSUNA, D. Maria Filgueira. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas. Movimento (ESEF/UFRGS), v. 16, n. 4, p. 53-71, 2010.

GARNELO, Luiza. Cosmologia, ambiente e saúde: mitos e ritos alimentares Baniwa. História, Ciências, Saúde-Manguinhos 14 (2007): 191-212.

MELATTI, Julio C. "Nominadores e genitores". In: SCHADEN, E. (org.) Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

RANGEL, Lucia Helena. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 3, n. 5, p. 147-152, 1999.

**Disciplina: PRO15797 - METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA APLICADA ÀS**

**Ementa**

As diferentes perspectivas e inovações metodológicas no ensino e na pesquisa historiográfica. Análise crítica das fontes documentais orais, escritas e iconográficas sobre história dos povos indígenas no Brasil e no Espírito Santo. O estudo da história na realidade educacional indígena e produção de material didático para escolas de ensino médio indígenas e não indígenas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas e Ensino de História: a Lei nº 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. BARROSO, Vera Lucia Maciel [et al.]. Ensino de



---

História: Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: Est, 2010.

GOBBI, Izabel. Desafios do ensino sobre indígenas nas escolas: uma reflexão a partir dos livros didáticos de história. Cadernos do Leme 2.2, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

### **Bibliografia Complementar**

BORGES, Paulo Humberto Porto. Uma visão indígena da história. Caderno Cedes n. 49. São Paulo: UNICAMP, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu; RODRIGUES, Isabel Cristina. A questão indígena no livro didático: toda a história. História & Ensino, v. 5, p. 41-59, 2012

TEAO Kalna Mareto, LOUREIRO, Klítia. História dos Índios do Espírito Santo. Publicação Lei Rubem Braga, PMV, 2009.

TOLEDO, Maria Aparecida LeopoldinoTursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. Antíteses, v. 3, n. 6, p. 743-758, 2011.

SILVA, Edson. História, povos indígenas e Educação: (re) conhecendo e discutindo a diversidade cultural. Encontro Pernambucano de Ensino de História, 2007.

## **Disciplina: PRO15793 - ARTE E CULTURA: ARTESANATO**

### **Ementa**

Concepções estéticas e expressões artísticas indígenas. Cultura material: significados, recursos, técnicas, símbolos e valores culturais. Arte e artesanato. Modos e meios de produção do artesanato e comércio.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

RIBEIRO, Berta G. Dicionário de Artesanato Indígena. Belo-Horizonte: Itatiaia/SP: EDUSP, 1988.

RIBEIRO, Darcy (Ed.) Suma Etnológica Brasileira 3 - Arte indígena. Petrópolis: Vozes, 1987.

VIDAL, Lux, LOPES DA SILVA, Aracy. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). A Temática Indígena na Escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.369-402.

### **Bibliografia Complementar**

BARBOSA, W. de Do. Artesanato indígena e os “novos índios” do Nordeste. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 28, p. 199-215, 1999.

BRUM, B. D. Artesanato Guarani Mbya do Rio de Janeiro: apontamentos para uma abordagem discursiva. Textos escolhidos de Arte e Cultura Popular, UERJ, 2004.

LAGROU, Els. .No Caminho da Miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios. Enfoques, v. 11, n. 2, 2012.

MARTINS, Maria Terezinha B. M. Tupinikin: os fabricantes de farinha do Pau-Brasil. Juiz de Fora: UFJF, 1986.

SEEGER, Anthony. “O significado dos ornamentos corporais”. In. Os índios e nós. Rio de Janeiro: Campus, 1980.



---

## **Disciplina: PRO15811 - LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS INDÍGENAS**

### **Ementa**

A aula de Língua Portuguesa como espaço-tempo de encontro intercultural e de interação. Especificidades da educação escolar indígena e suas implicações para o ensino-aprendizagem e a avaliação em língua portuguesa. Práticas pedagógicas na escola indígena e formação de leitores e produtores de texto.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

ANTUNES, Irlandé. Aula de Português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.  
BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação Escolar Indígena no século XX: da escola para os índios à escola específica e diferenciada. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria. Histórias e memórias da educação no Brasil. vol.III. Petrópolis: Vozes, 2005a.  
NEVES, Josélia Gomes. Alfabetização intercultural: oralidade, escrita e bilinguismo em sociedades indígenas. Revista Espaço Acadêmico, n. 85, junho de 2008, Disponível em: [/www.espacoacademico.com.br/085/85neves.htm](http://www.espacoacademico.com.br/085/85neves.htm)>. Acesso em 20/07/2012

### **Bibliografia Complementar**

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Línguas indígenas precisam de escritores? Como formá-los?. Campinas: IEL/Unicamp; Brasília: Ministério da Educação, 2005.  
FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs). Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.  
LÓPEZ DA SILVA, Aracy; FERREIRA, Mariana Kwall Leal(orgs.). Práticas Pedagógicas na Escola Indígena. São Paulo: Global, 2001.  
MAHER, Terezinha Machado. Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade. Tese (Doutorado) - Campinas: IEL/Unicamp, 1996.  
MEDEIROS, Juliana Schneider. Educação escolar indígena específica e diferenciada: o estudo da língua Kaingang e do artesanato na escola. Disponível em: [/www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2218/403](http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2218/403)>. Acesso em 12 mar. 2019.



---

**Disciplina: PRO15804 - ORALIDADE LEITURA E ESCRITA I**

**Ementa**

Concepções de língua/linguagem, sujeito e sociedade em diferentes correntes do pensamento linguístico. A questão da comunicação humana em perspectiva indígena (com ênfase nas culturas guarani e tupiniquim) e não-indígena. Reflexão crítica sobre as relações interétnicas entre sociedades indígenas (com ênfase nas culturas guarani e tupiniquim) e não indígenas mediadas por diferentes sistemas semióticos e em diferentes suportes. Mídias e redes sociais: representação e autorrepresentação indígena.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

BRASIL; MAIA, Marcus. Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

RESENSE, Nicodemos Costia de. Perspectivas indígenas sobre e na internet: ensaio regressivo sobre a construção e o uso da comunicação em grupos ameríndios do Brasil. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VOLOSHINÓV, Valentin. "Duas tendências do pensamento filosófico-linguístico; Língua, linguagem e enunciado; A interação discursiva; Tema e significação da língua". In: \_\_\_\_\_. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad., notas e glossário: Sheila Grillo e EkaterinaVólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 143-238.

**Bibliografia Complementar**

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SEKI, Lucy (Org.). Linguística indígena e educação na América Latina. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

TAVARES, Marilze. Línguas Indígenas & Língua Portuguesa em Comunidades Indígenas do Sul de Mato Grosso do Sul. In: SIGNUM: Estudos da Linguagem (Londrina), n. 19/2, p. 368-390, dez. 2016. DOI: 10.5433/2237-4876.2016v19n1p368

---

**Disciplina: PRO15815 - ENSINO E PESQUISA DE LÍNGUAS INDÍGENAS****Ementa**

Aspectos da morfossintaxe de línguas indígenas. Os fenômenos linguísticos de natureza semântica. Aspectos das gramáticas de línguas Tupi-Guarani (Tupi (Antigo) e Guarani) Instrumentalização linguística: produção de dicionários e materiais didáticos.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D.; DUARTE, F. B. (orgs) Línguas e Culturas Tupi vol.2. Campinas- SP: Ed. Curt Nimuendajú. 2010.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. Semântica. São Paulo: Ática, 1987.

MARTINS, MarciFileti. Descrição e Análise de Aspectos da Gramática do Guarani Mbyá. Tese de doutorado, IEL/Unicamp. 2003.

**Bibliografia Complementar**

CARVALHO, Mauro Luiz, Tempo, Aspecto e Modalidade na Língua Guaraní Mbyá (Tambeopé). Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. UNB. DF. 2013.

DOOLEY, Robert A. Léxico Guarani, Dialeto Mbyá: versão para fins acadêmicos com acréscimos do dialeto Nhandéva e outros subdialetos do sul do Brasil. Summer Institute of Linguistics, Porto Velho, RO, Brasil. 1998.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil. 1. ed.-São Paulo: Global, 2013.

QUIEZZA, Flávia da Silveira. O Tupi-Antigo (Tupinambá) como língua etno-identitária do povo Tupinikim: análise da produção escrita em Tupi-Antigo elaborada na escola indígena Caieiras Velha- Aracruz- ES. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas - MN/UFRJ. 2017.

SANTOS, Carolina Souza. Tupinambá Iê'êga: Vocabulário Escolar. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2014.

**Disciplina: PRO15830 - HISTÓRIA E EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA****Ementa**

Implicações Científico-pedagógicas do ensino da evolução histórica das Ciências da Natureza (Química, Física, Biologia); Contribuições do ensino da História das Ciências Naturais à realização de práticas críticas e dinâmicas em sala de aula; Desdobramentos didáticos sobre a compreensão da natureza ontológica, epistemológica e histórica do conhecimento científico; As teorias de conhecimento das Ciências Naturais. Implicações para a prática educacional. As Ciências da Natureza como campo de conhecimento científico: seus objetivos, métodos e conceitos fundamentais. Repercussões no Processo de Ensino-aprendizagem da Ciência Naturais, entendida como empresa coletiva e histórica, pelo tratamento das suas relações com a tecnologia, com a cultura e com a sociedade. Ciências Naturais no Brasil: percursos, resultados e perspectivas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar

---





---

Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J.C.; Breve história da ciência moderna, volumes 1,2,3,4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (ebook).

DIEGUES, A. C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, R.A. Introdução a História das Ciências e seus usos na Educação. In: Estudos de História e Filosofia das Ciências. USP.

### **Bibliografia Complementar**

ARAGÃO, M.J.; História da química. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

BAPTISTA, J. P. Evolução do Conhecimento Científico. Departamento de Física, Ufes, 2000.

EINSTEIN, A. e INFELD, L. A Evolução da Física. JZE, 2008.

FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine. Ciências na Vida: antropologia da ciência em perspectiva. SP: Editora Terceiro Nome.

SILVA, D.D.; NEVES, L.S.; FARIAS, R.F.; História da química no Brasil. 4. ed. rev. Campinas, SP: Átomo, 2011.

## **Disciplina: PRO15802 - ARTE E CULTURA: DESENHO, PINTURA, PAPEL E CERÂMICA**

### **Ementa**

Desenho, pintura, papel e cerâmica: significados, recursos, técnicas, símbolos e valores culturais. Modos e meios de produção artística: valorização da cultura e desenvolvimento socioeconômico Concepções estéticas e expressões artísticas indígenas. Categorias, símbolos e agência. Relações interétnicas, produção e apropriação artística e cultural. Autorias e direitos autorais.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

SILVA, Giovanni José da, org. Kadiwéu: senhoras da arte, senhores da guerra. Curitiba: Editora CRV, 2011.

DIAS, Jill, org. Brasil nas Vésperas do Mundo Moderno. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. Cerâmica Arqueológica da Amazônia: vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

GASPAR, Madu. A Arte Rupestre no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003 (Série Descobrimos o Brasil).

PORTOCARRERA, José Afonso Botura. Tecnologia Indígena em Mato Grosso: habitação. Cuiabá: Entrelinhas, 2010.



---

PRIPRÁ, Simeão Kundagn. Arte Xokleng: relação social e uso do Vyje do e do Kultõ vã Zé. TCC - UFSC, Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis, 2015.

SILVA, Alexandrina da. O grafismo e significados do artesanato da Comunidade Guarani da Linha Gengibre (desenhos na cestaria). TCC - UFSC, Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis, 2015.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.7, n.1, 2010.

## **Disciplina: PRO15791 - GEOCIÊNCIAS E GEOPOLÍTICA**

### **Ementa**

Formas de ocupação, mobilidade e novas territorialidades. Fronteiras, fluxos entre diferentes espaços (floresta, campo, cidade, etc.). Estrutura e legislação fundiária no Brasil. Invasão, exploração e degradação dos territórios indígenas. Conflitos fundiários e sobreposições com unidades de conservação.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2011.

MARACCI, Marilda Teles. A apropriação de territórios para monocultura de eucalipto, impactos socioambientais e conflitos territoriais no Espírito Santo-Brasil.. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In Castro, Iná Elias et al. Geografia Conceitos e Temas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

### **Bibliografia Complementar**

BARCELLOS, Gilsa Helena. Território e Territorialidades Tupiniquim. Revista Em Pauta 24 (2010): 139-164.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira, Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. GeoTextos, v. 2, n. 2, 2008, pp.115-147.

LADEIRA, Maria Inês. O caminhar sob a luz: o território Mbyá a beira do oceano. São Paulo: PUC, 1992.

LEITÃO, Sérgio. Superposição de leis e de vontades: Por que não se resolve o conflito entre terras indígenas e unidades de conservação. Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: O desafio das sobreposições, p. 17-23, 2004.

---

**Disciplina: PRO15823 - FÍSICA I: TEORIA E PRÁTICA**

**Ementa**

Mecânica clássica. Hidrostática. Calor e termodinâmica. Aplicações à vida cotidiana.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

HALLIDAY, D. Resnick, R. e WALKER, J. Fundamentos da Física, v. 1 & vol. 2, 7ª ed. Livros Técnicos e Científicos, 2006.

TIPLER, P. A. e MOSCA, G. Mecânica, Oscilações e Ondas, Termodinâmica. 5ª ed. Livros Técnicos e Científicos, 2006.

YOUNG, H. D. e FREEDMAN, R. A. Sears / Zemansky, Física I: Mecânica & Física II: Termodinâmica e Ondas, 12ª ed. Addison-Wesley, 2008.

**Bibliografia Complementar**

NUSSENZVEIG, H.M. Curso de Física Básica: 1 - Mecânica. 5ª ed. Edgard Blücher, 2013.

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica: 2 - Fluidos, Oscilações e Ondas, Calor, 4ª ed. Edgard Blücher, 2002.

Física 1: Mecânica - ISBN 10: 85-314-0014-7

Física 2: Física Térmica & Ótica - ISBN 10: 85-314-0025-2

Física 3: Eletromagnetismo - ISBN 10: 85-314-0115-1

Download no endereço: <http://www.if.usp.br/gref/welcome.html>.

**Disciplina: PRO15833 - TECNOLOGIA E CULTURAS**

**Ementa**

Tecnologia e vida social dos povos. O impacto da tecnologia na cultura. As tecnologias e as transformações nos modos de produzir, viver, sentir, perceber e pensar das sociedades indígenas. Fronteiras entre a técnica e a política, a natureza e a cultura, segundo diferentes grupos e povos. Tecnologia e transmissão de conhecimento em sociedades indígenas e não indígenas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

DE LARGY HEALY, Jessica. Do trabalho de campo ao arquivo digital: performance, interação e



---

Terra de Arnhem, Austrália. Horiz. antropol., Jun 2004, vol.10, no.21, p.67-95. ISSN 0104-7183.  
LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. SP: Papirus, 1989.

### **Bibliografia Complementar**

FONSECA, Cláudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine. Ciências na Vida: antropologia da ciência em perspectiva. SP: Editora Terceiro Nome.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

MURA, Fábio. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia. Horizontes Antropológicos, v. 17, n. 36, p. 95-125, 2011.

TADEU DA SILVA, T. (org.). Antropologia do ciborgue. BH: Autêntica, 2000. TARDE, Gabriel. Monadologia e sociologia e outros ensaios. SP: Cosac Naify, 200

SAHLINS, M. A sociedade afluyente original (1972). In: Cultura na prática. RJ: Editora UFRJ, 2007, p. 105-152.

## **Disciplina: PRO15785 - TEMAS DE ETNOLOGIA INDÍGENA**

### **Ementa**

O campo da etnologia indígena e suas perspectivas teórico-metodológicas. Estudos etnográficos específicos e comparados sobre as principais temáticas inerentes a etnologia dos povos ameríndios, destacando as questões mais relevantes na atualidade.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

SCHADEN, E. (org.). Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1976.

VIDAL, Lux Boelitz. As Pesquisas mais freqüentes em Etnologia e História Indígena na Amazônia: uma abordagem Musical. Revista de Antropologia (1991): 183-196.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Antropologia, v. 1, p. 109-223, 1999.

### **Bibliografia Complementar**

ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida (orgs.), Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte Amazônico, São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

OVERING, Joanna. Estruturas elementares de reciprocidade: notas comparativas sobre a Guiana, o Noroeste Amazônico e o Brasil Central. In: Cadernos de Campo n. 10, 2002.

WRIGHT, Robin (org.). Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão dos povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 255-284.

TAYLOR, A.-C. O americanismo tropical: uma fronteira fóssil da etnologia?. Ms, [1984]. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés.

VIVEIROS de Castro, Eduardo. "Imagens da natureza e da sociedade". In: VIVEIROS de Castro Eduardo. A Inconstância da Alma Selvagem. Ed. Cosac & Naif, 2002.

---

**Disciplina: PRO15794 - PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL**

**Ementa**

A imbricação entre patrimônio cultural (material e imaterial) e natural (ou ambiental). Preservação e conservação do patrimônio, formas de transmissão. Identidade, memória, cidadania e documentação de saberes. Museus, políticas patrimoniais nacionais e internacionais e os aspectos jurídicos do patrimônio indígena.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

DE SOUZA, Marcela Stockler Coelho. A dívida indígena e a dívida antropológica: o patrimônio cultural entre direitos universais e relações particulares. UnB, Departamento de Antropologia, 2007.

FREIRE, José R. Bessa. O patrimônio cultural indígena. Um olhar sobre a cultura brasileira. Brasília: Ministério da Cultura, 1998.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Editora Peirópolis, 2005.

**Bibliografia Complementar**

CASTRO, Catherine Vasconcelos de et al. A proteção do conhecimento tradicional dos povos indígenas sob a concepção do pluralismo jurídico. 2007.

DIAS, Cláudia C. de Mesquita Garcia; ABREU, Regina; DE SOUZA Chagas, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. DP&A Editora, 2003.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental. Colóquio Diversidade cultural, uma questão econômica, 2005.

GOMES, Alexandre Oliveira, VIEIRA NETO João Paulo. Museus e memórias indígenas no Ceará. Uma proposta em construção. SECUT, Fortaleza, 2009.

SCARAMUZZI, Igor. Os saberes tradicionais e a escola: aspectos da produção de conhecimento em materiais didáticos de autores indígenas. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.2, n.1, 2010, p.73-96.

**Disciplina: PRO15799 - METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Ementa**

Os projetos políticos das escolas indígenas e as orientações teórico-metodológicas das Ciências Sociais Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa para trabalhos científicos Propostas e experiências de ensino de Ciências Sociais em escolas indígenas e não indígenas. A produção de material didático para escolas de ensino médio indígenas e não indígenas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares

---

Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

LANGDON, Esther Jean; MALUF, Sonia; TORNQUIST, Carmen Susana. “Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados”. In: GUERRIERO Iara Coelho Zito, SCHMIDT, M. Luisa Sandoval, ZICKER, Fabio (orgs.). Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde. Ed. Hucitec, 2008, pp. 128-148.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Vozes, 2002.

REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, 1997.

### **Bibliografia Complementar**

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, (2005): 169-186.

ECKERT, Cornelia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia: saberes e práticas. ILLUMINURAS, v. 9, n. 21, 2008.

RAMOS, Alcida Rita. Do Engajamento ao Desprendimento. Revista Campos (8), 2007, pp. 11-32.

SILVA, Ileizi LF. “O ensino das Ciências Sociais. Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas”. In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). Coleção Explorando o Ensino de Sociologia. Brasília: MEC, p. 23-31, 2010.

WEBER, Regina. Relatos de Quem Colhe Relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. Dados 39.1 (1996): 163-82.

## **Disciplina: PRO15809 - VARIAÇÃO E LINGUAGEM**

### **Ementa**

Língua, linguagem e poder. Diversidade e variação linguística. Preconceito linguístico. O contato linguístico: falantes das línguas indígenas e da língua portuguesa. Contribuições da Sociolinguística variacionista, da Dialetoлогия, da Linguística de Corpus e da linguística histórica para o estudo da variação e da variedade linguística em contextos indígenas e não-indígenas. Possibilidades pedagógicas para a compreensão da variação como inerente às línguas e para a superação do preconceito linguístico.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2014.

SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

### **Bibliografia Complementar**

BAGNO, M. A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2013.

CARNEIRO, José de R. D.; VALE, Maria J. Q.; MIRANDA, Antônio L. A. Contato linguístico e ensino: a contribuição de línguas indígenas na aprendizagem do português brasileiro. In: Sociodialeto, v. 4, n. 11, nov. 2013.

CAVALCANTI, M. Estudos sobre educação bilingue e escolarização em contextos de minorias



lingüísticas no Brasil. D.E.L.T.A., n. 15, 1999, p. 385 - 417.

MAHER, T. M. (2010). Políticas Linguísticas e Políticas de Identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. *Currículo sem Fronteiras*, v.10, n.1, pp. 33-48, Jan/Jun 2010.

NETO, Maria Gorete. Português-indígena versus português-acadêmico: tensões, desafios e possibilidades para as licenciaturas indígenas. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/pt/arquivos/sielp2012/1040.pdf>. Acesso em 27/07/2012.

## **Disciplina: PRO15810 - LITERATURA INDÍGENA I**

### **Ementa**

Literatura oral, escrita, visual ou multissemiótica/multimodal: historicidade e produção de sentidos. Discurso, dialogia e polifonia no texto literário indígena e indigenista. Literaturas indígenas: alteridade, identidades, memória e sociedade. Múltiplos gêneros das literaturas indígenas e indigenistas. Literatura brasileira de temática indígena: estereótipos coloniais e a autorepresentação indígena.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ALMEIDA, Maria Inês de. *Ensaio sobre a literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 228 p. (Tese de Doutorado)

ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

### **Bibliografia Complementar**

BEZERRA, Paulo. Gonçalves Dias: o resgate do nacional. In: HELENA, Lucia (Org.). *Nação-invenção: ensaios sobre o nacional em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: contra capa, CNPQ, 2004.

CAMPOS, Haroldo de. "Iracema: uma arqueografia de vanguarda". In. *Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006.

COUTINHO, Afrânio. *O processo de descolonização literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil, 1830-1870*. Prefácio de Célia N. Galvão Quirino. São Paulo: Livraria Editora Martins Fontes, 2004.

---

**Disciplina: PRO15834 - CURRÍCULO INTERCULTURAL IIC**

**Ementa**

Fundamentos do currículo intercultural. Experiências e propostas de currículos interculturais para a Escola de Ensino Médio. Análise e avaliação de currículos escolares e práticas educativas interculturais. Formação para a docência intercultural na habilidade CNM.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

DE LARGY HEALY, Jessica. Do trabalho de campo ao arquivo digital: performance, interação e Terra de Arnhem, Austrália. *Horiz. antropol.*, Jun 2004, vol.10, no.21, p.67-95. ISSN 0104-7183.

PERRELLI, Maria Aparecida de Souza. "Conhecimento tradicional" e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas Kaiowá/Guarani. *Ciênc. educ.* (Bauru), Bauru, v. 14, n. 3, p. 381-396, 2008. Available from [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132008000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132008000300002&lng=en&nrm=iso). access on 03 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132008000300002>.

RIBEIRO, José P. M., DOMITE, Maria do Carmo S., FERREIRA, Rogério. (orgs.) *Etnomatemática:*

**Bibliografia Complementar**

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BELFORT, Lucia Fernanda Inácio. *A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, em face da convenção sobre diversidade biológica*. 2006.

JANUÁRIO, Elias. *Formação de professores indígenas em serviço: a etapa de estudos cooperados de ensino e pesquisa-intermediária*. *Cadernos de Educação Escolar Indígena*, v. 2, n. 1.

LORENZATO, Sérgio. (org.) *O laboratório de ensino de Matemática na formação de professores*. Campinas,: Autores Associados, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. SP: Cosac &Naify, 2002. [Capítulo 7, *Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena*, p. 345-399].





---

**Disciplina: PRO15788 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA I**

**Ementa**

Organização social e política dos povos indígenas. Família e parentesco. Geração e gênero. Instituições, redes sociais e trocas simbólicas. Lideranças e relações interétnicas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

GROW Peter, Parentesco como consciência humana: o caso dos piro. Mana [online]. 1997, vol.3, n.2, pp. 39-65.

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura guarani. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SZTUTMAN Renato. O profeta e o principal. A ação política ameríndia e seus personagens. PPGAS/IFCH-USP, 2005.

**Bibliografia Complementar**

DE GÓES, Paulo Roberto Homem. Infinito povoado: domínios, chefes e lideranças em um grupo indígena do Alto Juruá. Diss. UFPR, 2009.

FAUSTO, Carlos; NOVAES, Adauto. Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena. 81 A outra margem do Ocidente, v. 1, 1999.

MCCALLUM, Cecília. Nota sobre as categorias "gênero" e "sexualidade" e os povos indígenas. Cadernos Pagu, n. 41, p. 53-61, 2013.

PISSOLATO, Elizabeth. A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani). UNESP, 2007.

SILVA, Sandro José. Tempo e espaço entre os Tupiniquim. Campinas: Diss. Unicamp, 2000.

**Disciplina: PRO15793 - ARTE E CULTURA: ARTESANATO**

**Ementa**

Concepções estéticas e expressões artísticas indígenas. Cultura material: significados, recursos, técnicas, símbolos e valores culturais. Arte e artesanato. Modos e meios de produção do artesanato e comércio.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

RIBEIRO, Berta G. Dicionário de Artesanato Indígena. Belo-Horizonte: Itatiaia/SP: EDUSP, 1988.

RIBEIRO, Darcy (Ed.) Suma Etnológica Brasileira 3 - Arte indígena. Petrópolis: Vozes, 1987.

VIDAL, Lux, LOPES DA SILVA, Aracy. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). A Temática Indígena na Escola. Brasília:

---

MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.369-402.

### **Bibliografia Complementar**

BARBOSA, W. de Do. Artesanato indígena e os “novos índios” do Nordeste. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 28, p. 199-215, 1999.

BRUM, B. D. Artesanato Guarani Mbya do Rio de Janeiro: apontamentos para uma abordagem discursiva. Textos escolhidos de Arte e Cultura Popular, UERJ, 2004.

LAGROU, Els. .No Caminho da Miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios. Enfoques, v. 11, n. 2, 2012.

MARTINS, Maria Terezinha B. M. Tupinikin: os fabricantes de farinha do Pau-Brasil. Juiz de Fora: UFJF, 1986.

SEEGER, Anthony. “O significado dos ornamentos corporais”. In. Os índios e nós. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

### **Disciplina: PRO15796 - SAÚDE INDÍGENA**

#### **Ementa**

Relações entre concepções indígenas e ocidentais de saúde e doença. Xamanismo, infortúnio e seus tratamentos. Políticas, programas e gestão da saúde indígena. Questões emergentes e análise de experiências.

#### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

#### **Bibliografia Básica**

GARNELO, Luiza, MACEDO Guilherme, BRANDÃO Luiz Carlos. Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. LANGDON, Esther Jea.

GARNELO, Luiza. Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa. Contra Capa, 2004.

TEIXEIRA, Carla Costa, SILVA Cristina Dias da. Antropologia e saúde indígena: mapeando marcos de reflexão e interfaces de ação. Anuário Antropológico I (2013): 35-57.

#### **Bibliografia Complementar**

BUCHILLET, D. (org.) Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia. Belém: CEJUP, 1991.

FERREIRA, Luciane Ouriques. MBA“E ACHÏ: A Concepção Cosmológica da Doença entre os Mbyá-Guarani num Contexto de Relações Interétnicas-RS. Diss. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

FOLLER, Maj-lis. Intermedicalidade: a zona de contato criada por povos indígenas e profissionais de saúde. In: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza. Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa. Contra Capa, 2004.

LANGDON, Esther J. A tolerância e a política de saúde do índio no Brasil: são compatíveis os saberes biomédicos e os saberes indígenas. Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Edusp 2001: 157-165.

\_\_\_\_\_ (org.) Novas perspectivas sobre xamanismo no Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

---

**Disciplina: PRO15792 - CONCEPÇÃO DE PESSOA E PRÁTICAS CORPORAIS**

**Ementa**

A construção simbólica da pessoa entre povos indígenas. Representações, expressões, cuidados e práticas corporais. Processos de transformação de concepções e práticas corporais.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

COHN, Clarice. Antropologia da Criança. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. Sociologia e antropologia, v. 2, p. 209-233, 1974.

SEEGER, Anthony, Da Matta, Roberto & Viveiros de Castro, Eduardo. "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras". In. Boletim do Museu Nacional, nº 32, 1987, pp.2-19.

**Bibliografia Complementar**

DA SILVA, Aracy Lopes; NUNES, Angela; DA SILVA MACEDO, Ana Vera Lopes. Crianças indígenas: ensaios antropológicos. FAPESP, 2002.

DE ALMEIDA, Arthur J. Medeiros; DE ALMEIDA SUASSUNA, D. Maria Filgueira. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas. Movimento (ESEF/UFRGS), v. 16, n. 4, p. 53-71, 2010.

GARNELO, Luiza. Cosmologia, ambiente e saúde: mitos e ritos alimentares Baniwa. História, Ciências, Saúde-Manguinhos 14 (2007): 191-212.

MELATTI, Julio C. "Nominadores e genitores". In: SCHADEN, E. (org.) Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

RANGEL, Lucia Helena. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 3, n. 5, p. 147-152, 1999.

**Disciplina: PRO15812 - ESTUDOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS**

**Ementa**

Aspectos da Fonética e da Fonologia das línguas indígenas; proposições de sistemas ortográficos. Sociolinguística (diversidade, variação e mudança) Estudos comparativos com ênfase nas línguas Tupi-Guarani (Tupi (Antigo) e Guarani). Revitalização e reconstrução de línguas ancestrais: análise de experiências.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Fonética e Fonologia na Formação de Professores Indígenas. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 324-341, out./dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.>



---

5007/1984-8412.2013v10n4p324.

MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (orgs.) Introdução à Linguística 1. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, A. D. Fonética histórica Tupi-Guarani: Diferenças fonéticas entre o Tupi e o Guarani. In Revista Brasileira de Linguística Antropológica. v. 3, n. 2 (1945). 2011. <http://periodicos.unb.br/index.php/ling/issue/view/815/showToc>

### **Bibliografia Complementar**

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que Sobrevivam. UNICAMP, 2014.

DIETRICH, Wolf; NOLL, Volker. O português e o tupi no Brasil/ Volker Noll, Wolf Dietrich, (organizadores).-1.ed.,1ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2016.

GUEDES, Marymarcia. Subsídios para uma Análise Fonológica do Mbyá. Editora da Unicamp. Campinas, SP. 1991.

QUIEZZA, Jocelino da Silveira. A revitalização linguística e o fortalecimento da identidade cultural Tupinikim. São Leopoldo: Oikos, 2014.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos. Terceira ed. rev. e aperfeiçoada. -São Paulo: Global, 2005.

## **Disciplina: PRO15807 - EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO**

### **Ementa**

A construção simbólica do corpo e da gestualidade entre povos indígenas. O desenvolvimento da motricidade com crianças, jovens e adultos em contexto escolar indígena. Jogos, lutas e danças indígenas. Concepções, representações, expressões, cuidados e práticas corporais indígenas. A educação física escolar em contexto indígena.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

VAZ, Alexandre Fernandez. Aspectos, contradições e mal-entendidos da educação do corpo e a infância. Motrivivência, Florianópolis:, v.13, n.19, 2002. P. 7-11.

DAÓLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. Campinas: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. A antropologia social e a educação física: possibilidades de encontro. In: CARVALHO, E. Cultural e resignificação. Brasília: ICS-UnB, 2004, p. 146-156.

### **Bibliografia Complementar**

GRANDO, Beleni. Corpo e educação: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT. Florianópolis: Tese (Doutorado em Educação), UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. Beleni. Corpo e cultura: a educação do corpo em relações de fronteiras étnicas e culturais e a constituição da identidade Bororo em Meruri-MT. Pensar a Prática. Goiânia. v. 8, n. 2, p. 163-179, Jul./Dez. 2005<sup>a</sup>

FASSHEBER, José Ronaldo. "(re-)Pensando a educação física indígena" In: Veiga, Juracilda & Rocha Ferreira, M<sup>a</sup> Beatriz (Orgs.). Anais do 6º Encontro Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: desafios atuais da educação escolar indígena. Campinas: ALV, Núcleo de Cultura e Educação Indígena; Brasília: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, p. 157-165, 2005.

MAUSS, M. "Técnicas Corporais". In. Sociologia e Antropologia. São Paulo: COSACNAIF, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil, p. 31, 1987

---

**Disciplina: PRO15816 - BILINGUISMO E TRADUÇÃO****Ementa**

Conceito e definição para a prática e teoria da tradução. Exame da tradução em interação com as outras áreas de conhecimento. Tradução como fonte para o ensino: metáforas da tradução e a importante contribuição da metáfora da antropofagia para os estudos da tradução. Tradução como retextualização. Tradução como reiteração e criação. Análise de traduções de narrativas orais. Tradução e estética bilíngue. Percurso da análise contrastiva entre texto fonte e texto alvo e teorização a partir da prática.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. Tradução de Vários. 2. ed. Cadernos de Mestrado/Literatura, Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

MELIÁ, Bartomeu. "Bilinguismo e escrita". In: D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda(orgs.) Leitura e escrita em escolas indígenas. Campinas: ALB, Mercado de Letras, 1997. P.89-104.

OUSTINOFF, M. Tradução-história, teoria e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

**Bibliografia Complementar**

ALFARO, Consuelo; FREIRE, José R. Bessa. Bilinguismo, identidade e poesia. Revista Abehache, ano, v. 2, p. 65-88.

BASSNETT, Susan. Estudos de tradução. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação-geral de apoio às Escolas Indígenas. Referenciais para a formação de professores indígenas. Brasília, DF, 2002. 84 p.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradução e interculturalidade: o passarinho, a gaiola e o cesto. Alea: Estudos Neolatinos, v. 11, n. 2, p. 321-338, 2009.

MELIÁ, Bartomeu. "Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena". In: MONTSERRAT, R. & EMIRI, L. (orgs.). A conquista da escrita. Encontros de educação indígena. São Paulo: OPAN, 1983. p.14.

**Disciplina: PRO15829 - METODOLOGIA DO ENSINO DE QUÍMICA****Ementa**

Exploração de espaços escolares e não escolares no ensino da Química. Escolha de temas integradores do currículo de Química com as demais ciências, no ensino médio. Análise e desenvolvimento de procedimentos para a construção de materiais instrucionais e realização de experiências no ambiente escolar visando à aprendizagem dos principais conceitos e métodos da Química no ensino médio. Experiências de didática das ciências da natureza em escola indígena.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a

---

Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

CASTRO, Eliane Nilvana Ferreira de et. al. Química na sociedade: projeto de ensino de química em um contexto social (PEQUIS). Brasília: Editora UnB, 2000.

DOMINGUEZ, Sérvulo F. Metodologia e Prática de Ensino de Química. S. Carlos, São Paulo, Polipress, 1990.

MORTIMER, Eduardo F. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciência. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

### **Bibliografia Complementar**

ATKINS, P. W.; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BRAATHEN, Per Christian. Química geral. 3. ed. rev e ampl. Viçosa, MG: Conselho Regional de Química de Minas Gerais, 2011. 701 p.

CHASSOT, Attico Inácio. A educação no ensino de Química. Ijuí: Unijuí, 1990, 118p. Revista Química Nova na Escola (<http://qnesc.sbq.org.br/>)

MALDANER, Otávio A. A formação inicial e continuada de professores de Química. Ijuí: Unijuí, 2000.

SANTOS, W.L.P. e SCHNETZLER, P. R. Educação em Química: Compromisso com a Cidadania, Ijuí: Unijuí, 1997.

## **Disciplina: PRO15789 - MEMÓRIA E ETNOCONHECIMENTOS**

### **Ementa**

A memória, seus processos, meios de elaboração, expressão e transmissão. A relação entre mito, história e memória A memória da tradição. Os conhecimentos tradicionais associados, os direitos autorais e a ética na pesquisa.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos 2.3 (1989): 3-15.

OVERING, Joanna. O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões. Mana, v. 1, n. 1, p. 107-140, 1995.

SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. QUEM CALA CONSENTE? p. 53, 2003.

### **Bibliografia Complementar**

CARNEIRO da Cunha, Manuela; VIVEIROS de Castro, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. Journal de la Société des Américanistes, v. 71, n. 1, p. 191-208, 1985.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, p. 149-164, 200.

GALLOIS, Dominique. Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi, São Paulo, NHII-USP, 1993.

RAMOS, Alcida Rita. Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade yanomami. Marco Zero, 1990.



---

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (orgs). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

## **Disciplina: PRO15801 - CURRÍCULO INTERCULTURAL IIA**

### **Ementa**

Fundamentos do currículo intercultural. Experiências e propostas de currículos interculturais para a Escola de Ensino Médio. Análise e avaliação de currículos escolares e práticas educativas interculturais. Formação para a docência intercultural na Habilitação em Ciências Sociais e Humanidades.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

BRASIL Referenciais para formação de professores. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

MATOS, Kleber Gesteira, MONTE, NiettaLindenberg. O estado da arte da formação de professores indígenas no Brasil. Formação de professores indígenas: repensando trajetórias, p. 69, 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indagações sobre o currículo. Brasília, 2007.

### **Bibliografia Complementar**

ATHIAS, R. M.; LATERMAN, Ilana. Temas e problemas na construção de currículo Intercultural na educação escolar indígena no Rio Negro/AM. IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares. Florianópolis, 2008.

BRAND, Antonio. Educação escolar indígena: o desafio da interculturalidade e da equidade. Revista Série-Estudos, n. 12, 2013.

GUIMARÃES, Susana M. Grillo. Ciências Sociais no Projeto 3º Grau Indígena: Focos Principais. Cadernos de Educação Escolar Indígena, v. 1, n. 01, 2002.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Os professores indígenas chegam à universidade: desafios para a construção de um currículo intercultural no Brasil. Cuadernos Interculturales, v. 6, n. 10, p. 17-32, 2008.

MONTE, Nietta Lindenberg. Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais. Cadernos de pesquisa 111 (2000): 7-29.

---

**Disciplina: PRO15824 - QUÍMICA I: TEORIA E PRÁTICA****Ementa**

Conceitos e métodos gerais da Química Inorgânica e de Físico-química. Aplicações a situações da vida cotidiana.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ATKINS, P. W.; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BETTELHEIM, Frederick A. et al. Introdução a química geral. São Paulo: Cengage Learning, 2012, 781 p.

BROWN, Theodore L. et al. Química: a ciência central. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, 972 p.

**Bibliografia Complementar**

BRAATHEN, Per Christian. Química geral. 3. ed. rev e ampl. Viçosa, MG: Conselho Regional de Química de Minas Gerais, 2011. 701 p.

BURROWS, A. S. et al. Química 3: introdução à química inorgânica, orgânica e físico-química. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul; WEAVER, Gabriela C. Química geral e reações químicas. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 2 v.

MALDANER, Otávio A. A formação inicial e continuada de professores de Química. Ijuí: Unijuí, 2000.

MORTIMER, Eduardo F. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciência. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

**Disciplina: PRO15832 - HISTÓRIA DA MATEMÁTICA****Ementa**

O surgimento da matemática na vida social dos povos. O desenvolvimento da aritmética e da geometria. A matemática na Grécia antiga. A álgebra e a geometria analítica. O surgimento do cálculo diferencial e integral. O aparecimento das geometrias não euclidianas. A redescoberta dos saberes e fazeres matemáticos junto aos povos africanos e ameríndios.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**





ALMEIDA, Manoel de C. Origens da matemática: a pré-história da matemática. Curitiba: Progressiva, 2009.

EVES, Howard. Introdução à História da Matemática. Campinas: EdUNICAMP, 2004.

ROQUE, Tatiana. História da matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

### **Bibliografia Complementar**

ASCHER, Marcia; ASCHER, Robert. Mathematics of the Incas: code of the quipu. New York: Dover, 1997.

IFRAH, Georges. História universal dos algarismos: a inteligência dos homens contada pelos números e pelo cálculo. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MIGUEL, Antônio et al. História da matemática em atividades didáticas. São Paulo: Livraria da Física, 2009.

SÁ, Ilydio P. de. A magia da matemática: atividades investigativas, curiosidades e histórias da matemática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

TROTTA, Fernando; IMENES, Luiz M. P.; JAKUBOVIC, José. Matemática aplicada (vol. 1, 2 e 3). São Paulo: Moderna, 1980.

## **Disciplina: PRO15786 - TERRA, ESTADO E POVOS INDÍGENAS**

### **Ementa**

As políticas indigenistas nos processos de formação e desenvolvimento do Estado brasileiro. Instituições e representações políticas no Brasil e na América Latina. Diferentes ordenamentos territoriais indígenas em diversos países, numa perspectiva comparativa sobre os avanços e limites dos direitos indígenas em diversos Estado-Nações.

### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

### **Bibliografia Básica**

GALLOIS, Dominique. 2004. "Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?" In: Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp:37-41

LIMA DA SILVA, Liana Amin. 2017. Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina: Re-existir para Co-existir. Tese, Programa de Pós- Graduação em Direito da Escola de Direito, PUC/PR

OLIVEIRA, João Pacheco. Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1987.

### **Bibliografia Complementar**

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Contra Capa Livraria, 1998.

DA SILVA, Cristhian Teófilo. Indigenismo como ideologia e prática de dominação: Apontamentos teóricos para uma etnografia do indigenismo latino-americano em perspectiva comparada. Latin American Research Review, v. 47, n. 1, p. 16-34, 2012.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. Estudos Avançados, v. 14, n. 40, p. 213-230, 2000.

VERDUM, Ricardo (org.). Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

---

**Disciplina: PRO15795 - TERRITÓRIOS INDÍGENAS, CARTOGRAFIA E**

**Ementa**

Territórios, mapas e cartografias: histórico, classificação, perspectivas, usos. A coleta de dados, procedimentos e gerenciamentos. O georeferenciamento, suas tecnologias e aplicação para territórios indígenas. Os mapeamentos participativos e a cartografia social. Análise de experiências.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ALMEIDA, AWB. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série de fascículos com o uso de mapeamento participativo junto à populações tradicionais. Manaus: PPGSCA-UFAM, FAPEAM-CNPq, 2008.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 12, n. 1, p. 193-234, 2004.

CORREIA, Cloude de Souza. Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre. Tese, UnB, 2009.

**Bibliografia Complementar**

CABRAL, Márcia Pereira, R. I. O. CLARO-SP. Geotecnologias no Mapeamento da Aldeia TekoaPyau-São Paulo/SP e seu entorno: experiências de aplicação de técnicas cartográficas e Sistemas digitais em ações de parceria com jovens indígenas. Diss. UNESP, 2008.

DOS SANTOS, Renato Emerson. Ativismos Cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2011.

GAVAZZI, Renato Antonio. Agrofloresta e cartografia indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos agentes agroflorestais indígenas do Acre. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LADEIRA, Maria Inês & Matta, Priscila (orgs.) 2004 - Terras Guarani no Litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós (Ka"agüyoreramóikuéryojourivevaekue y). São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista-CTI.

LITTLE, Paul. Gestão Territorial em Terras Indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes. Rio Branco: SEMA/SEPI-GTZ (Relatório de consultoria), 2006.

---

**Disciplina: PRO15798 - METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA APLICADA ÀS**

**Ementa**

Análise crítica das investigações geográficas em suas vertentes e sua valorização das realidades territorial e cultural indígenas. Perspectivas e inovações metodológicas no ensino e na pesquisa geográfica. O estudo da geografia na realidade educacional indígena e produção de material didático para escolas de Ensino Médio indígenas e não indígenas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

DE DEUS, José Antônio Souza, BARBOSA Liliane de Deus. A Geografia Cultural Contemporânea e os Focos de Tensão no Mundo: Uma Contribuição ao Debate. Ateliê Geográfico 3.2 (2009).

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

MAGALHÃES, Gledson Bezerra, LADIM NETO Francisco Otávio. A Geografia e a educação indígena: uma análise dos documentos normativos. Revista Brasileira de Educação em Geografia 3.5,2013: 82-97.

**Bibliografia Complementar**

CHAVES, Leilane Oliveira et al. Salas interativas e ações comunitárias: educação ambiental em terra indígena. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2011.

DE ALMEIDA, Regina Araujo. "A Cartografia na Agenda 21 das Terras Indígenas do Estado do Acre". In: Proc. X Latin American Conference, Department of Geography, University of São Paulo. 2005.

ENGE, Tiara Rubia, GRESSANA, Luciane DA SILVA Carlos Antônio Educação indígena Kaingang: como ensinar geografia na reserva do Ligeiro-Charrua-RS. Revista de Ciências Humanas 6.7 (2012): p-111.

RESENDE, Márcia Spyer. Um mapa do que pode ser a geografia nas escolas indígenas. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.

TEIXEIRA, Fabiano Felix; TUBINO, Vinicius MC; SUZUKI, Júlio César. Geografia eliteratura: uma alternativa para o ensino da questão indígena nas salas de aula. Encontro de grupos de pesquisa, UFSM, v. 5, 2009.



---

**Disciplina: PRO15808 - ARTE E CULTURA: ARTES CÊNICAS**

**Ementa**

Concepções estéticas e expressões artísticas indígenas. Artes cênicas: significados, recursos, técnicas símbolos e valores culturais. Modos e meios de produção artística: valorização da cultura e desenvolvimento socioeconômico.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

BOAL, Augusto - Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005. Edição revista.

\_\_\_\_\_. - Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

OCEANOS, O Teatro da Natureza: Maximiliano no Brasil. Lisboa, n. 24, out.-dez. 1995 número especial.

**Bibliografia Complementar**

CARLSON, M. Teorias do teatro: estudo histórico-crítico, dos gregos à atualidade. Trad. Gilson de Souza. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BOAL, Augusto - A Estética do Oprimido. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

STANISLAVSKI, Constantin - A Construção da Personagem. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. A Preparação do Ator. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. A Criação de um Papel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

**Disciplina: PRO15814 - LINGUAGENS AUDIOVISUAIS**

**Ementa**

Linguagem audiovisual: significados, recursos, técnicas, símbolos e valores esculturais. Modos e meios de produção artística: valorização da cultura e desenvolvimento socioeconômico.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

BERNARDET, Jean-Claude. O que é cinema. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARRASCO, Ney. Sygkronos: A Formação da Poética Musical do Cinema. São Paulo: Via Lettera: Fapesp, 2003.

STAM, Robert. Introdução à teoria do cinema. Campinas, SP: Papyrus, 2003.



### **Bibliografia Complementar**

- ARAÚJO, Juliano José de et al. Cineastas indígenas, documentário e autoetnografia: um estudo do projeto Vídeo nas Aldeias. 2015.
- AUMONT, Jacques. A Estética do Filme. Campinas. SP: Papirus, 1995.
- DE QUEIROZ, Ruben Caixeta. Cineastas indígenas e pensamento selvagem. DEVIRES-Cinema e Humanidades, v. 5, n. 2, p. 98-125, 2016.
- MARTIN, Marcel. A linguagem cinematográfica. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- VANOYE, Francis; GOLLOT-LÉTÉ, Anne. Ensaio sobre a análise fílmica. 3a.ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

### **Disciplina: PRO15819 - BIOLOGIA I: TEORIA E PRÁTICA**

#### **Ementa**

Introdução ao estudo da biologia. Explicações sobre origem e desenvolvimento da vida: teoria de evolução e explicações culturais locais. Diversidade dos seres vivos. Ecossistemas. Ambientes físicos e químicos. Classificação dos seres vivos.

#### **Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

#### **Bibliografia Básica**

- ADAMS, C. As Florestas Virgens Manejadas. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Antropologia, Belém-PA, v. 10, n.1, p. 3-20, 1994.
- MAYR, E. 2005. Biologia, Ciência Única. São Paulo, Cia das Letras.
- SIMPSON, G.G. 1989. Princípios de Taxonomia Animal. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 254p.

#### **Bibliografia Complementar**

- DIEGUES, A. C. (Org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DOS SANTOS, Gilton Mendes; DIAS JR, Carlos Machado. Ciência da floresta: Por uma antropologia no plural, simétrica e cruzada. Revista de Antropologia, p. 137-160, 2009.
- INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.
- STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold. SP: Editora Terceiro Nome, 2012.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. SP: Cosac & Naify, 2002. (Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena, p. 345-400).

---

**Disciplina: PRO15831 - ELEMENTOS DE CÁLCULO****Ementa**

Reta tangente ao gráfico de uma função. Conceito de velocidade instantânea. Derivada. Cálculo de derivadas. Aplicações às ciências físicas e biológicas. Área sob o gráfico de uma função. Integral definida. O teorema fundamental do cálculo. Comprimento, área e volume. Equações diferenciais de primeira ordem. Modelos matemáticos nas ciências físicas e biológicas.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo, um novo horizonte. vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2007.

STEWART, James. Cálculo. vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

THOMAS, George; WEIR, Maurice; HASS, Joel; Cálculo. vol. 1. São Paulo: Pearson/ Addison Wesley, 2012.

**Bibliografia Complementar**

BARON, Margaret E.; BOS, H. J. M. Curso de história da matemática: origens e desenvolvimento do cálculo. - Brasília: Universidade de Brasília, 1985. 5v.

GALARDA, Lilian J.; ROSSI, Suely M. M.; SILVA, Sophia E. E. A evolução do cálculo através da história. Vitória: EdUFES, 1999.

JANOS, Michel. Matemática e natureza. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

SÁ, Ilydio P. de. A magia da matemática: atividades investigativas, curiosidades e histórias da matemática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

TROTTA, Fernando; IMENES, Luiz M. P.; JAKUBOVIC, José. Matemática aplicada (vol. 1, 2 e 3). São Paulo: Moderna, 1980.

**Disciplina: PRO15803 - ARTE E CULTURA: MÚSICA****Ementa**

Música: significados, recursos, técnicas, símbolos e valores culturais. Modos e meios de produção artística: valorização da cultura e desenvolvimento socioeconômico.

**Objetivos**

A disciplina compõe uma importante parte estrutural do curso e visa contribuir para a formação de professores indígenas para atuar na docência e na gestão da Educação Escolar Indígena, com habilitação plena de profissionais em cada uma das áreas: (1) Ciências Sociais e Humanidades; (2) Ciências da Natureza e Matemática; (3) Artes, Linguagens e Comunicação. Todas as disciplinas tomam como principais referências as Resoluções do Conselho Nacional de Educação Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras Providências; e, Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Bibliografia Básica**

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

HOLLER, Marcos. Os Jesuítas e a Música no Brasil Colonial. Campinas: Editora da Unicamp,



---

2010.

SOUZA, Jusamara (Org.) Música, cotidiano e educação. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

**Bibliografia Complementar**

BASTOS, Rafael José de Menezes. Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte. Mana[online]. 2007, vol.13, n.2, pp. 293-316.

LADEIRA, Maria Inês. O Caminhar sob a Luz: Território Mbya à Beira do Oceano. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 2007.

STEIN, Marília Raquel Albornoz. Kyringüemboraí: os cantos das crianças e a cosmo-sônica Mbyá-Guarani.. PPGAS, UFRGS, 2009.

STRICKLAND, C. Arte Comentada: da pré-história ao pós-moderno. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. São Paulo: Moderna, 2003.

## PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO

As normativas legais que regem as políticas institucionais de pesquisa e extensão são: Constituição Federal de 1988, Lei nº.9394/1996, “Política Nacional de Extensão Universitária” (documento proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) e INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 17 DE MARÇO DE 2022/Prograd/Ufes, que trata da curricularização da extensão nos cursos de Graduação da Universidade, estabelecendo que o curso deve “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;”. As atividades extensionistas serão organizadas e vinculadas ao Laboratório de Extensão da Licenciatura Intercultural Indígena, a ser criado e registrado como Programa Permanente de Extensão na PROEX UFES. Tais atividades regulares de extensão no curso de Licenciatura Intercultural Indígena serão em partes realizadas em disciplinas obrigatórias e em partes como atividades complementares. As atividades de extensão certificadas como atividades complementares poderão ser realizadas pelo Laboratório do Prolind ou por quaisquer outros Programas de Extensão da UFES. Os estudantes do PROLIND poderão se vincular aos grupos de pesquisa em andamento na UFES coordenados ou não pelos docentes membros do colegiado do curso. Além disso, os próprios componentes curriculares do curso incluem pesquisas realizadas durante no Tempo Aldeia.

## DESCRIÇÃO DE CARGA HORÁRIA EXTENSIONISTA

O aluno da Licenciatura Intercultural Indígena deverá realizar 340 (trezentos e quarenta) horas de atividades de extensão no decorrer do curso, sendo 240 horas creditadas em 09 disciplinas obrigatórias do núcleo comum e 100 horas em atividades de extensão não vinculadas à disciplinas. São definidas atividades de extensão diretamente vinculadas ao ensino aquelas que permitem uma verdadeira transformação no processo pedagógico, em que professores e alunos sejam simultaneamente atores do ato de ensinar-aprender-ensinar, promovendo a socialização. Nesse formato, parte da carga horária de algumas unidades curriculares obrigatórias será realizada como atividade de extensão. Com isso, o aluno, ao cursar unidades curriculares obrigatórias, realizará parte das atividades de extensão necessárias.

No presente PPC, as seguintes unidades curriculares obrigatórias alocam 240 horas de carga horária para a realização de atividades de extensão nas seguintes disciplinas:

- PRO-PROP00074. MOVIMENTOS INDÍGENAS, DIREITOS E POLÍTICA INDIGENISTA. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);
- PRO-PROP0007. EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);
- PRO-PROP00076. COSMOLOGIAS E ASTRONOMIA. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);
- PRO-PROP00082. LÍNGUAS INDÍGENAS. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);
- PRO-PROP00077. GEOCIÊNCIAS. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);
- PRO-PROP00078. TERRITÓRIOS INDÍGENAS E AUTOSSUSTENTAÇÃO. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);





---

- PRO-PROP00079. POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR INTERCULTURAL. Carga Horária Total: 45h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 15h);

- PRO-PROP00080. POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);

- PRO-PROP00081. ARQUEOLOGIA. Carga Horária Total: 45h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 15h);

As atividades de pesquisa e de extensão são também consideradas no cômputo das atividades complementares, conforme tabela de atividades, sendo que necessariamente 100 horas, destinadas a esta esfera da formação, devem ser realizadas como extensão.

Além das atividades promovidas pela Licenciatura Intercultural Indígena, os alunos também podem se inserir em um dos diversos projetos e programas disponíveis na plataforma de PROEX/UFES, ou em outros projetos de IES similares, uma forma também de promover a mobilidade acadêmica, conforme regulamentação vigente da UFES.

## AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

O NDE (Núcleo Docente Estruturante), a CPA (Comissão Própria de Avaliação) e as CPACs da Universidade Federal do Espírito Santo serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

Conforme parecer da CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) N° 1, de 17/06/2010 e atendendo à Resolução n. 53/2012 do CEPE/UFES o NDE será composto por um grupo de docentes atuantes no processo de concepção, consolidação e atualização do projeto pedagógico do curso.

Conforme exigência da Resolução CNE/CP N. 1, de 7 de janeiro de 2015 do CNE/CP- MEC Seção II Art.12, item IX que dispõe sobre a participação indígena na gestão e avaliação dos programas de formação de professores indígenas e nos processos de acompanhamento da aprendizagem, o NDE e a CPA passam a contar com a Coordenação Pedagógica Indígena estendendo sua participação ao Colegiado do Curso, sendo que a composição dos demais membros da CPA do Curso irá atender ao disposto no art. 7 da Resolução n. 49/2016/Conselho Universitário da UFES. Cabe destacar que a Resolução inclui como integrante da CPA um graduado egresso, o que é inexistente no caso deste curso de licenciatura que terá neste ano sua primeira turma. No caso de outro integrante - o membro de Categoria (sindicato, ordem, conselho, institutos, etc.) - por se tratar de um Curso de Licenciatura Indígena para os povos Tupinikim e Guarani, é imprescindível sua representação nesta comissão através de uma liderança de cada povo indígena envolvido.

Caberá ao NDE, entre outras atribuições, zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades constantes no currículo; incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, oriundas das demandas da graduação, de exigências do campo de trabalho e afinadas com os projetos comunitários e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. De modo geral, o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFES terá como intuito realizar um acompanhamento de caráter permanente, envolvendo docentes, orientadores, alunos, lideranças e comunidades indígenas envolvidas.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) de Licenciatura Intercultural Indígena será regulada pela Resolução n. 49/2016/Conselho Universitário da UFES, tendo como atribuição autônoma coordenar a avaliação interna do Curso, promovendo a qualidade de suas atividades estabelecida com base num Projeto de Avaliação Institucional, orientada, revisada e adequada aos instrumentos de avaliação do INEP do SINAES, e pautada nos princípios de construção e sustentação da Educação Superior com atendimento à diversidade e às especificidades conforme dispõe o Art.22 da Resolução CNE/CP N. 1, de 7 de janeiro de 2015 do CNE/CP- MEC. Importante ainda ressaltar que, segundo as Resoluções nº 49/2016-CUn/UFES e nº28 de 25/10/2018, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é uma comissão permanente, prevista pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), estabelecido pela Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria Ministerial MEC, nº 2.051, de 9 de julho de 2004.

A CPA é responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A Avaliação interna é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, tendo como objetivo indicar à comunidade as potencialidades e fragilidades da Instituição, no intuito de promover a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, observados os princípios do Sinaes e as especificidades da Universidade. A avaliação interna descrita no Caput deste artigo será estabelecida com base em um Projeto de Avaliação Institucional, a ser proposto e atualizado sempre que necessário pela CPA, contando com o apoio executivo da Secretaria de Avaliação Institucional (Seavin).

O Projeto de Avaliação Institucional deverá observar minimamente os eixos temáticos estabelecidos pelo Sinaes para a avaliação institucional, bem como prever os meios e recursos necessários para a sua execução. O Projeto de Avaliação Institucional e suas atualizações deverão ser homologados pelo Conselho Universitário e amplamente divulgados nas diversas instâncias administrativas e acadêmicas da Ufes.



---

A CPA terá atuação autônoma no âmbito da sua competência legal, prestando informações de suas atividades aos Órgãos Colegiados Superiores da Ufes e ao Inep, e divulgando-as à comunidade universitária, de acordo com a Portaria Ministerial MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004, contando com apoio técnico e financeiro da Instituição. (Disponível em: <http://avaliacaoinstitucional.ufes.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o>) Ainda, cada Centro de Ensino possui uma Comissão Própria de Avaliação de Centro (CPAC), sendo a do Centro de Ciências Humanas e Naturais constituída por dois docentes, dos técnicos administrativos, dois representantes da sociedade civil, dois discentes regulares e um discente egresso.

A CPA do Curso estará integrada e articulada com a CPAC do Centro de Ensino, responsável no caso para elaboração e processamento do Projeto de avaliação institucional do CCHN (Centro de Ciências Humanas e Naturais) conforme dispõe o Cap. IV Art. 8 da Resolução n. 49/2016/Conselho Universitário da UFES e salvaguardando a especificidade do Curso atendendo aos marcos legais enunciados no Art.22 da Resolução CNE/CP N. 1, de 7 de janeiro de 2015 do CNE/CP- MEC.

O Colegiado terá, entre outras, atribuições de decidir ou orientar decisões referentes à transferência, remoção de alunos, aproveitamento de créditos, supervisão e orientação acadêmica, conforme orientações da Licenciatura Intercultural Indígena/ SECADI-MEC e regimento interno da UFES.

---

## ACOMPANHAMENTO E APOIO AO ESTUDANTE

O acompanhamento e apoio aos estudantes indígenas será permanente ao longo do Curso e será realizado, em função de sua especificidade, de forma coletiva e individual, em parceria com a Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil (PROPAES) - UFES cujas atribuições visam a garantia da política de inclusão acadêmica, o acesso, a permanência e a assistência estudantil.

Serão realizados encontros programados nas comunidades com docentes e lideranças indígenas e, junto à coordenação pedagógica, os formadores serão responsáveis para observação das atitudes e habilidades dos estudantes ao longo das atividades do curso e de elaboração de Planos de Acompanhamento de Estudos. Apoios e acompanhamentos terão como parâmetros os perfis profissionais e políticos requeridos pelos povos indígenas na formação de professores indígenas, conforme dispõe o Art. 7º da Resolução CNE/CP 1/2015. Em âmbito mais geral, o acompanhamento e apoio ao/à estudante será realizado conforme o disposto na Resolução 038/2016 CEPE/UFES que trata do acompanhamento do desempenho acadêmico.

Quando tratamos do acompanhamento e apoio ao/à estudante universitário/a, é fundamental frisar as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Apoio Acadêmico - DAA/PROGRAD, assim como os programas de acesso e permanência desenvolvidos pela Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil (PROPAES). Quanto à iniciativa do DAA/PROGRAD, pelo menos 9 atividades devem ser destacadas:

1. Projetos de ensino: almejam um processo de ensino-aprendizagem que primem pela investigação e/ou intervenção, que apoiarão as atividades de ensino nos cursos de Graduação da UFES.

2. Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA): O PIAA surge da necessidade de uma ação institucional, que visa o acompanhamento acadêmico dos estudantes de graduação, tendo em vista a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção, ao desligamento e a evasão nos cursos de graduação da Ufes.

3. Programa Integrado de Bolsas (PIB): O PIB está configurado em dois grupos distintos de programas de bolsas: 1. a) Programa de Iniciação à Docência PID - visa contribuir para o processo de aprendizagem de estudantes, promovendo a maior interação entre discentes e docentes no que tange ao conteúdo das disciplinas, integrando a monitoria ao processo formativo e despertando o interesse do estudante pela carreira acadêmica; b) Programa de Aprimoramento Discente PAD - visa desenvolver ações e projetos que conferem suporte às atividades acadêmicas, técnicas e administrativas da UFES, e, ao mesmo tempo, ampliar o escopo da formação do discente por meio de seu engajamento em atividades promotoras de competências vinculadas ao seu campo de estudo. Além deste, existem outros programas, tais como: Programa de Bolsas de Extensão (PROJEX): visa promover ações e integração de trabalhos técnicos, científicos, culturais, esportivos e artísticos, desenvolvidos por esta Instituição, em prol e em parceria com a comunidade, contribuindo para a formação cidadã e apoiando a articulação Universidade- Sociedade. Programa de Bolsas Digital (PIDIG): objetiva desenvolver habilidades de tecnologia da informação, além de incentivar e desenvolver atividades acadêmicas vinculadas ao uso da informática, visando atender a necessidades da Instituição e preparar estudantes de graduação para o desempenho de atividades de informática na vida profissional.

4. Programa de Educação Tutorial (PET): O Programa de Educação Tutorial reúne, nos campi Goiabeiras e São Mateus da Ufes, 13 grupos em 20 diferentes áreas do conhecimento, dentre os quais, o PET-Psicologia, e tem como objetivo promover a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. É um programa nacional desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do ministério da Educação em parceria com as universidades. Na Ufes, ele é vinculado à Pró-Reitoria de graduação. Existem duas modalidades: a) PET de cursos, que reúne estudantes de uma mesma área de conhecimento; b) PET conexões pode agregar grupos de

---

estudantes de um mesmo curso ou grupos multidisciplinares.

5. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid): é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos/às discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.

6. Programa Residência Pedagógica: uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

7. Jovens Talentos para a Ciência: O Programa foi criado em fevereiro de 2012, por iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo o objetivo de inserir precocemente estudantes de graduação no meio científico.

8. Programa de Mobilidade Acadêmica - PMA: um programa que permite que estudantes vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo - UFES curse, em outra Instituição Federal de Ensino Superior - IFE, e vice-versa, disciplinas pertinentes a seu curso de graduação.

9. Programa de Acompanhamento de Estudante Egresso - PAEEg: A UFES implantou em 2013 o PAEEg, constituído no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, com vistas a promover a melhoria constante da qualidade dos Cursos de graduação mantidos pela Universidade e a prestar contas à sociedade acerca de sua responsabilidade social.

Sobre as atividades de acesso e permanência da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil (PROPAES), vale destacar 3:

1. Programa de Assistência Estudantil da UFES (Proaes-Ufes): Reúne um conjunto de ações que proporcionam ao estudante de graduação presencial condições que favoreçam a sua permanência na Universidade e a conclusão do curso superior, sem retenção ou evasão, nos termos e limites da Portaria nº 1.831/2017-R e a Resolução nº 03/2009-CUn/UFES. Os recursos do Proaes-Ufes são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os benefícios são destinados somente aos estudantes cadastrados no programa de assistência estudantil da UFES. Os editais de cadastro no programa são lançados semestralmente, permitindo que os estudantes ingressantes possam realizar o cadastro na ocasião da chegada à Universidade.

2. Programa de Assistência ao Estudante Estrangeiro (PAEE-UFES): conjunto de ações que proporcionem ao estudante estrangeiro, matriculado em curso de graduação presencial, condições que favoreçam a sua permanência na Universidade e a conclusão do curso superior sem retenção ou evasão, nos termos e limites da Portaria nº 1972/2015-GR. Todo estudante estrangeiro matriculado regularmente em curso de graduação presencial na UFES que não receba bolsa PROMISAES, poderá requerer o cadastramento no Programa de Apoio ao Estudante Estrangeiro, no período de 01 a 10 de cada mês, durante o período letivo e terá o direito aos seguintes auxílios: Auxílio Alimentação, Empréstimo estendido de livros e Acesso a curso de Línguas.

3. Auxílio Material Didático de Alto Custo: Trata-se de benefício financeiro, de caráter pessoal e intransferível, para estudantes cadastrados do Programa de Assistência Estudantil - PROAES, matriculados no 5º período do curso de graduação em Odontologia, destinado à compra de materiais para uso nas disciplinas com atividades práticas obrigatórias.

---

## ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

No acompanhamento do egresso serão considerados o aproveitamento e consolidação dos benefícios adquiridos na formação do professor indígena habilitado para atuar e qualificar as escolas e as condições de vida das comunidades. Para tanto, serão valorizadas as propostas de ampliação e diversificação dos conhecimentos teóricos e práticos assim como a melhoria da aprendizagem, com aulas mais diversificadas e novas metodologias e recursos para o ensino voltado para a realidade das aldeias, estando o egresso qualificado para contribuir na redefinição da proposta político-pedagógica com vistas a busca de alternativas e autonomia dos povos indígenas.

Torna-se fundamental ressaltar duas atividades principais do acompanhamento do egresso do PROLIND: 1) Realização de reuniões virtuais anuais, com os egressos; e, 2) Reuniões com as secretarias e sub secretarias vinculadas à educação escolar indígena, também anualmente. Essas estratégias visam avaliar a permanência dos egressos em suas áreas de formação; a participação dos egressos em ações afirmativas, nos âmbitos local, regional e nacional; a entrada dos egressos nos cursos de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado); e, por fim, contribuir para a consolidação das ações em educação continuada da instituição.

A UFES implantou em 2013, o PAEEg, constituído no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, com vistas a promover a melhoria constante da qualidade dos Cursos de graduação mantidos pela Universidade e a prestar contas à sociedade acerca de sua responsabilidade social. O Programa mantém interface com a Avaliação dos Cursos de Graduação, com a Comissão Própria de Avaliação – CPA - e, especificamente, com o trabalho realizado em cada curso da UFES pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE - e pode ser considerado como integrante do processo de Autoavaliação Institucional – AAI. O PAEEg apresenta, como objetivos gerais: o aprimoramento dos Cursos de Graduação; o conhecimento da opinião dos estudantes egressos, acerca da formação profissional e cidadã recebida; a promoção de ações que levem à manutenção da vinculação desse grupo de estudantes à Universidade e o atendimento das novas exigências trazidas pelo MEC, com relação à Avaliação Institucional. Assim sendo, temos que a perspectiva do PAEEg se insere nos processos de regulação – internos e externos – imprescindíveis ao sucesso da Universidade no cumprimento de sua missão.

## **NORMAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO**

Conforme definido no artigo 82 da Lei 9394/96 o Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, portanto, deve ser a culminância formativa da relação teoria e prática e o momento da formação em que o licenciando tem contato com o exercício profissional. No caso do aluno indígena que ainda não exerce a docência, será esse o momento de atuar em unidades educativas, conhecer e vivenciar todos os espaços, o cotidiano escolar e/ou não escolar.

O estágio deve ser realizado, preferencialmente, em ambientes públicos e caracteriza-se por atividades educacionais que articulem intrinsecamente a prática e os conteúdos da formação acadêmica, conforme o Parecer CNE/CEB 28, de 06 de agosto de 2001. A RESOLUCAO No 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015 em seu artigo 14 dispõe que “O estágio supervisionado, concebido como tempo e espaço privilegiados de ação-reflexão-ação na formação de professores indígenas, deve ser extensivo a todos os formandos indígenas, incluindo aqueles que já desenvolvem trabalhos docentes no âmbito da Educação Básica” e no inciso II afirma que “ suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena”, incluindo as atividades de Estágio, estabelecidas no artigo 13 da Lei 9394/96, sendo elas:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A programação e o planejamento do estágio supervisionado serão elaborados em conjunto pelo professor supervisor e o aluno e resultarão em um plano de estágio.

A supervisão de Estágio estará sob responsabilidade das Unidades Competentes de Educação conforme as Resoluções 74/2010 – CEPE e 75/2010 – CEPE desta Universidade.

### **Estágio Supervisionado – Ensino Fundamental 200h**

O aluno iniciará vivência escolar mais sistematizada, conforme orientam as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura em consonância com o disposto nos Art. 14 e Art.15 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências”:

Art. 14. O estágio supervisionado, concebido como tempo espaço privilegiados de ação reflexão-ação na formação de professores indígenas, deve ser extensivo a todos os formandos indígenas, incluindo aqueles que já desenvolvem trabalhos docentes no âmbito da Educação Básica.

Art. 15. Com vistas à garantia da qualidade sócio educativa e cultural da prática de ensino e do estágio supervisionado, é importante que as instituições formadoras observem as seguintes orientações:

- I - os princípios da Educação Escolar Indígena e suas práticas de pesquisa são elementos centrais na organização de todas as atividades do processo formativo;

---

II - suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena; III - na apresentação de suas atividades finais, podem ser utilizados seminários, cadernos de estágio, produção de materiais didático-pedagógicos, vídeos, fotografias e outras linguagens ligadas às tecnologias da informação e da comunicação. Parágrafo único. As instituições formadoras devem assumir a condução das atividades de estágio supervisionado como atos educativos de sua responsabilidade, criando diferentes estratégias de acompanhamento da prática de ensino e do estágio supervisionado, envolvendo os seus formadores, os professores indígenas em processo formativo, as comunidades indígenas e suas escolas.

No presente projeto, tal vivência começará através das quatro disciplinas de Projeto de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPPP) na segunda etapa do curso. Assim sendo, as quatro disciplinas de estágio, distribuídas da sexta à nona etapa, consolidarão e ampliarão a vivência anterior, levando os estudos e as práticas já acumuladas para o ambiente da sala de aula. Nas etapas 6 e 7, o aluno totalizará 200 horas de atividades conforme previsto nos Art. 14 e Art.15 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015.

#### Estágio Supervisionado - Gestão escolar e Ensino médio 200h

No sétimo e do oitavo períodos de formação, o aluno irá cumprir as 100h de estágio escolar em gestão escolar e 100h correspondentes ao ensino médio. Essa carga horária permitirá o desenvolvimento das atividades conforme previsto nos Art. 14 e Art.15 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015.

A supervisão de Estágio caracteriza-se pela orientação, acompanhamento e avaliação do cumprimento das atividades discriminadas junto ao professor supervisor. O acompanhamento do estágio pelos professores do curso dar-se-á nas seguintes formas: (1) presencial - acompanhamento semanal do estagiário na execução das atividades planejadas, podendo ou não ser complementadas com outras atividades designadas pelo professor; (2) semipresencial supervisão realizada por meio de visitas periódicas à unidade campo de estágio para orientações e /ou complementação das atividades.

A carga horária semanal do professor supervisor que faz acompanhamento presencial do aluno no campo de estágio (ou desenvolve atividade tutorial), será de 1hora por aluno, conforme norma vigente. O número de alunos por turma (de estágio) será de até 20 (vinte) cabendo, no máximo, duas turmas por professor supervisor em cada semestre letivo.

A avaliação do estágio será realizada pelo professor supervisor e deverá ter caráter processual. A avaliação do estagiário poderá ser acrescida de informações, comentários, observações de caráter formativo, proveniente dos profissionais da escola e das comunidades envolvidas. Para ser aprovado na disciplina, o estudante deverá:

I - ter frequência mínima regimental de 75%.

II - alcançar a média mínima determinada 5.0 (cinco).

III - ter nota final resultante do cumprimento das atividades e determinações previstas no plano de estágio.



---

## **NORMAS PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As finalidades de uma universidade – ensino, pesquisa e extensão – devem ser integradas objetivando uma formação adequada do egresso. Essa integração deve ocorrer também em atividades extraclasse, permitindo ao estudante o aprofundamento da aprendizagem através de atividades nas quais a prática, a investigação e a descoberta sejam privilegiadas.

Deseja-se, no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, fornecer ao estudante a oportunidade de diversificar e enriquecer sua formação por meio de participações em tipos variados de atividades complementares, como por exemplo, iniciação científica, monitoria, projetos de extensão, entre outros. Sabe-se, no entanto, que as participações em tais atividades são, geralmente, limitadas pelo número de bolsas de estudo ou pelas vagas disponíveis. Como não é possível que todos os estudantes as desenvolvam como bolsistas, é interessante que meios alternativos de formação sejam disponibilizados, como:

- Participação em eventos da área da educação, como congresso, seminário, simpósio, encontro, conferência, jornada, oficina, etc.;
- Participação como membro de organização de eventos como os mencionados no item imediatamente acima;
- Apresentação de trabalho científico em evento da área de educação;
- Publicação de livro, capítulo, artigo, resenha ou resumo em anais, na área da educação;
- Estágio não obrigatório, de acordo com normas vigentes;
- Atividade de representação estudantil em mandatos específicos;
- Disciplinas eletivas, oferecidas pela UFES, quando excedentes ao número de créditos exigidos;
- Curso de língua estrangeira realizado em instituição credenciada;
- Participação regular em grupos de estudos coordenados por professores da UFES; Participação em eventos científicos, culturais e/ou artísticos mediante comprovação;
- Outras atividades analisadas e autorizadas antecipadamente, em cada caso, pelo Colegiado.

Desta forma, atividades complementares são previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena e incentivadas por meio da atribuição de créditos à carga horária cumprida pelo estudante nas suas realizações. Por serem curriculares, as atividades complementares devem constar no histórico escolar do estudante, ainda que devam ser realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na matriz curricular do curso.

Este projeto pedagógico estabelece as seguintes diretrizes para a realização de atividade complementar:

I – Das disposições preliminares:

Art. 1º - O presente regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Complementares do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFES, bem como estabelecer meios operacionais para seu acompanhamento e registro se adequando às orientações específicas da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências”

---

Art. 2º - Consideram-se Atividades Complementares aquelas que, garantindo relação de conteúdo e forma com atividades acadêmicas, se constituam em instrumentos válidos para o aprimoramento na formação básica e profissional. Seus objetivos devem convergir para a flexibilização do curso de Licenciatura Intercultural Indígena no sentido de oportunizar o aprofundamento temático e interdisciplinares adequando às orientações específicas da Resolução CNE/CP Nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências”:

§ 1º - As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, totalizando 100 horas.

§ 2º - As atividades desenvolvidas no Estágio Obrigatório não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º - As atividades complementares realizadas pelo estudante devem constar do seu histórico escolar com o número de créditos atribuído.

§ 4ª - O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

## II - Da Coordenação de Atividades Complementares

Art. 3º - A Coordenação das Atividades Complementares será exercida pelo Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

§ 1º - Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento.

§ 2º - Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem visados pelo Colegiado, com a indicação do tipo e carga horária/pontuação computada, serão devolvidos aos alunos, que deverão ter a responsabilidade de guardá-los.

## III - Da realização das Atividades Complementares

Art. 4º - Atividades complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

## NORMAS PARA ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Conforme estabelece a Res.nº 48/2021 Cepe/UFES, para fins de creditação nos cursos de graduação da Ufes, a prática extensionista poderá ser realizada nas seguintes modalidades: I - componente curricular de prática extensionista: unidade disciplinar, integrante da matriz curricular, definida e identificada nos termos do projeto pedagógico de cada curso, com ementários e cargas horárias definidos, cujos conteúdos programáticos serão registrados, na forma de atividade extensionista curricular, no Portal de Projetos da Proex/Ufes, tendo os/as estudantes matriculados/as como componentes da equipe executora e sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina; II - componente curricular de caráter misto: unidade disciplinar cuja carga horária seja dividida entre ensino e prática extensionista, e cuja previsão conste no projeto pedagógico do curso, bem como em sua ementa. As disciplinas mistas terão parte de seus conteúdos programáticos na forma de atividade extensionista curricular, registrada no Portal de Projetos da Proex/Ufes, sendo os/as estudantes matriculados/as componentes da equipe executora e sob responsabilidade do/a docente que assumir a disciplina; III - atividades extensionistas não vinculadas a uma disciplina, podendo ser caracterizadas como programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços, conforme definições da Resolução nº 46/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufes: a) os programas de extensão devem ser entendidos como um conjunto de ações articuladas, objetivando um propósito definido, sendo compostos por dois ou mais projetos. São considerados projetos de extensão as propostas de atuação na realidade social de natureza acadêmica, com caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, que cumpram o preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com prazo de início e término determinado; b) os cursos de extensão caracterizam-se como atividade de ensino com o objetivo de ensinoaprendizagem dos conhecimentos produzidos na Universidade ou fora dela, de forma presencial ou a distância, para formação continuada, aperfeiçoamento ou atualização, com carga horária mínima de 8 (oito) e máxima de 360 (trezentas e sessenta) horas; c) são considerados eventos as ações que objetivam o debate científico; competições esportivas e/ou culturais; a divulgação científica, artística, técnica ou apresentação de trabalhos de natureza acadêmica em geral; d) constituem prestação de serviços as atividades contratadas e determinadas por meio de convênios específicos, devidamente registrados e aprovados nas instâncias superiores da Universidade. Para fins da creditação, o percentual de 10% da carga horária de extensão prevista no projeto pedagógico dos cursos deverá ser desenvolvido a partir da escolha de um ou mais componentes curriculares obrigatórios constantes no art. 5º, incisos I, II e III, da Resolução nº 48/2021 Cepe/UFES. 1 - As atividades extensionistas vinculadas a uma disciplina deverão estar cadastradas, ativas e vigentes no Portal de Projetos da Proex/Ufes e ser apresentadas no plano de ensino disponível no Portal do Aluno, com os dias, horários e carga horária pré-definidos. 2 - O/a professor/a responsável pela disciplina poderá associar, além de suas atividades extensionistas, propostas de outros/as coordenadores/as de projetos (já cadastradas no Portal de Projetos da Proex/Ufes), caso haja acordo pré-estabelecido entre ambos/as. 3 - Caberá ao/a professor/a responsável pela disciplina a avaliação semestral do/a discente, a partir do cumprimento das atividades de extensão propostas, conforme atestado pelo/a coordenador/a da atividade de extensão no Portal de Projetos da Proex/Ufes. 4 - Atividades de extensão desvinculadas de disciplinas deverão ser coordenadas por docentes ou técnicos/as administrativos/as em Educação e registradas no Portal de Projetos da Proex/Ufes, com carga horária própria, cabendo ao colegiado de curso a análise dessas atividades para fins de creditação da extensão, sendo contemplada, inclusive, a possibilidade de que o/a discente credite atividades de extensão praticadas fora do âmbito daquelas propostas pelos/as docentes do seu curso, a critério do colegiado. 5 - Os prazos para cadastro das atividades no Portal de Projetos da Proex/Ufes, bem como sua vinculação aos componentes curriculares de prática extensionista, deverão observar as normativas da Proex. 6 - O/a estudante terá direito ao certificado semestral de participação nas atividades extensionistas vinculados a projetos de componentes curriculares registrados na Proex, de acordo com os critérios estabelecidos pelo/a professor responsável pela disciplina. 7 - Serão de responsabilidade da Proex/Ufes a confecção, o envio e a gestão dos certificados. 8 - Constarão do histórico escolar do/a estudante, além do nome da disciplina, o título da



atividade extensionista, o número do registro na Proex e a avaliação final. 9 - Os/as discentes poderão requerer aproveitamento de estudos para o(s) componente(s) curricular(es) de prática extensionista com carga horária de 100% de extensão, mediante apresentação de certificados de participação em ações de extensão que, a critério do colegiado de curso, sejam equivalente(s) ao estabelecido pelo PPC para esse componente curricular.

As atividades de extensão de uma universidade ensino, pesquisa e extensão, devem ser integradas objetivando uma formação adequada do egresso. Essa integração deve ocorrer também em atividades de extensão, permitindo ao estudante o aprofundamento da aprendizagem por meio de atividades onde a prática, a investigação e a descoberta sejam privilegiadas. Deseja-se fornecer ao estudante a oportunidade de diversificar e enriquecer sua formação por meio da sua participação em tipos variados de projetos de extensão.

a) Quanto à atribuição da carga horária de extensão: As atividades de extensão terão caráter obrigatório para conclusão do curso de Licenciatura Intercultural Indígena e serão computadas em termos de carga horária e deverão constar do histórico escolar do aluno.

b) Quanto à comprovação da carga horária de extensão: A comprovação da carga horária de extensão será registrada pelo aluno em sistema específico fornecido pela Universidade.

O aluno da Licenciatura Intercultural Indígena deverá realizar 340 (trezentos e quarenta) horas de atividades de extensão no decorrer do curso, sendo 240 horas creditadas em 09 disciplinas obrigatórias do núcleo comum e 100 horas em atividades complementares. São definidas atividades de extensão diretamente vinculadas ao ensino aquelas que permitem uma verdadeira transformação no processo pedagógico, em que professores e alunos sejam simultaneamente atores do ato de ensinar-aprender-ensinar, promovendo a socialização. Nesse formato, parte da carga horária de algumas unidades curriculares obrigatórias será realizada como atividade de extensão. Com isso, o aluno, ao cursar unidades curriculares obrigatórias, realizará parte das atividades de extensão necessárias.

No presente PPC, as seguintes unidades curriculares obrigatórias alocam 240 horas de carga horária para a realização de atividades de extensão nas seguintes disciplinas:

- PRO-PROP00074. MOVIMENTOS INDÍGENAS, DIREITOS E POLÍTICA INDIGENISTA. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);

- PRO-PROP0007. EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);

- PRO-PROP00076. COSMOLOGIAS E ASTRONOMIA. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);

- PRO-PROP00082. LÍNGUAS INDÍGENAS. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);

- PRO-PROP00077. GEOCIÊNCIAS. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);

- PRO-PROP00078. TERRITÓRIOS INDÍGENAS E AUTOSSUSTENTAÇÃO. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);

- PRO-PROP00079. POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR INTERCULTURAL. Carga Horária Total: 45h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 15h);

- PRO-PROP00080. POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS. Carga Horária Total: 60h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 30h);

- PRO-PROP00081. ARQUEOLOGIA. Carga Horária Total: 45h (Carga horária Teórica: 30h; Carga horária de Extensão: 15h);



---

As atividades de pesquisa e de extensão são também consideradas no cômputo das atividades complementares, conforme tabela de atividades, sendo que necessariamente 100 horas, destinadas a esta esfera da formação, devem ser realizadas como extensão.

Além das atividades promovidas pela Licenciatura Intercultural Indígena, os alunos também podem se inserir em um dos diversos projetos e programas disponíveis na plataforma de PROEX/UFES, ou em outros projetos de IES similares, uma forma também de promover a mobilidade acadêmica, conforme regulamentação vigente da UFES.

---

# **NORMAS PARA LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA**

## **NORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E SALAS DE ESTUDOS / PESQUISA / EXTENSÃO**

Os recursos e equipamentos dos laboratórios de formação geral e de formação específica da Licenciatura Intercultural Indígena estão à disposição dos alunos, professores e servidores exclusivamente para fins acadêmicos.

Colabore para o bom funcionamento dos laboratórios e das referidas salas observando as normas de utilização.

### **1) Horário de Funcionamento:**

O acesso aos laboratórios deve respeitar os horários das aulas e/ou atividades didáticas.

Somente será permitido o ingresso de usuários mediante autorização dos responsáveis pelo espaço.

Tipos de atividades como jogos e afins, são terminantemente proibidos.

A utilização do laboratório de informática deverá seguir as normas estabelecidas pelo LIEG/CCHN.

### **2) Procedimentos Gerais:**

É terminantemente proibido nas dependências dos laboratórios: Consumir quaisquer alimentos e/ou bebidas;

Instalar qualquer programa nos computadores dos laboratórios sem prévia autorização do responsável pelo espaço. Executar qualquer outro programa que não aqueles que fazem parte da disciplina, projeto de pesquisa, projeto de extensão, programa de ensino, etc.;

Executar downloads de jogos, músicas, vídeos, etc;

Utilizar os computadores para fins pessoais ou qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas;

Permitir o acesso de pessoas não autorizadas;

Fazer abertura do gabinete da CPU, bem como a remover quaisquer componentes (mouse, teclado, etc.), independentemente de qualquer justificativa ou motivo;

É responsabilidade do professor responsável pelo laboratório: Orientar os alunos usuários na correta utilização dos recursos e materiais pertencentes ao laboratório;

Zelar pela ordem, limpeza e segurança do laboratório, adotando, para tanto, as medidas necessárias; Relatar à sua chefia imediata, fatos anormais, problemas de funcionamento dos computadores, impressoras, da rede, da Internet, assim como dos demais recursos do laboratório.

### **3) Disposições Gerais:**

Os usuários e a equipe dos laboratórios devem preservar o silêncio na sala;

Evitar sujar as mesas de estudo, dos computadores, bem como, as dependências dos laboratórios;



---

Para maior segurança dos seus arquivos, faça sempre um backup (cópia de segurança) de suas informações. Os responsáveis pelos laboratórios não se responsabilizam por qualquer tipo de informação armazenada nos computadores. Elimine seus arquivos do computador local, quando não estiver mais usando. Os responsáveis pelos laboratórios não se responsabilizam por objetos deixados nas salas e também por arquivos de uso pessoal dos alunos e ou professores que estejam armazenados no computador e/ou servidor. Para a gravação de informações, os usuários devem observar os seguintes critérios: a) somente deverão ser gravadas informações contidas na pasta do próprio usuário; b) é vedada cópia não autorizada (pirataria); c) cabe ao professor responsável pelo laboratório orientar os alunos sobre como proceder para a gravação de seus arquivos. Nunca tente visualizar, remover ou alterar, arquivos das pastas de outros usuários.

4) Infrações: O professor responsável ou que estiver utilizando os laboratório e/ou salas de estudo e pesquisa está autorizado a solicitar ao aluno que desrespeitar as regras supracitadas, que se retire da sala ou poderá suspender o acesso à utilização dos mesmos e deverá comunicar o fato ao chefe de departamento e/ou direção do centro para as devidas providências. Caberá à direção tomar as medidas disciplinares cabíveis em função da ocorrência de acordo com o regimento do CCHN. Dúvidas sobre o uso dos computadores ou sugestões de melhoria podem ser comunicadas diretamente ao professor responsável pelos laboratórios ou ao colegiado de curso.

---

# NORMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) compreenderá produto de natureza acadêmico científica, focalizando temáticas relacionadas à educação intercultural em contextos escolares ou não escolares. Visa estimular a formação em pesquisa, desenvolvendo hábitos de estudos, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa, favorecendo a focalização e o aprofundamento de estudos, a valorização da produção científica, culminando em trabalho monográfico ou produto, constituindo-se como pesquisa devolutiva que resulte em material didático e investigativo a ser utilizados nas escolas das aldeias.

A dinâmica de planejamento, construção do projeto, desenvolvimento e apresentação do TCC será implementada de acordo com este regulamento, sendo requisito para obtenção do grau de licenciado. Será desenvolvido individualmente ou, sob prévia avaliação da coordenação do curso, por até 02 (dois) estudantes, e deverá versar sobre temáticas relacionadas à educação indígena em contextos escolares ou não escolares. Os alunos deverão desenvolver o TCC de forma integrada aos seus projetos de pesquisa. Cada projeto contará com uma hora semanal de orientação. Como apoio ao desenvolvimento do TCC, as atividades de PPPP e Estágios, arrolados nas atividades intermediárias, serão desenvolvidos de modo a facilitar a aproximação dos alunos com diferentes pesquisas realizadas sobre temas emergentes acerca da problemática educacional indígena.

A versão final do TCC obedecerá aos critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT em vigor, podendo incluir produções audiovisuais e ser bilíngue. Será protocolado para entrega a cada um dos integrantes da banca examinadora 15 (quinze) dias antes da data agendada para a apresentação em plenário. Durante a submissão do TCC à banca examinadora, os autores efetuarão a apresentação do trabalho, com a presença de todos os integrantes, num tempo máximo de 25 minutos, e os avaliadores farão a arguição sobre o trabalho. Ao final dos trabalhos de apresentação e arguição, a banca reunir-se-á em particular para decidir sobre a aprovação “com reservas” ou “sem reservas” do trabalho.

O processo de avaliação focalizará os seguintes aspectos:

I - o processo de construção do TCC relatado pelo professor orientador.

II - a desenvoltura na apresentação do trabalho.

III - a coerência do texto produzido.

IV - a relevância da temática desenvolvida para a atuação profissional dos alunos na educação escolar indígena e para suas comunidades.

O resultado será divulgado pelo professor orientador ao final dos trabalhos da banca examinadora. Após 15 dias da apresentação do TCC em plenário à Banca Examinadora, será feita a entrega da versão corrigida do TCC em 01 (uma) via digital assinada. No caso de aceitação com reservas, o aluno ou a dupla de alunos procederá à correção do trabalho de acordo com as determinações da banca examinadora. O orientador será o responsável pela verificação do cumprimento dessas exigências. O aluno só constará como aprovado na pauta de notas finais mediante a entrega da versão final do trabalho ao Colegiado do Curso. Todas as divulgações do TCC devem explicitar o nome da UFES, do Curso e do(s) Orientador(es).

Para o desenvolvimento do TCC, será obrigatória a orientação de um professor e/ou pesquisador vinculado à UFES e ou parceiros do PROLIND. A orientação do TCC será efetivada nas etapas 09 e 10, devendo ser computada 1 hora semanal de carga horária, por projeto, para





---

o orientador.

As atividades de orientação serão realizadas no interior da disciplina TCC e serão registradas em instrumentos de controle do professor. A desistência de orientação do TCC deverá ser formalizada ao Colegiado do Curso mediante documento próprio.

---

# ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

## Coordenação do Curso

A coordenação do curso é realizada por um Professor efetivo da UFES, dispendo, conforme Resolução nº 60/92, Anexo I, de 30 horas semanais de dedicação ao Curso, devendo ministrar no mínimo 04 horas-aula por semana. O coordenador é eleito entre seus pares no colegiado do curso para um mandato de 2 (dois) anos, com direito à recondução. Em suas ausências, é substituído pelo sub-coordenador.

A função de coordenação de curso está regulamentada na UFES através da Resolução 11/87 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão dessa Universidade. Vale destacar que a coordenação tem o papel de realizar atendimentos aos alunos com o objetivo de sanar dúvidas e orientá-los sobre a trajetória acadêmica, sendo que os atendimentos são realizados individualmente em horários previamente agendados entre aluno/a e coordenação.

## Colegiado do Curso

O Prolind/UFES terá Colegiado próprio e estará vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) desta Universidade. O Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena será composto por pelo menos 01 (um) professor de cada uma das habilitações, um representante discente e uma liderança de cada povo indígena envolvido, além de um representante técnico da UFES, coordenador e subcoordenador.

O Colegiado terá, entre outras, atribuições de decidir ou orientar decisões referentes à transferência, remoção de alunos, aproveitamento de créditos, supervisão e orientação acadêmica, conforme orientações da Licenciatura Intercultural Indígena/ SECADI-MEC e regimento interno da UFES.

## Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE (Núcleo Docente Estruturante), a CPA (Comissão Própria de Avaliação) e as CPACs da Universidade Federal do Espírito Santo serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Conforme parecer da CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) N° 1, de 17/06/2010 e atendendo à Resolução n. 53/2012 do CEPE/UFES o NDE será composto por um grupo de docentes atuantes no processo de concepção, consolidação e atualização do projeto pedagógico do curso. Conforme exigência da Resolução CNE/CP N. 1, de 7 de janeiro de 2015 do CNE/CP- MEC Seção II Art.12, item IX que dispõe sobre a participação indígena na gestão e avaliação dos programas de formação de professores indígenas e nos processos de acompanhamento da aprendizagem, o NDE e a CPA passam a contar com a Coordenação Pedagógica Indígena estendendo sua participação ao Colegiado do Curso, sendo que a composição dos demais membros da CPA do Curso irá atender ao disposto no art. 7 da Resolução n. 49/2016/Conselho Universitário da UFES. Cabe destacar que a Resolução inclui como integrante da CPA um graduado egresso. No caso de outro integrante - o membro de Categoria (sindicato, ordem, conselho, institutos, etc.) - por se tratar de um Curso de Licenciatura Indígena para os povos indígenas, é imprescindível sua representação nesta comissão através de uma liderança de cada povo indígena envolvido.

Caberá ao NDE, entre outras atribuições, zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades constantes no currículo; incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, oriundas das demandas da graduação, de exigências do campo de trabalho e afinadas com os projetos comunitários e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. De modo geral, o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFES terá como intuito realizar um acompanhamento de caráter permanente, envolvendo docentes, orientadores, alunos, lideranças e comunidades indígenas



---

envolvidas.

---

# CORPO DOCENTE

## Perfil Docente

O Prolind/UFES terá Colegiado próprio e estará vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) desta Universidade. O Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena será composto por 01 (um) professor de cada uma das habilitações, um representante discente e uma liderança de cada povo indígena envolvido.

A definição do quadro de docente da UFES com a indicação de professores interessados. Está prevista a contratação de colaboradores externos e mestres indígenas para preenchimento de vaga docente disponível e para ministrar disciplinas específicas.

Importante ressaltar que esse arranjo específico (docentes da própria UFES ou colaboradores externos), se deve ao fato do curso não possuir um quadro específico e próprio de docentes que se organizam como um Departamento.

## Formação Continuada dos Docentes

Cabe considerar a diversidade do quadro docente do Curso, composto por professores da UFES, docentes de outras instituições de ensino superior e colaboradores indígenas e não indígenas com reconhecida competência e qualificação nas temáticas tratadas no Curso. Tais considerações estão, principalmente, amparadas pela Resolução nº1, de 07 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Educação (Seção III - Da formação dos formadores para atuarem nos programas e cursos de formação de professores indígenas):

Art. 17. Os programas e cursos destinados à formação de professores indígenas requerem a atuação de profissionais com experiências no trabalho com povos indígenas e comprometidos política, pedagógica, étnica e eticamente com os respectivos projetos políticos e pedagógicos que orientam esses processos formativos.

Art. 18. Com o objetivo de assegurar a qualidade e o respeito às especificidades desta formação, a participação dos indígenas nos quadros de formadores e da gestão desses cursos é primordial para a colaboração institucional, a promoção do diálogo intercultural e o efetivo estabelecimento de relações sociopolíticas, culturais e pedagógicas mais simétricas.

§1º A participação de indígenas nesses quadros, de forma dialógica e colaborativa, deve ocorrer: I - a partir da indicação das comunidades indígenas, de suas escolas e do colegiado do curso planejado para a formação de professores indígenas; e II - com base no reconhecimento dos seus saberes e papéis sociocultural, político, religioso ou linguístico, independentemente de possuírem formação escolarizada.

§ 2º As instituições formadoras devem adequar suas estruturas organizacionais para garantir a participação indígena nos processos de formação de formadores, assegurando-lhes as condições necessárias para esse fim.

Art. 19. As instituições formadoras devem promover a formação dos formadores que atuam nos cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas, ao definir, nos seus projetos pedagógicos de cursos, os objetivos e as estratégias de implementação dessa formação.

Esta diversidade e a especificidade do Curso exige particular atenção para a formação continuada dos docentes que irão se defrontar com experiências inéditas de ensino-aprendizagem interculturais, valorizando e qualificando sua contribuição para o desenvolvimento do Curso. Desde a recepção, o docente será familiarizado com o contexto e a proposta político-pedagógica, as temáticas norteadoras tendo acesso a bibliografias e programas. A participação em seminários, eventos locais e nacionais sobre Ensino Superior Indígena terá como intuito proporcionar a troca de experiências e a interlocução com outros



---

Cursos de Licenciatura Intercultural Indígena. Parte da formação continuada será realizada com a inserção e elaboração de projetos que irão contribuir para renovação e diversificação da competência docente.

Os processos de formação continuada de docentes universitários na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) têm como principal diretriz potencializar e fomentar práticas de atividades docentes diferenciadas das tradicionalmente praticadas. Ao investir-se nessa perspectiva de docência, busca-se: valorizar o ensino de graduação; colaborar para a formação contínua do docente universitário, em diálogo com o Projeto-Político Pedagógico Institucional, a partir das demandas de cada Centro de ensino e no contexto do campo de ação próprio das áreas de saber envolvidos; contribuir para que o professor universitário atue de forma reflexiva, crítica e competente no âmbito de sua disciplina; apoiar ações e implementação de Grupos de Apoio Pedagógico.

Com o propósito de se criar uma nova cultura acadêmica nos cursos de graduação nesta universidade, em 2016 foi organizado o Núcleo de Apoio à Docência (NAD), que integra o Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento do Ensino (Pró-Ensino) e que sob a direção do Departamento de Desenvolvimento Pedagógico/Pró-Reitoria de Graduação/Ufes (DDP/Prograd/Ufes) tem desenvolvido ações formativas, considerando as seguintes premissas: a atualização e formação didático-pedagógica; o processo de ensinar/aprender como atividade integrada à investigação; a valorização da avaliação diagnóstica e compreensiva da atividade pedagógica mais do que a avaliação como controle; a substituição do ensino limitado à transmissão de conteúdos, por um ensino que se constitui em processo de investigação, análise, compreensão e interpretação dos conhecimentos; a organização de programas e atividades formativas que abrangem troca de experiências e reflexões, com base nas atuais contribuições da produção científica do campo da Pedagogia Universitária.

# INFRAESTRUTURA

## Instalações Gerais do Campus

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e que atua com base no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vocação para atuar em todas as áreas do saber. Fundada em 5 de maio de 1954, a Ufes possui quatro campi universitários - em Goiabeiras e Maruípe, na capital; e nos municípios de Alegre, no sul do Estado; e São Mateus, no norte capixaba - com uma área territorial total de 4,3 milhões de metros quadrados. Sua infraestrutura física global é de 298.835 mil metros quadrados de área construída.

A Ufes oferece 101 cursos de graduação, com um total de 5.157 vagas anuais. Na pós graduação possui 53 cursos de mestrado e 22 de doutorado. Possui um quadro de 1.630 professores, 2.200 técnico-administrativos, 19 mil estudantes matriculados na graduação e 2.680 na pós-graduação. Sua sede administrativa central está localizada no campus universitário de Goiabeiras, em Vitória. Na pesquisa científica e tecnológica a Ufes possui cerca de 1.100 projetos em andamento, e na extensão universitária desenvolve 840 projetos e programas com abrangência em todos os municípios capixabas, contemplando cerca de 800 mil pessoas.

A Ufes também presta diversos serviços ao público acadêmico e à comunidade, como teatro, cinema, galerias de arte, centro de ensino de idiomas, bibliotecas, planetário e observatório astronômico, auditórios, ginásio de esportes e outras instalações esportivas. A UFES conta também com o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam) (com 218 leitos e 1.598 profissionais). Conta também com um Restaurante Universitário (RU). O Restaurante Universitário quando de sua criação em 1968 fornecia 1200 refeições por dia. Em 2008 houve a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda familiar matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. A partir desse momento, o RU passou por enormes mudanças. Desta maneira, em 2008, o RU possuía 660 assentos e fornecia cerca de 274.000 refeições por ano. A partir da liberação de recursos através do PNAES, mudanças no Restaurante como reformas, ampliações e compra de equipamentos ocorreram. Dessa forma, em 2010, o RU possuía 1.056 lugares e o fornecimento de 601.000 refeições por ano e 5.500 refeições por dia.

A UFES tem em seu campus um cinema e um teatro, ambos funcionando no Centro de Vivência em Goiabeiras. Os estudantes da UFES dispõem, ainda, de instalações para práticas esportivas no Centro de Educação Física. A despeito deste Centro ter por prioridade a formação de profissionais de educação física, ele franquia suas instalações, como, por exemplo, sua piscina para o conjunto dos estudantes universitários.

## Instalações Gerais do Centro

A área física do CCHN é composta por diversos prédios onde são ministradas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, além de outras dependências administrativas, salas para docentes, secretarias de departamento e de colegiado de curso e de laboratório de pesquisa.

- Prédio IC II - Salas de aula: 11 / Laboratórios: 05
- Prédio IC III - Salas de aula: 18
- Prédio Cemuni VI - Salas de aula: 13 / Laboratórios: 02



- 
- Prédio Bernadette Lyra (Línguas e Letras) - Salas de aula: 04
  - Prédio Barbara Weinberg (Programas de Pós-Graduação Módulo I) - Salas de aula: 06  
Laboratórios: 01
  - Prédio Wallace Corradi Vianna (Programas de Pós-Graduação Módulo II) - Salas de aula: 06 /  
Laboratórios: 01
  - Prédio Oceanografia - Salas de aula: 01 / Laboratórios: 12
  - Prédio Ciências Biológicas
  - Prédio Botânica - Laboratórios:13
  - Prédio Prof. Lídio de Souza (Programa de Pós-Graduação em Psicologia)
  - Laboratório Oceanografia
  - Prédio Administrativo - Diretoria, Secretaria Administrativa, Secretaria de Gestão,  
Coordenações de Cursos, Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CCHN) e Almoxarifado
  - Prédio Anexo I - Salas Permanentes de Professores
  - Prédio Anexo II - Salas Permanentes de Professores
  - Base Oceanográfica em Aracruz

### **Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais**

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais Tanto o campus de Goiabeiras quanto a Base Oceanográfica-Aracruz da UFES atende parcialmente as exigências da Portaria do Governo Federal de Nº 1679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalhos. Os prédios e as salas de aula contam com equipamentos tecnológicos que facilitam a experiência de sala de aula dos estudantes. O Colegiado da Licenciatura Intercultural Indígena, com apoio da UFES e do CCHN, ainda oferece apoio para estudantes com necessidades educacionais especiais por meio de bolsistas que os auxiliam no desenvolvimento das diversas tarefas de ensino, pesquisa e extensão. O estacionamento da Base Oceanográfica e do CCHN (Goiabeiras) conta com vagas reservadas para portadores de necessidades especiais, os prédios possuem rampas de acesso e os edifícios Bárbara Weinberg I e II contam com estrutura (fosso) para instalação de elevadores.

A UFES possui um Núcleo de Acessibilidade (NAUFES) que foi criado por meio da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.

### **Instalações Requeridas para o Curso**

O curso tem um regime misto de tempo-espço, ora nas dependências da Ufes, [Centro Oceanográfico e campus de Goiabeiras], ora nas aldeias. Para as atividades previstas no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (LII) a serem desenvolvidas nas aldeias, foram identificados vários espaços, sendo as salas de aula das escolas e as sedes das associações os que apresentam condições físicas mais idôneas e boa manutenção. Em relação ao espaço físico da UFES, foram identificadas várias possibilidades, durante o recesso acadêmico ou no decorrer dos períodos letivos. No primeiro caso, serão utilizadas as salas de aulas nos campi de Goiabeiras e/ou de Maruípe. Durante os períodos letivos, serão aproveitadas as salas de aulas

---

destinadas às Licenciaturas e/ou espaços previamente reservados pelos Departamentos envolvidos, e/ou as atividades da LII poderão ser realizadas nas sedes do Núcleo de Treinamento de Servidores (NTS) em Goiabeiras e do Departamento de Oceanografia, localizado no litoral do município de Aracruz, próximo das aldeias Tupinikim e Guarani.

A criação de um acervo bibliográfico, impresso e digital representa uma meta prioritária a ser desenvolvida ao longo do Curso, ainda que a UFES não esteja totalmente desprovida, havendo disponibilidade de parte de textos fundamentais para a área, na biblioteca central e setorial do Centro Pedagógico.

## **Biblioteca e Acervo Geral e Específico**

A Biblioteca Central Fernando de Castro Moraes (BC), é um órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria, que coordena os procedimentos técnicos de todas as unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB/Ufes) necessários ao provimento das informações relativas às atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e da Administração da Ufes. A atual estrutura do SIB/Ufes contempla nove unidades:

1. Biblioteca Central (Campus de Goiabeiras);
2. Biblioteca Setorial de Artes (Campus de Goiabeiras);
3. Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais (Campus de Goiabeiras);
4. Biblioteca Setorial de Educação (Campus de Goiabeiras);
5. Biblioteca Setorial de Educação Física e Desportos (Campus de Goiabeiras);
6. Biblioteca Setorial de Maruípe (Campus de Maruípe);
7. Biblioteca Setorial Norte (Campus de São Mateus);
8. Biblioteca Setorial Sul (Campus de Alegre);
9. Biblioteca Setorial do Núcleo de Estudos e de Difusão de Tecnologia em Florestas, Recursos Hídricos e Agricultura Sustentável - Nedtec (Município de Jerônimo Monteiro).

Da inauguração do prédio da Biblioteca Central em 1973 aos dias atuais, verifica-se que o processo de urbanização do campus ocorreu em diversas e múltiplas direções. Tendo sempre a Biblioteca como referência, desde a sua vinda para o Campus de Goiabeiras até as recentes construções, pode-se perceber, em seu entorno, que as trilhas de chão batido tornaram-se passarelas pavimentadas. Aos poucos caminhos existentes, foram acrescentadas numerosas veredas de acesso. No atual tapete verde, encontra-se uma vegetação diversa, farta e altiva. A lagoa passou por tratamento de limpeza e ganhou uma nova face paisagística, de cujas margens é possível contemplar o diálogo harmonioso que há entre a Biblioteca e a natureza que a envolve.

39 anos passaram, desde a primeira organização de seu acervo (1973). A Biblioteca Central, nesse tempo, promoveu e executou muitos projetos; implantou e modificou paradigmas. Numa apreciação retrospectiva, constatamos que nesse ínterim ela se instalou em diversos locais. Em sua sede, os eventos culturais e científicos tomaram força e forma. O Projeto “Nosso livro” trouxe para dentro da Ufes gente que já tinha ido e gente que nunca tinha vindo. A substituição do piso conferiu-lhe um ar renovado. A informatização continuou avançando no processo de simplificar o acesso à informação.

Atualmente, entre os diversos progressos, pontua-se o desenvolvimento do acervo e do seu uso. A coleção - de início com aproximadamente 75 mil volumes - encontra-se, hoje, com 322.950 exemplares (entre livros, dissertações e teses, multimeios e periódicos), disponibilizando consulta on-line ao seu catálogo e acesso também a material bibliográfico em formato digital; soma-se a isso o atendimento a inúmeros pesquisadores diariamente.



A Biblioteca Central da UFES está informatizada e possui um serviço de busca através do qual é possível localizar o acervo com informações sobre título, autor/a e assunto. Nos últimos anos a UFES tem disponibilizado recursos para aquisição de novos títulos através de pregões que são realizados anualmente. Através do Portal de Periódicos CAPES tem-se acesso também a um total de 12.365 periódicos com textos completos, englobando todas as áreas do conhecimento. Além dos periódicos indicados, encontram-se disponíveis diversas bases de dados com livre acesso, que aglutinam um volume considerável de periódicos e inúmeros outros da área de ciências humanas e sociais.

Finalmente, é de destaque a disponibilização, pela Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes, em 2020, acesso a vários títulos de ebook, das seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Cengage, com 513 títulos de e-books da editora Cengage em língua portuguesa de diversas áreas de conhecimento; Biblioteca Virtual Pearson: dispõe de obras diversas áreas de conhecimento, tais como: Administração, Marketing, Engenharia, Direito, Letras, Economia, Computação, Educação, Medicina, Enfermagem, Psiquiatria, Gastronomia, Turismo e outras; Plataforma Digital Minha Biblioteca: possui catálogo de livros digitais multidisciplinar, em português, divididos em 7 catálogos: Medicina, Saúde, Exatas, Jurídica, Sociais Aplicadas, Pedagógica e Artes & Letras; Revista dos Tribunais Online: as bases de Periódicos Digitais Revista dos Tribunais Online possui documentos da área de Direito: Legislação, artigos de periódicos, pareceres, jurisprudência, códigos, súmulas, etc; Editora Cambridge O SIB/Ufes adquiriu da Editora Cambridge University Press 49 títulos de E-books.; Editora Elsevier - Ciência da Computação e Energia: com 124 títulos de E-books que compõem a coleção Ciência da Computação e Energia; Editora Elsevier - Saúde: a Ufes adquiriu, na modalidade de compra perpétua, junto à editora Elsevier 103 títulos de e-books nacionais da área de Ciências da Saúde. Os títulos foram selecionados com base em estatística de uso, a partir da quantidade de empréstimos e reservas realizados, bem como avaliados pelos/as docentes que exercem representação de departamento na Biblioteca Central; Editora Wiley Blackwell: 67 títulos de E books; Editoras Zahar e Senac: 381 títulos de e-books nacionais. As obras contemplam as áreas de Artes, Comunicação e Cinema, Ciências Sociais, Ciências, Educação, História e História do Brasil. Os livros estão em texto integral e são visualizados em capítulos, que podem ser acessados por até 16 usuários/as de forma simultânea.

## **Laboratórios de Formação Geral**

O curso LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) conta com adequada estrutura de laboratórios de formação geral. Destaque deve ser dado para as instalações físicas que permitem a realização das atividades acadêmicas desenvolvidas no decorrer dos semestres, principalmente no campus de Goiabeiras. O Laboratório de Informática para Ensino da Graduação (LIEG) disponibiliza sua infraestrutura para a realização de atividades específicas propostas em cursos de graduação, e apoia a realização de atividades de interesse formativo para a comunidade acadêmica, seja nos domínios da pesquisa, do ensino e/ou da extensão. O LIEG é equipado com 64 computadores, todos com acesso à internet, disponíveis para os alunos de graduação do CCHN no período de 8:30 h às 21 h, de segunda à sexta-feira. O setor conta com o assessoramento de um funcionário, dois monitores responsáveis pela manutenção dos equipamentos e cinco monitores responsáveis pelo auxílio aos/as estudantes.

## **Laboratórios de Formação Específica**

O curso tem um regime misto de tempo-espço, ora nas dependências da Ufes, [Centro Oceanográfico e campus de Goiabeiras], ora nas aldeias. Para as atividades previstas no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (LII) a serem desenvolvidas nas aldeias, foram identificados vários espaços, sendo as salas de aula das escolas e as sedes das associações os que apresentam condições físicas mais idôneas e boa manutenção. Em relação ao espaço físico da UFES, foram identificadas várias possibilidades, durante o recesso acadêmico ou no decorrer dos períodos letivos. No primeiro caso, serão utilizadas as salas de aulas nos campi de Goiabeiras e/ou de Maruípe. Durante os períodos letivos, serão aproveitadas as salas de aulas destinadas às Licenciaturas e/ou espaços previamente reservados pelos Departamentos



---

envolvidos, e/ou as atividades da LII poderão ser realizadas nas sedes do Núcleo de Treinamento de Servidores (NTS) em Goiabeiras e do Departamento de Oceanografia, localizado no litoral do município de Aracruz, próximo das aldeias Tupinikim e Guarani.

A criação de um acervo bibliográfico, impresso e digital representa uma meta prioritária a ser desenvolvida ao longo do Curso, ainda que a UFES não esteja totalmente desprovida, havendo disponibilidade de parte de textos fundamentais para a área, na biblioteca central e setorial do Centro Pedagógico.

## OBSERVAÇÕES

Importante ressaltar que se trata de um curso de oferta única e também de fundamental importância considerar seu caráter de construção coletiva, que inclui docentes, técnicos, discentes e principalmente as comunidades. Alguns destaques devem ser feitos em relação a essa versão do PPC, atendendo ao disposto no parecer do Relatório Técnico-Pedagógico de Análise da Proposta de Alteração do PPC do Curso de Licenciatura Intercultural vigente:

1) Em relação a componente prática das disciplinas: como prevê o Artigo 13, da Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº2 de 1º de julho de 2015, a carga horária destinada a prática está distribuída ao longo do processo formativo. Dessa forma, todas as disciplinas da Licenciatura Intercultural Indígena possuem parte de sua carga horária destinada a essa dimensão prática.

Artigo 13, § 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo: I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

Além das disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica, o restante da componente práticas está dividida e distribuída entre as disciplinas do núcleo comum e habilitações. E dada as especificidades do curso temos na alternância (tempo aldeia) uma carga horária bem excedente dessa componente. Essa distribuição de carga horária prática está de acordo com o que prevê a Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº1 de 7 de janeiro de 2015.

Art. 10. Os projetos pedagógicos de cursos devem indicar, para as instituições formadoras, estratégias necessárias à oferta de formação inicial e continuada de professores indígenas com a requerida qualidade sociocultural, visando a assegurar o direito ao acesso, à permanência e à conclusão exitosa do formando indígena.

§1º Para a promoção da qualidade e das especificidades dessas formações, a realização de suas atividades deve ocorrer em espaços e tempos diversificados, observando-se o calendário sociocultural, econômico e ritual dos povos e comunidades indígenas, bem como os respectivos calendários letivos de suas escolas.

§2º As diferentes presenças dos sábios indígenas, dos “mais velhos”, das lideranças políticas e dos filhos pequenos dos professores em formação devem ser acolhidas requerendo, das instituições formadoras, tratamento adequado à sua permanência neste ambiente formativo.

§3º Os sábios, os “mais velhos” e as lideranças políticas podem atuar como formadores, cabendo às instituições formadoras a adoção de estratégias específicas identificadas para este fim.

2) Importante ressaltar que as questões relacionadas à diversidade de gênero e sexual e à história e cultura africana e afro-brasileira, foram incluídas em disciplinas do Núcleo Comum, tendo em vista sua pertinência com a ementa respectiva, garantindo o desenvolvimento de conexões entre os conteúdos. Tais questões são temas trabalhados ao longo do curso exatamente pelas especificidades da Licenciatura Intercultural Indígena. A inclusão ocorreu na bibliografia das seguintes disciplinas do Núcleo Comum: Conhecimento e interculturalidade; Filosofia da Educação; Metodologia do ensino de História; Didática; Currículo Intercultural I; Política Educacional e Gestão escolar intercultural; Movimentos sociais e Educação de Jovens e Adultos; Educação Inclusiva.

3) Cabe considerar a diversidade do quadro docente do Curso, composto por professores da UFES, docentes de outras instituições de ensino superior e colaboradores indígenas e não indígenas com reconhecida competência e qualificação nas temáticas tratadas no Curso. Importante ressaltar que por conta desse arranjo específico (docentes da própria UFES ou colaboradores externos), não possui um quadro específico e próprio de docentes que se organizam como um Departamento. Esta diversidade e a especificidade do Curso exige particular atenção para a formação continuada dos docentes que irão se defrontar com experiências inéditas de ensino-aprendizagem interculturais, valorizando e qualificando sua



---

contribuição para o desenvolvimento do Curso.

---

## REFERÊNCIAS

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. *Tellus*, n. 26, p. 11-29, 2015.
- CANDAU, Vera M. Educação e Direitos Humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológico. João Pessoa. Editora Universitária, 2007.
- CANDAU, Vera M. Interculturalidade e educação na América Latina. *Nova-mérica*, n 77, Rio de Janeiro, 1998, p. 38-43.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (org).1992 História dos Índios no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras.
- CICCARONE, C. 2001.Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbya guarani. Tese de Doutorado. Programa de Estudos de Pós- graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- COTA, Maria das Graças. 2008. O processo de escolarização dos Guarani do Espírito Santo. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FERRARO, Nicolau G., SOARES, Paulo A. de T. Física: básica: volume único. 2 ed. São Paulo: Atual, 2004.
- FIorentini, Dário & LOrenzato, Sérgio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- FORMAÇÃO INTERCULTURAL DE EDUCADORES INDÍGENAS FIEI-REUNI. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Educação, Belo Horizonte/MG, 2009.
- FLEURI, Reinado Matias (org.). Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FLEURI, Reinado Matias. Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais. In: CANDAU, Vera Maria.(org.) Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FRANCHETTO, Bruna. O Papel da Educação escolar no Processo de Domesticação das línguas indígenas pela Escrita. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 75.179/180(1994): 181.
- FREIRE, Carlos Augusto ROCHA. 2000. A vida dos Tupinikim no Espírito Santo em meados do século XIX. In Marco Antônio do Espírito Santo (org.) Política indigenista Leste e Nordeste brasileiros. Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio. Brasília. pg.139-49.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. América (1992).
- FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 2001.
- GARLET, Ivori.1997. Mobilidade Mbyá : História e Significação. março 1997. Dissertação de Mestrado. PUC, Porto Alegre.

---

GERDES, Paulus. Sobre o despertar do pensamento geométrico. Editora Ufpr, 1992. GOMES, Ângela Maria da Silva. Entre os conflitos da biogeografia física e os redemoinhos da biogeografia cultural. Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG (2008): 207-224.

GRANDO, BeleniSaléte. Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser. Ijuí: UNIJUÍ, 2009, pp. 19-51

GRUPIONI, L.D. 2007. Documento Técnico 4 Com registro e sistematização da análise sobre as políticas de acesso ao ensino superior do ponto de vista das demandas e especificidades das comunidades indígenas. UNESCO/CNE(Conselho Nacional de Educação).

IFRAH, Georges. Historia universal dos algarismos: a inteligência dos homens contada pelos números e pelo cálculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

IMENES & LELLIS, Matemática. Obra em 4 vol. para 5ª a 8ª séries. São Paulo: Scipione, 1997.

LADEIRA, Maria Inês.2001. Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. Tese de doutorado em Geografia Humana, FFLCH/USP, São Paulo.

LEITE, SERAFIM. 1945. História da Companhia de Jesus no Brasil: Cap-III- A Capitania do Espírito Santo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. T.6

LEMBO. Química: realidade e contexto (ensino médio): volume único. São Paulo: Ática, 2006.

LOPES DA SILVA, A. &GRUPIONI, DONISETE, L. (orgs.) 1996. A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1o e 2o graus. Brasília, UNESCO/MARI/MEC.

LOPES DA SILVA, A. & FERREIRA, M. (ed). 2001. Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Fapesp, Global, MARI/USP.

LOPES DA SILVA, A. & FERREIRA, M.(ed) 2001. Antropologia, História e Educação. A questão indígena e a escola. São Paulo: Fapesp, Global et MARI.

LOPES DA SILVA, A., MACEDO, A., NUNES, A.(ed) 2002. Crianças Indígenas. Ensaio Antropológico. São Paulo: Fapesp, Global et MARI.

LOPES DA SILVA, A. 2003. A educação de Adultos e os Povos Indígenas no Brasil. In: Em ABERTO & GRUPIONI, L (ed).Experiências e Desafios na formação de professores indígenas no Brasil. Brasília: INEP.

LORENZATO, Sérgio. (org.) O laboratório de ensino de Matemática na formação de professores. Campinas,: Autores Associados, 2006.

LORENZONI, Claudia A. C. de Araújo. Cestaria guarani do Espírito Santo numa perspectiva etnomatemática. Tese (Doutorado), PPGE, UFES, Vitória, 2010.

MACEDO-TINOCO, Sílvia 2000. Joviña, cacique, professor e presidente: as relações entre o conselho Apina e os cursos de formação de professores Waiãpi.São Paulo: dissertação de mestrado. USP.

MACHADO, Nilson J. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua. São Paulo: Cortês: Autores Associados, 1991.

MARTINS, Maria Lúcia. FERREIRA, Djalcir. A lição da samaúma: formação de professores da floresta: didática e educação matemática, do saber à construção do conhecimento. Rio Branco: Poronga, 1994.

PAULA, Jorge Luis DE. 2000. Relatório de reestudo das Terras indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil, constituindo a Terra Indígena Tupinikim. Diário Oficial da União (Nº36, SILVA, Sandro



---

José. Tempo e espaço entre os Tupinikim. Diss. Mestrado. São Paulo, UNICAMP.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA INTERCULTURAL. Universidade Federal de Roraima, Pró-Reitoria de Graduação, Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, Curso de Licenciatura Intercultural, Boa Vista/RR, 2002.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO LICENCIATURA INTERCULTURAL. Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Graduação, Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena, Goiania/GO, 2006.

PROJETO DE CURSOS DE LICENCIATURA ESPECÍFICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS. Universidade do Estado de Mato Grosso, Fundação Nacional do Índio, Prefeitura Municipal de Barra do Bugres/MT, 2007.

PROJETO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS MURA / AUTAZES - AM. Universidade Federal do Amazonas, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Faculdade de Educação, Manaus/ AM, 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURAS DOS POVOS INDÍGENAS DO SUL DA MATA ATLÂNTICA -GUARANI, KAINGÁNG, XOKLENG-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis/SC, 2009.

RIBEIRO, José P. M., DOMITE, Maria do Carmo S., FERREIRA, Rogério. (orgs.) Etnomatemática: papel, valor e significado. Porto Alegre: Zouk, 2006.

ROSA, Roberto. Astronomia elementar. 2 ed. Uberlândia: Edufu, 1994.

RUSCHI, Augusto. 1973. Os grupos antropológicos indígenas do Estado do Espírito Santo. Boletim do Museu de Biologia Dr. Melo Leitão, Série Proteção à natureza, Santa Tereza (ES), nº.47.

SANTOS. Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova Revista de cultura e política. Governo e direitos - CEDEC, n 39, Brasil, 1997.

SCANDIUZZI, Pedro P. Educação indígena x educação escolar indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO. Urucum, jenipapo e giz: educação escolar indígena em debate. Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso - CEI/MT. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.

SEEGER, Anthony, Da Matta, Roberto & Viveiros de Castro, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In. Boletim do Museu Nacional, nº 32, 1987,p.2-19.

SILVA, Sandro José. Tempo e espaço entre os Tupiniquim. 2000. 258 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA. Tomas Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

SCHADEN, Egon. 1974. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. - 3a ed. - São Paulo: Edusp.

TEAO, Kalna MARETO. 2007.Arandu Renda Reko: A vida da escola guarani mbya. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

TROTTA, Fernando; JAKUBOVIC, José; IMENES, Luiz M. P. Matemática aplicada. Obra em 3 vol. para o ensino médio. Ed. Moderna, 1980.

VEIGA NETO. Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR; Carlos. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autentica, 2001.



---

VIEIRA, L. Cidadania e globalização. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIDAL, L.(ed ) Grafismo Indígena. São Paulo: Nobel&Fapesp&Edusp.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. SP: Cosac &Naify, 2002. [Capítulo 7, Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena, p. 345-399].

ZASLAVSKY, Cláudia. Jogos e atividades matemáticas do mundo inteiro. PortoAlegre: Artmed, 1998.

PONS, E. R. Extensão na educação superior brasileira: motivação para os currículos ou “curricularização” imperativa? São Paulo: Mackenzie, 2015.

CALGARONETO,S. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas das realidades por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

GODOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. Disponível em [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)